



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Fábio Grotz Majerowicz

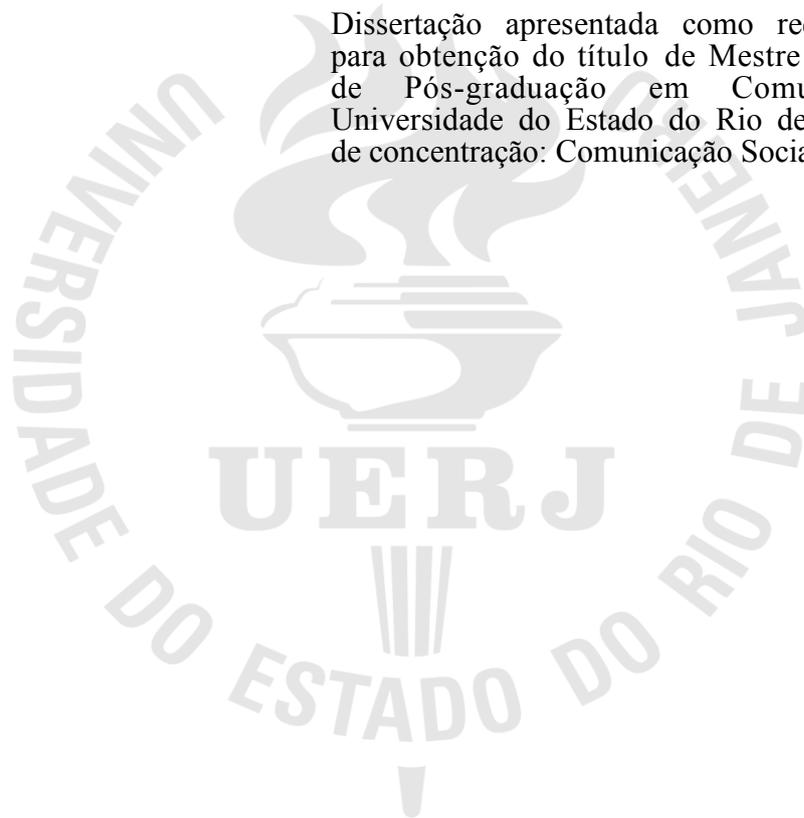
**O “segredinho” que não é mistério:
corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular**

Rio de Janeiro
2014

Fábio Grotz Majerowicz

**O “segredinho” que não é mistério:
corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social.



Orientadora: Prof. Dra. Denise da Costa Oliveira Siqueira

Rio de Janeiro
2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M233 Majerowicz, Fábio Grotz.
O “segredinho” que não é mistério: corpo e transexualidade no discurso
jornalístico popular/ Fábio Grotz Majerowicz. – 2014.
120 f.

Orientadora: Denise da Costa Oliveira Siqueira.
dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação.

1. Identidade de gênero – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Jornais –
Manchetes – Teses. 4. Jornais brasileiros – Teses. I. Siqueira, Denise da Costa
Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Comunicação. IV. Título.

es

CDU 070(81)::159.922.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação.

Assinatura

Data

Fábio Grotz Majerowicz

**O “segredinho” que não é mistério:
corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2014.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Denise da Costa Oliveira Siqueira (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof. Dra. Maria Luiza Heilborn
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dra. Daniele Ribeiro Fortuna
Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - UNIGRANRIO

Rio de Janeiro
2014

DEDICATÓRIA

A minha mãe, avó e tias.

AGRADECIMENTOS

À professora Denise, pela segurança da orientação e pelo acolhimento dedicado ao longo do mestrado.

Às professoras Maria Luiza Heilborn e Daniele Ribeiro Fortuna, que na banca de qualificação ofereceram sugestões e conselhos fundamentais para a pesquisa.

À Bruna Mariano e a Bruno Zilli, pela amizade e pelas revisões providenciais.

Aos jornalistas Anna Luiza Magalhães e Flávio Trindade, pela ajuda na aquisição das imagens que compõem o estudo.

A Sérgio Carrara, Claudia Cunha e Paula Lacerda, pelas dicas bibliográficas e teóricas.

À Faperj, pelo auxílio financeiro fundamental para o desenvolvimento desse trabalho.

À equipe da Secretaria do PPGCOM, pelo envolvimento que demonstrou ao longo do trabalho.

Aos professores do PPGCOM, pelas reflexões instigantes para essa pesquisa.

Aos meus amigos mestrandos e doutorandos, em especial a Yuri Garcia, Rafael Barbosa, Ivan Mussa, Alessandra Maia, Pollyana Escalante e José Messias, pela cumplicidade e amizade.

Ao Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS), pela base profissional e acadêmica que me proporciona até os dias atuais.

RESUMO

GROTZ, Fábio M. **O “segredinho” que não é mistério: corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular.** 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A presente pesquisa consiste em uma análise de discurso sobre as representações que dois jornais populares cariocas (*Meia Hora* e *Expresso*) evocam para construir uma abordagem em relação à transexualidade, personificada por Ariadna Silva, participante da edição 11 do *reality show* Big Brother Brasil. A partir das capas dos dois periódicos, busca-se analisar manchetes, imagens e recursos iconográficos que exploram ou dialogam com convenções de gênero e sexualidade. Parte-se do referencial teórico das mediações, segundo o qual a mídia atua como ponto de encontro entre diversos discursos e códigos culturais. Nesse sentido, a estrutura deste trabalho se inicia com uma discussão sobre o papel da mídia na construção das representações sociais. Em um segundo momento, o gênero jornalismo popular será discutido mais detalhadamente. Por fim, o universo do gênero e da sexualidade, com fundamentação antropológica, será debatido como matéria-prima para a leitura do discurso dos periódicos.

Palavras-chave: Jornalismo popular. Gênero. Sexualidade. Representação. Discurso.

ABSTRACT

GROTZ, Fábio M. **The "secret" that is no mystery:** body and transexuality in popular journalism discourse. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This research consists of an analysis of discourse on representations that two popular newspapers from Rio de Janeiro (*Meia Hora e Expresso*) evoke to build a approach regarding transexuality, personified by Ariadna Silva, member of the 11th edition of the reality show Big Brother Brazil. From the covers of the two journals, we seek to analyze headlines, images and iconographic resources exploring or dialoguing with conventions of gender and sexuality. As part of the theoretical framework, it's used the mediation theory, whereby the media acts as a meeting point between different discourses and cultural codes. In this sense, the structure of this study begins with a discussion of the role of media in the construction of social representations. In a second step, the genre of popular journalism will be discussed in more detail. Finally, the universe of gender and sexuality, with anthropological basis, will be discussed as a raw material to the analyses of the discourse.

Keyword: Popular journalism. Gender. Sexuality. Representation. Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Capa jornal <i>Meia Hora</i> (06/01/2011).....	81
Figura 2 -	Capa jornal <i>Expresso</i> (06/01/2011).....	82
Figura 3 -	Capa <i>Meia Hora</i> (07/01/2011).....	85
Figura 4 -	Capa <i>Expresso</i> (07/01/2011).....	85
Figura 5 -	<i>Meia Hora</i> (08/01/2011).....	87
Figura 6 -	<i>Expresso</i> (11/01/2011).....	89
Figura 7 -	<i>Expresso</i> (13/01/2011).....	91
Figura 8 -	<i>Meia Hora</i> (12/01/2011).....	93
Figura 9 -	<i>Meia Hora</i> (13/01/2011).....	94
Figura 10 -	<i>Meia Hora</i> (14/01/2011).....	95
Figura 11 -	<i>Expresso</i> (14/01/2011).....	96
Figura 12 -	<i>Expresso</i> (15/01/2011).....	97
Figura 13 -	<i>Expresso</i> (17/01/2011).....	98
Figura 14 -	<i>Expresso</i> (18/01/2011).....	99
Figura 15 -	<i>Meia Hora</i> (17/01/2011).....	100
Figura 16 -	<i>Expresso</i> (19/01/2011).....	100
Figura 17 -	<i>Meia Hora</i> (15/01/2011).....	102
Figura 18 -	<i>Meia Hora</i> (18/01/2011).....	102
Figura 19 -	<i>Meia Hora</i> (20/01/2011).....	104
Figura 20 -	<i>Meia Hora</i> (21/01/2011).....	105
Figura 21 -	<i>Expresso</i> (21/01/2011).....	105
Figura 22 -	<i>Expresso</i> (20/01/2011).....	106
Figura 23 -	<i>Meia Hora</i> (22/01/2011).....	108
Figura 24 -	<i>Expresso</i> (22/01/2011).....	108
Figura 25 -	<i>Meia Hora</i> (23/01/2011).....	109
Figura 26 -	<i>Meia Hora</i> (07/11/2012).....	109
Figura 27 -	<i>Meia Hora</i> (27/11/2012).....	110

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	MÍDIA: ESPAÇO DE REPRESENTAÇÕES, MEDIAÇÕES E CONSTRUÇÃO DA “REALIDADE” SOCIAL	18
1.1	Representação: um conceito central nas Ciências Humanas e Sociais	25
1.2	Dimensão jornalística da “realidade”	30
2	JORNALISMO POPULAR: HISTÓRIA E CONCEITOS	34
2.1	Definições e fronteiras teóricas do popular	36
2.2	Valores-notícia do gênero jornalístico	45
3	GÊNERO E SEXUALIDADE: DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONHECIMENTO E DAS PRÁTICAS	54
3.1	Relações de gênero e sexualidade no Brasil	56
3.2	Limites do universo trans	66
4	METODOLOGIA	74
5	MEDIAÇÕES DISCURSIVAS DA TRANSEXUALIDADE	80
5.1	Apresentando a “surpresinha”: polissêmica e indefinida	80
5.2	De olhos bem abertos: Ariadna entra em cena	90
5.3	Ariadna, agora, é para casar	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

“Transex não tem mais saco de guardar seu segredinho” foi uma das chamadas de capa do jornal *Meia Hora*, referindo-se a Ariadna Silva, que fez parte da 11ª edição do programa *Big Brother Brasil*, exibido pela Rede Globo entre 11 de janeiro e 29 de março de 2011. A manchete integrou uma cobertura sequencial, levada à frente especialmente por dois jornais cariocas (*Meia Hora* e *Expresso da Informação*), que marcou, por meio da ênfase no trânsito entre os gêneros e os sexos biológicos, algumas semanas da narrativa jornalística popular. Pela primeira vez, o programa trazia entre os competidores uma participante transexual, nascida anatomicamente homem.

O jornalismo popular no Brasil é um objeto de estudo das Ciências Sociais e Humanas, que nas últimas décadas têm tentado mapear, descrever e analisar tal gênero jornalístico. Do mesmo modo, o universo da sexualidade e das relações de gênero também tem sido investigado por este campo do saber. Nesse sentido, a proposta deste trabalho – mapear as representações que são acionadas no discurso jornalístico popular sobre o deslocamento entre os gêneros e/ou os sexos – apresenta uma abertura interessante em termos de identificação de códigos sociais e culturais que compõem a sociedade. Afinal, por meio do jornalismo, significados circulam e são mediados. A imprensa, conforme Martín-Barbero (2009) argumenta, constitui um eixo por meio do qual a ordem social é construída e significada.

Refletir sobre o jornalismo abre a possibilidade de examinar a produção de sentidos e a dinâmica de representações que percorrem determinada sociedade, no caso, a brasileira. A sexualidade e as relações de gênero estão inscritas no domínio da cultura. No Brasil, gênero e sexualidade são dimensões simbólicas imbricadas e com destacada penetração histórica em diversas instituições e espaços. Dimensões que estão colocadas em discurso, segundo a história oficial, desde a chegada dos europeus no século XVI. Dentre as primeiras apreciações feitas pelos colonizadores destacam-se aquelas que buscavam, através dos mitos de origem, compreender as características de um povo “singularmente sexual” (PARKER, 1991).

A sexualidade constitui um processo que expressa normas, valores e crenças. A vasta literatura que tem sido produzida no sentido de investigar e conceituar tais experiências no Brasil aponta para definições amplas e polissêmicas. Enquanto processos simbólicos, a sexualidade e o gênero estão compreendidos, no campo das Ciências Sociais e Humanas, como resultado menos de uma essência biológica inevitável do que efeito de um intrincado

conjunto de processos sociais, culturais e históricos (PARKER, 1991). E tal conjunto tem sido pensado e problematizado por diversos campos do saber.

Como tais significações simbólicas se constituem? Como tais representações estão mediadas no discurso jornalístico? A mídia é um espaço relevante para se pensar o processamento e a produção de sentidos (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001), um espaço de mediação social da realidade, pressuposto que será tomado como fundamento deste trabalho e discutido no primeiro capítulo.

Este estudo foi sendo esboçado a partir de observações do cotidiano. Ao passar diariamente, durante anos de uso do transporte ferroviário carioca, por bancas e vendedores de jornais que expunham variadas publicações, um dado foi chamando a atenção do pesquisador em relação aos jornais populares cariocas *Meia Hora* e *Expresso da Informação*: a ênfase diária na temática da sexualidade. Não foi, no entanto, uma surpresa: exagero, intensificação, valorização das emoções, exploração do extraordinário, banalização da sexualidade e da violência, entre outras características, constituem preferências temáticas e recursos estilísticos presentes no discurso jornalístico popular (AMARAL, 2006), que será discutido em sua singularidade no capítulo 2 juntamente com a própria noção do popular como categoria histórica e social. Aquilo que foge às convenções sociais e culturais está, especialmente, registrado nesse gênero jornalístico. Nesse sentido, o aparecimento, na agenda de entretenimento nacional, de uma transexual tornou-se um potencial objeto de estudo.

Seria uma oportunidade apropriada para se pensar nas dinâmicas simbólicas em que a ordem sexual e generificada está inscrita. Que códigos simbólicos marcam uma sociedade? Como se formam? De que maneira gênero e sexualidade se entrelaçam para conferir sentido às identidades e práticas? Como, afinal, pensar o universo “trans” na realidade brasileira? Essas são questões debatidas no capítulo 3. Nesse sentido, abre-se uma oportunidade também de se pensar a Comunicação em suas interfaces com o ambiente cultural, o que enseja um importante diálogo com o campo do gênero e da sexualidade, privilegiado nos estudos das Ciências Sociais.

O gênero e o sexo são domínios que evocam inúmeras representações. Estão imersos em relações sociais e de poder, processos históricos, valores religiosos e morais, conceituações médico-científicas e inúmeras outras variáveis. Instituições como família, escola, igreja e medicina, estão constantemente estipulando sentidos para a vida pessoal e social. A obra de Michel Foucault se destaca pela tentativa de destrinchar as operações discursivas, principalmente as científicas, que ordenam tais sentidos, nas sociedades

ocidentais, sobretudo a partir do século XVIII. Quem produz discurso, produz poder. E isso se reflete nas relações sociais, nos valores que as compõem em diversos domínios da vida.

O discurso, para o pensador francês, é uma forma de poder – articulada às formas de saber. Integra o repertório de dispositivos, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOUCAULT, 2012, p. 364). A loucura, a noção de saúde, de doença, de hospital e tantas outras definições e conceitos são produções que se enquadram nessa dinâmica (FOUCAULT, 2012). A sexualidade, no curso da história humana, foi e permanece sendo um campo incitado por discursos variados, sobretudo o biomédico, que estabelecem efeitos normativos: a transexualidade, por exemplo, no Brasil, tem um lugar específico, o serviço de saúde, que mobiliza diversas especialidades da medicina para abordar o trânsito entre os gêneros. Não se trata de um dado inato e, sim, de um efeito de séculos de produção de saber sobre a sexualidade.

Práticas e desejos de natureza sexual foram, de acordo com Foucault (1993), alvo de um intenso processo de categorização, com especial atenção para aqueles compreendidos como “perversos” ou “anormais”. Houve um investimento crescente e normativo quanto à sexualidade e suas imbricações com o gênero, especialmente nos dois últimos séculos. O ponto central da obra de Foucault joga luz nas operações discursivas e políticas que estipulam saber sobre as coisas. As formas de conhecimento, nesse sentido, expressam poder: quem fala, de onde se fala, que pontos de vista são acionados, que instituições participam desse processo? A definição das coisas é conflituosa; os conceitos constituem-se e se relacionam também enquanto intenções de poder. Os esforços de definição e controle da sexualidade vão se espalhando pela sociedade, tendo como fruto não apenas regulações jurídicas e práticas, mas também, e talvez sobretudo, definições simbólicas de valoração dos sujeitos, suas práticas e identidades (conceito importante para esse estudo). Essas definições têm na mídia uma destacada instituição, um espaço privilegiado de difusão.

Enquanto ator social, a mídia participa do processo de construção da sexualidade (MAKSUD, 2000). Assim, a articulação entre mídia e representações sociais abre a possibilidade de se pensar em as marcas simbólicas que são mediadas e ressignificadas pelo jornalismo. Por meio de um estudo de discurso, este trabalho se propõe a identificar representações acerca da transexualidade presentes na narrativa jornalística popular.

O pressuposto aqui utilizado é o de que o jornalismo não é um processo unidirecional, no qual a comunicação é pensada apenas em termos de transmissão de um sentido. Os valores presentes no discurso jornalístico expressam uma dinâmica mais ampla.

É na sociedade que circulam os sentidos dos discursos midiáticos, em um “sistema de interação social sobre a mídia”. E nesse processo de interação entre sociedade e mídia as experiências estéticas se convertem em novas experiências poéticas em um processo contínuo de representações e apropriações que levam à produção de novos discursos, construídos pela troca constante de expressões e impressões. Trata-se de um sistema de “polifonias e polissemias”, de tensões e confluências (BARROS, 2011b, p. 29).

Martín-Barbero (2009), na obra *Dos Meios às Mediações*, busca estudar os meios de comunicação como espaços de diálogo intenso entre representações culturais. De acordo com o autor, analisando a imprensa popular de uma perspectiva histórica ampla:

a possibilidade de compreender o que realmente se passa na imprensa popular tem tanto ou mais a ver com o que realmente se passa na fábrica e na taberna, nos melodramas e nos comícios com seu alarido, com suas faixas e panfletos, que com o que se passa no mundo dos periódicos mesmo (BARBERO, 2009, p. 117).

Por essa lógica, que será adotada como pilar deste trabalho, analisar convenções sobre sexualidade e gênero presentes no jornalismo popular é uma forma de mapear significados culturais. A investigação sobre a narrativa jornalística é uma possibilidade de estudar um discurso específico de modo a desvelar outros discursos que estão ali presentes. “A sociedade funciona no bojo de um número infindável de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam [...]” (BACCEGA, 2000, p. 20). Os jornais intermedeiam tal rede de discursos, fixando um ponto de referência entre as intenções editoriais, o público-alvo e a realidade cultural. Isto é, produzem mediações.

A intenção é empreender um estudo de discurso lastreado por uma fundamentação antropológica, que mantém uma intensa produção de reflexão sobre sexualidade e gênero. Tais reflexões apontam a centralidade do corpo nas formulações culturais. No estudo desenvolvido, uma das primeiras observações foi justamente o lugar do corpo biológico no discurso dos periódicos.

A imagem do Rio de Janeiro, local de circulação dos dois jornais, é composta em boa medida por representações sobre o corpo. Conforme aponta Siqueira (2011), tal imagem sintetiza um imaginário sobre uma localidade, aparecendo em cartões-postais expostos em bancas como uma construção simbólica que se pretende natural. O Rio de Janeiro aparece associado à ideia de sensualidade, sendo o corpo feminino elemento central na definição de

uma identidade geográfica. Um corpo que, a todo momento, é capturado como registro privilegiado do imaginário carioca, tendo no apelo erótico uma marca que o constitui também como representação de gênero.

Tal imaginário possui um fundo histórico relacionado ao início século XX, conforme aponta O'Donnell (2013). Nesse período, o Rio de Janeiro passou por um processo de mediação de representações que vinculou o corpo a noções de brasilidade e modernidade. A região litorânea da cidade foi submetida a um intenso olhar da imprensa, que capturava o cotidiano e devolvia em suas páginas um emergente repertório de sociabilidade. Uma “cartilha do cotidiano do novo ideal de cidade” (O'DONNELL, 2013, p. 59), então capital do país e alvo de intervenções políticas e econômicas profundas, delineou uma série de práticas e valores: o “desfrute hedonístico” (2013, p. 95) emergiu como um costume visível, com corpos sendo exibidos na prestigiosa região praiana da cidade.

A “vivência da corporalidade” era promovida pelas publicações da época. O'Donnell (2013, p. 156) traça um panorama da cobertura de revistas ilustradas que, muito em voga na época, privilegiavam “a divulgação dos modismos internacionais, faziam coro pela liberalização da exposição pública do corpo”. Nesse sentido, consolidou-se uma estética centrada em corpos desnudos, ou vestidos para banho de praia, inscrevendo o corpo carioca em um imaginário mais amplo sobre o país. Assim, o corpo possui um histórico longo na mídia. Mas, no geral, um corpo convencional, situado dentro dos padrões hegemônicos. Que tipo de inserção pode ter um corpo submetido a profundas modificações, como é o caso do corpo transexualizado? Que tipo de reconhecimento lhe é conferido? Esse é o problema central deste estudo.

A dinâmica midiática constitui um dos eixos que contribuem para a construção imaginativa, para “o processo de criação social permanente” (CUNHA, 2011). Pensar o discurso é pensar também como ele impactará na coletividade, é refletir sobre comunicação e sua natureza processual. Embora este não seja um trabalho de recepção, é importante pensar o jornalismo como um contínuo entre distintos atores, como uma atividade que reúne, na sua narrativa, a própria sociedade e permite, portanto, a mediação dos significados. “São as referências que vão traçando percursos de leitura. Por isso dizemos que a comunicação está imersa na cultura. É uma prática cultural que produz significados, ou seja, a partir do que está e já é naquela cultura, ressemantizam-se os significados em cada ato de comunicação” (BACCEGA, 2000, p. 29).

Após a Constituição de 1988, as questões de sexualidade foram sendo gradativamente assimiladas nos marcos dos direitos civis, abrindo espaço para que os movimentos sociais

reivindicassem por legitimidade política e cidadania. O reconhecimento foi sendo, lentamente, assimilado. A população LGBT (sigla que engloba Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais) tornou-se um segmento presente na agenda política, buscando desconstruir desigualdades expressas, por exemplo, em estereótipos exibidos nos meios de comunicação. No entanto, tal processo tem sido contingente, diante de segmentos conservadores que fazem pressão permanente contra os direitos sexuais¹.

Nos últimos anos, a mídia tem abordado crescentemente temáticas ligadas ao universo LGBT, conforme lembra Colling (2007), em função da visibilidade proporcionada pelo ativismo dos movimentos sociais contra o preconceito. Dedicar-se a investigar como os códigos culturais sobre sexualidade e gênero circulam através do jornalismo popular parece, assim, uma proposta historicamente pertinente e academicamente contemporânea.

Em que medida o discurso jornalístico se articula ao caráter não-ordinário e marginal da sexualidade? Como fenômenos que escapam às regras convencionais do gênero são representados? Que leituras e interpretações são possíveis de serem feitas a partir da construção textual e imagética do jornal? Que recursos semânticos são usados para dar sentido à transexualidade? Afinal, que “segredinho” é esse que tanta importância assume para conferir inteligibilidade social a um indivíduo trans, destacando-o como protagonista jornalístico?

Para levar à frente esse estudo, um dos objetivos é, no capítulo 1, discutir o enraizamento simbólico da prática jornalística, tentando apontar como os significados acessados e reproduzidos integram uma ordem social mais ampla. Nesse sentido, buscar-se-á mostrar como o jornalismo é uma atividade da ordem do discurso, ou seja, enviesada, que abarca estratégias empresariais e representações culturais. Não se narra a partir do vácuo; o discurso jornalístico é uma representação, uma encenação do mundo, uma encenação que se faz em diálogo e sintonia com o contexto cultural. Por isso, parece relevante discutir nesse capítulo inicial o conceito de representação social, de modo que se possa pensar como, na narrativa jornalística, tais representações aparecem.

O capítulo 2 será dedicado ao gênero do jornalismo popular, com o objetivo de apontar as principais características do mesmo, suas ênfases temáticas e suas estratégias estilísticas de composição gráfica e textual. Tais características dizem muito sobre o “popular” enquanto público-alvo: enquanto categoria histórica, o “popular” guarda

¹ A Constituição de 1988 prevê que a igualdade é um direito a todos, sendo vedado discriminações por raça, cor, idade, origem ou sexo. Não houve, contudo, inclusão da expressão “orientação sexual” durante o processo constituinte, em função de pressões conservadoras e religiosas que prevaleceram sobre propostas mais inclusivas. Da mesma forma, projetos de ampliação de direitos e defesa da dignidade, como a criminalização da homofobia, enfrentam atualmente resistência de tais setores.

significados importantes no campo das Ciências Humanas e Sociais, sendo relevante traçar sua constituição enquanto concepção cultural e científica.

No capítulo 3, a proposta é identificar convenções culturais brasileiras, ou seja, apontar gramáticas simbólicas, valores e pressupostos que se mesclam para dar sentido à vivência de gênero e sexualidade. Nesse sentido, será dedicada também uma atenção especial ao universo trans.

O referencial teórico desse estudo abrange Parker (1991), Foucault (1993; 2012), e Bento (2006; 2008). São pesquisadores que buscam historicizar as formulações sobre corpo, gênero e sexualidade de modo a desnaturalizar concepções que comumente se apresentam como universais e inatas. Além desses autores, Martín-Barbero (2009) é outro referencial relevante, pois a tese das mediações – segundo a qual os significados são processados na sociedade através das negociações entre discursos e instituições ao longo da história – parece pertinente para se pensar na dimensão jornalística das representações culturais. A metodologia, exposta no capítulo 4, consiste na análise do discurso, com o intuito de identificar os traços culturais presentes na narrativa dos dois periódicos.

Dessa maneira, através da interpretação da fala textual e imagética de 27 capas dos dois periódicos (15 do *Meia Hora* e 12 do *Expresso*), realizada no capítulo 5, tentar-se-á identificar códigos culturais presentes nos títulos, chamadas, fotos, ilustrações e recursos gráficos ali estruturados. A metodologia está detalhada no capítulo 4.

Estudos científicos são empreendimentos contingentes, fruto de escolhas de ordem teórica e metodológica as quais o pesquisador prioriza em meio a um amplo acervo de possibilidades. Ao investigar o discurso jornalístico, não se deve perder de vista que a prática científica é também uma prática social, com alcances limitados.

1 MÍDIA: ESPAÇO DE REPRESENTAÇÕES, MEDIAÇÕES E CONSTRUÇÃO DA “REALIDADE” SOCIAL

A história dos estudos sobre a Comunicação tem registrado tentativas de diversas ordens para caracterizar tal campo, identificar os elementos que o compõem e o estruturam, discutir os contextos que o envolvem, pensar os suportes que o sustentam e investigar os sentidos processados.

O Jornalismo tem sido um campo privilegiado de investigação. Um dos caminhos tem sido o de pensá-lo enquanto prática social e cultural, isto é, permeada de valores e condicionalidades (NEVEU, 2003). As reflexões que a academia tem produzido mostram que é importante olhar para o discurso jornalístico como contingente, fruto de rotinas, procedimentos, escolhas, ideologias e outras variáveis. A realidade narrada, nesse sentido, não é um dado absoluto, inato; é, antes de tudo, uma construção social em relação à qual o jornalismo é testemunha e, ao mesmo tempo, elemento constituinte.

O mundo apresentado pelos jornais, nesse sentido, é da ordem do discurso. Os significados, as notícias e as leituras de mundo ali disponíveis são dados enviesados, intencionais, enunciados a partir de um lugar de saber (e poder). Parece natural atualmente pensar nesses termos, afinal, a ideia de uma imagem pura da realidade (conforme a Teoria do Espelho ou Hipodérmica do início do século XX) tem destaque mais como registro histórico de um campo de estudos do que como corrente científica válida, no atual estado da arte.

Os estudos em Comunicação há tempos avançaram sobre tal pressuposto, criticando também a visão totalitária dos meios, que supostamente controlariam sem resistência o pensamento e a ação dos indivíduos. A preocupação sobre a inserção sócio-cultural dos meios desdobrou-se em distintas perspectivas teóricas. Os Estudos Culturais, por exemplo, apontam para a dinâmica dialética que os meios de comunicação proporcionam. Conforme Kellner (2001, p. 53) argumenta, a comunicação e a cultura estão intimamente articuladas. “Não há comunicação sem cultura, e não há cultura sem comunicação”. Nesse sentido, o autor aponta o papel ao mesmo tempo reacionário e progressista dos meios de comunicação.

Esses estudos explorarão algumas das maneiras como a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta (KELLNER, 2001, p. 13).

Por meio dos Estudos Culturais, a questão da sexualidade foi pautada, tendo como resultado a produção de discursos e reivindicações em nome de uma sociedade mais plural, tolerante e igualitária. Discursos feministas permearam a produção de tais estudos, tematizando a imbricação entre comunicação e cultura por meio da reflexão sobre as desigualdades de gênero. Ou seja, buscavam refletir sobre a dimensão estrutural das desigualdades.

No percurso histórico dos estudos em comunicação, a Escola de Frankfurt (Teoria Crítica) já indicava as engrenagens de dominação estabelecidas pelos meios de comunicação, “fornecendo perspectivas úteis sobre a sociedade contemporânea e para os estudos culturais” (KELLNER, 2001, p. 18). Portanto, apesar de suas limitações (inerentes a qualquer núcleo teórico), a Teoria Crítica destacou que os meios de comunicação integram o cenário cultural, que é marcado por assimetrias e dominações. E, sendo assim, reconhece a dinamicidade da sociedade, as contingências que permitem, inicialmente, a crítica/reflexão social e, posteriormente, a mudança de paradigmas e da própria realidade.

Na América Latina, Canclini (2008) e Martín-Barbero (2009) compreendem os meios de comunicação em suas capacidades instituintes. Não negam o poder de dominação, mas privilegiam o papel que exercem na tessitura das relações sociais, da produção de conteúdos culturais e na formulação de práticas de consumo e mediações que geram identidades, comportamentos e valores.

Tais apontamentos teóricos são essenciais para este estudo, que tem como assunto correlato o programa *Big Brother Brasil*, modalidade de programa que tem um impacto social relevante, contribuindo para a criação de subjetividades (CAMPANELLA, 2008). O programa confina pessoas em uma “casa” durante semanas, com regras que preveem a eliminação, através do contato telefônico da audiência e de votação pela internet, de participantes até que um único reste e seja o vencedor (ganhando um prêmio de mais de R\$ 1 milhão de reais). Durante o período em que ficam isolados, os participantes são submetidos a uma rotina de competições, provas e jogos que estabelecem uma dinâmica particular: nas edições pelo mundo, discussões são geradas por causa, entre outros aspectos, da exploração da sexualidade (Ibid, 2008). O recurso foi largamente utilizado na edição brasileira em que Ariadna Silva participou, pois os participantes não foram informados de que ela era um indivíduo com sexo anatômico diferente daquele com o qual nascera. A intenção parecia ser a de produzir interações, no contexto do confinamento, em que participantes homens se relacionassem com ela.

Desde a primeira edição, o *Big Brother* alcança índices de audiência elevados, tendo formado, inclusive, uma vasta comunidade virtual que discute o programa (CAMPANELLA, 2008). Nesse sentido, em termos de sexualidade, o programa também pode ser visto como uma engrenagem de mediação, colocando em circulação códigos e representações.

O discurso jornalístico popular também se apresenta como vitrine mediadora de uma realidade capturada pela ótica do extremo e do desvio, especialmente quando estão em pauta as temáticas do sexo e da violência, cujos sentidos históricos, no Ocidente, derivam de uma múltipla rede de operações ideológicas, morais e culturais (LE GOFF, 2011). Operações que promovem formas de controle sobre os corpos, por exemplo. Assim, de que maneira é possível pensar o gênero jornalístico e seu enraizamento cultural, tendo em vista as representações acionadas para dar sentido à transexualidade?

Dentre suas inúmeras características (que serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 2), o jornalismo popular notabiliza-se pela exacerbação da linguagem. A espetacularização que marca a notícia sensacionalista expõe, de maneira gritante, sua intencionalidade. No jornalismo popular, o caráter enviesado surge como explícito, como se não houvesse necessidade de zelar pela objetividade e isenção, valores tão caros à rotina e à ética profissionais.

Em uma de suas manchetes, o jornal *Meia Hora* estampou “Aberto 24 horas – Ariadna’s Coiffeur – Corto Cabelo e Pinto – Entrada pela frente e pelos fundos”, tendo ao fundo a coloração rosa. Em outro momento, o jornal *Expresso* “manchetou” “*Playboy* não quer Ariadna nem a pau!”. No primeiro caso, a chamada sugeria à transexual feminina que abrisse um salão de beleza, caso fosse eliminada do programa. No segundo, a referência apontava para a recusa da famosa revista em ter Ariadna como protagonista de sua edição.

Os recursos linguísticos e semânticos ali utilizados exploram abertamente a condição transitória de gênero e sexo da participante do *Big Brother Brasil 11*. A ambiguidade dos termos logo se esclarece. Afinal, “o sentido de uma palavra é traço de união entre interlocutores e só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. Assim entendida, a significação é o efeito da interação do locutor com o receptor” (BRANDÃO, 2012, p. 34). Nesse sentido, o discurso traz o pressuposto de um conhecimento comum, compartilhado, sem o qual a compreensão seria impossível.

A investigação sobre o discurso jornalístico é uma operação complexa. Charaudeau (2010) conceitua o discurso de informação das mídias como “uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (CHARAUDEAU, 2010, p. 12).

A função social que a mídia exerce, no entanto, não significa que ela seja onipotente ou guarde controle pleno sobre a sociedade. Pelo contrário, o ponto de vista que fundamenta esse estudo é o de que a mídia é um eixo que maneja o simbólico, filtrando significados. Ao coexistir com outros atores sociais, o discurso midiático é uma força simbólica que se articula relacionalmente a outras forças, compondo uma das tantas engrenagens da ordem social.

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público. A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constroi uma visão, um sentido particular do mundo. [...] Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2010, p. 19-20).

Longe de querer endossar a metáfora como um argumento de “malignidade” do jornalismo, o trecho mostra-se relevante por ressaltar a natureza parcial do jornalismo. No caso do jornalismo popular, seu discurso muitas vezes aproxima-se do deboche, do circense, assumindo uma visão que, no caso da transexualidade, está articulada a uma condição que tem, social e historicamente, um caráter de abjeção (LEITE JUNIOR, 2012).

A parcialidade do jornalismo é uma operação estratégica. O conteúdo e a forma passam por uma cadeia de tratamentos precisa de um tratamento básico. Torná-los inteligíveis depende da harmonização de sistemas semiológicos distintos. As comunicações verbal e gráfica (objetos de análise neste estudo) estão, no jornalismo, em relação de complementaridade. Estão dispostas de maneira que não haja ruído, incoerência. A costura dessa articulação é feita tecnicamente, no nível operacional e rotineiro da prática jornalística. Mas a técnica não existe no vácuo e responde a determinadas concepções profissionais e interesses empresariais, que, por sua vez, estão entrelaçados ao universo cultural. Dessa dinâmica surgem as maneiras de significação da mensagem.

Para que a narrativa faça sentido e haja troca comunicacional, Charaudeau (2010) aponta que o discurso do jornalismo é marcado pela cointencionalidade. Para que isso se efetive, é necessário que o conteúdo seja previamente escolhido (procedimento que será abordado no capítulo 2, dada a natureza específica do gênero do jornalismo popular) e receba um tratamento particular. Esse tratamento irá se traduzir em linguagem. O que está em jogo é a inteligibilidade, que depende necessariamente de escolhas discursivas, não apenas aquelas internas ao discurso, mas aquelas externas, que aparecem como pano de fundo para a troca comunicacional. “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a

transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro” (CHARAUDEAU, 2010, p. 39).

Olhar para além do discurso enquanto ordenação textual e gramatical é mirar a narrativa jornalística no seu lugar cultural. Cada sociedade tem suas formações ideológicas, e a análise das mesmas é uma das condições fundamentais para que se possa estudar o discurso. A narrativa é um elemento que não se encerra na gramática. A análise de um texto, conforme aponta Barros (2011a), implica olhar para os procedimentos de organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto. “O sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir” (BARROS, 2011a, p. 54).

Barros (2011a) define o que denomina como “sistema de interação social sobre a mídia”:

Ocorre que esse jogo de expressões e impressões culturais não fica limitado aos contornos da mensagem e às relações mais diretas entre emissores e receptores. A produção de sentidos, que gera “ação”, não pode ser pensada apenas nos limites da semântica, em suas delimitações mais restritas, ligadas à interpretação do texto. Ela se estende no contexto social no qual estão inseridos os interlocutores do discurso midiático e precisa ser estudada desde uma visada semântico-pragmática, que se abre no plano das apropriações, quando o texto se torna ação (BARROS, 2011a, p. 22).

O fato de as ações geradas pelo discurso midiático não serem propósito deste trabalho não significa dizer que a recepção está excluída da preocupação. No entanto, procura-se pensar no nível mais global, isto é, olhando para o discurso jornalístico popular como um amálgama que reúne representações de diversas ordens. Desta feita, refletir sobre o discurso enquanto operação social é pensar na sua totalidade que abriga emissores, receptores, veículo e conteúdos socioculturais. Significa pensar a comunicação na sua dimensão cultural.

O estudo das temáticas do gênero e da sexualidade na mídia tem sido uma preocupação vigente. O papel que as mídias desempenham na sociedade tem sido problematizado, demonstrando a relevância do jornalismo na sua condição de interlocutor cultural.

A publicação *Olhar sobre a Mídia* (2002), da Comissão de Cidadania e Reprodução, entidade civil que busca promover a liberdade, a dignidade e a saúde no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, chama a atenção, em seus artigos, para a importância da mídia na criação de uma cultura de cidadania, bem como na reprodução de valores e sentidos

culturalmente marcados. Analisando a cobertura de jornais brasileiros, o livro joga luz sobre as representações que são veiculadas pela imprensa, a respeito de diversos aspectos: a geração de percepções sobre temas que envolvem dignidade e violência simbólica contra minorias sociais, a carnavalização do que não se conhece, a exatidão das informações e o uso adequado de conceitos, dentre outros fatores.

No artigo “Bioética e os Temas de Fronteiras das Biociências“ (CCR, 2002), a médica Fátima Oliveira observa a dificuldade de se considerar questões de gênero e raça na construção de um discurso que fuja ao padrão racista e machista da sociedade brasileira. “Gerar e publicar informação é um tipo de poder e um grande poder” (OLIVEIRA, 2002, p. 44). Ao pensar sobre a ética no campo jornalístico, a autora destaca que:

[...] é algo que objetiva e possibilita um consenso entre a visão de mundo (a moralidade) de quem seleciona e emite a notícia (jornalista e órgão de imprensa) com o mundo privado/político/ideológico da pessoa receptora (leitor/a). Portanto, a eticidade informativa é, ao mesmo tempo e simbolicamente, intrínseca ao emissor e à pessoa receptora, mas não restrita a ambos, pois encontra-se intimamente vinculada com o mundo do público/coletivo/social e com os interesses mercantilistas da empresa/emissora/produtora de notícias [...] (OLIVEIRA, 2002, p.49).

No campo da sexualidade, o surgimento da Aids, nos anos 1980, é um momento histórico marcante para o mundo: o papel da mídia foi determinante na construção de representações sobre a epidemia. Certos enquadramentos prevaleceram, dentre os quais o que associava a doença à homossexualidade, uma espécie de “câncer gay”. Tal perspectiva foi problematizada pelos Estudos Culturais, colocando em evidência determinadas tensões sociais mobilizadas pela mídia. Hall (2003) enfatiza o papel da academia diante de pessoas que morrem em um contexto de discriminação: “Como podemos negar que a questão da Aids está relacionada com a representação de certas pessoas em detrimento de outras? A Aids é o local onde o avanço da política sexual está sendo revertido” (HALL, 2003, p. 201).

Galvão (2002) destaca que, com o passar dos anos, a trajetória do olhar midiático foi se alterando, ampliando os enfoques para questões como tipos de medicamento, formas de prevenção, epidemia e minorias, discriminação no trabalho, aspectos jurídicos das patentes etc. “[...] os meios de comunicação devem estar cientes do papel que desempenharam, e ainda desempenham, na formulação de um tipo de conhecimento sobre a epidemia” (GALVÃO, 2002, p. 78).

Rios (2002), partindo dos sistemas simbólicos que definem a sexualidade no Brasil (que serão discutidos com mais profundidade no capítulo 3), destaca os padrões de masculinidade e feminilidade, o discurso médico-científico sobre desejos e comportamentos,

a moral cristã e a ideologia do erótico: presentes no cotidiano, tais referências se articulam e dialogam na constituição de representações que terminam estampadas nas páginas dos jornais.

Rios (2002, p. 117-118) observa alguns padrões de enunciação, tais como o pouco espaço para a voz da academia e dos movimentos sociais, impedindo que certas representações sejam questionadas, e a abordagem policialesca, marcada pelo exagero que, para o autor, pode levar “à sensação de ‘naturalização’ e ‘cristalização’ de desigualdades e injustiças, imobilizando os sujeitos”. Para o autor:

Ainda que consideremos o enviesamento dos jornais (ausências para determinadas questões e de abordagens propositivas, ênfase na descrição e no espetacular etc.), podemos afirmar que eles espelham tanto as contradições e ambiguidades de nossa cultura sexual, como o lugar central que tem nela a violência (RIOS, 2002, p. 142).

Conforme Charaudeau (2010) destaca, a comunicação é uma operação que faz circular sentidos, que não se dão antecipadamente. Eles se configuram discursivamente e, para tanto, é importante pensar este processo enquanto troca social. Essa troca abrange o processo de significação do mundo, em que objetos vão sendo categorizados, tornando-se compreensíveis ao outro, ao público a quem se dirige. “A finalidade do homem, ao falar, não é a de recortar, descrever, estruturar o mundo; ele fala, em princípio, para se colocar em relação com o outro. [...] Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação” (2010, p. 42).

Quem é o outro a quem se dirigem as representações sobre transexualidade em análise neste estudo? Na impossibilidade de se definir precisamente o universo de leitores do jornalismo popular, a estratégia editorial dos jornais trabalha com categorias fechadas de leitor. Faz-se uma estimativa de público, uma representação (idealização) que resume, de maneira restrita, um tipo de leitor a ser buscado pelo jornal (dinâmica que será discutida no próximo capítulo).

É importante destacar, nesse sentido, que para além das mediações processadas pelo conteúdo jornalístico, há também um processo de mediação de concepção de público. A audiência, o leitorado, o ouvinte, são imaginados e presumidos por estudos. A produção narrativa midiática, conforme argumentam Almeida e Hamburger (2004, p.117-118) ao analisarem as representações de sexualidade na televisão, envolve “[...] a presença – discreta, porém estratégica – desse imaginário na construção de tipos ideais de segmentos de público”.

Para as autoras, a articulação entre mídia e sexualidade legitima representações de ordens distintas, especialmente por causa do discurso jornalístico como reflexo de estratégias institucionais e empresariais.

Associamos o saber sociológico [...] com o que denominamos “mecanismos de construções de audiências”. Baseados em procedimentos técnico-científicos, pesquisadores de mercado constroem perfis “típicos” de audiências entendidas de maneira genérica e/ou segmentada. Essas construções constituem interlocutores ideais imaginários, com os quais produtores e criadores, atuantes nos meios de comunicação, interagem na formatação de conteúdos específicos (2004, p. 118).

Ainda conforme Almeida e Hamburger (2004), há:

uma literatura ampla e diversificada que estabeleceu a construção de subjetividades de gênero, ou as negociações de sentido que se dão na mídia, seja na produção, no conteúdo e na recepção, como problemática inevitável das imagens que saturam o cotidiano nas sociedades contemporâneas (Ibid, p. 132).

É importante trazer essa reflexão, pois o estudo de discurso aqui proposto busca, em meio a escolhas metodológicas e teóricas, analisar representações que são construções da realidade. Não se pretende, entretanto, descobrir uma realidade que dê conta do significado da transexualidade, nem buscar encontrar verdades absolutas por trás dos conteúdos. A própria transexualidade é uma condição em disputa: médicos, antropólogos, psicólogos, autoridades governamentais e outros atores sociais enunciam definições conflitantes. Assim como ocorre com a ideia de “popular” que define o gênero jornalístico. O objetivo, portanto, é descrever que versão de realidade está contemplada ali, o que inclui pensar a realidade em nível de público-alvo presumido e de códigos culturais que fornecem um tipo de conhecimento sobre sexualidade e gênero. Parece, nesse sentido, mais lógico pensar a realidade como um domínio construído por meio de representações negociadas, mediadas, que irão fazer a ponte entre os diversos elementos que constituem a ordem social e estarão textual e graficamente nas capas de jornais.

O que define e caracteriza uma representação? Para dar seguimento ao trabalho, é importante abordar noções sobre tal conceito.

1.1 Representação: um Conceito Central nas Ciências Humanas e Sociais

De que maneira a realidade se apresenta aos indivíduos? Que filtros lhes servem para pensar e agir nas práticas diárias? Como as sociedades se agrupam e se identificam em torno de um conhecimento compartilhado? Que unidades simbólicas são utilizadas para fundamentar e definir discursos? No cotidiano, as representações constituem um recurso

permanente para o curso da vida. Formas de pensar, classificar e julgar, maneiras de raciocinar e padrões de comportamento estão articulados simbolicamente e participam da compreensão do mundo. Compreender tais operações constitui uma preocupação permanente da pesquisa científica, em distintas disciplinas. O investimento dedicado pela academia não é aleatório: os homens operam simbolicamente e discursivamente, produzindo e multiplicando signos. Somos os únicos com capacidade de forjar representações de maneira intencional, usando conscientemente as formas simbólicas (POLISTCHUK; TRINTA, 2003).

Para delimitar perspectivas, a intenção é fazer uma breve contextualização do conceito de representação a partir de autores e correntes paradigmáticos. Tal proposta foi levada à frente em artigo (GROTZ; RODRIGUES, 2012) apresentado no 5º Congresso de Estudantes de Programas de Pós-Graduação. De Émile Durkheim e seu empreendimento de definir uma teoria sociológica, passando pela Psicologia Social de Serge Moscovici, e, por fim, chegando ao domínio da História Cultural, o conceito de representação foi sendo delineado e transformado. No período inicial da sociologia moderna, Émile Durkheim (1996), ao estudar religiões de sociedades tradicionais australianas, refletiu sobre o que seriam representações coletivas. De acordo com o autor francês, as representações teriam um efeito prático e objetivo, isto é, operariam na organização da vida diária dos indivíduos. Com função instrumental e desempenhando relevante papel social, as representações seriam entidades com ascendência sobre os sujeitos. Na teoria durkheimiana, a esfera do pessoal estaria a reboque das forças sociais coletivas.

A título de exemplificação, Durkheim (1996) apontou que as noções de tempo e espaço, elementares para a vida humana, não seriam senão representações talhadas coletivamente, com implicações para a existência de cada indivíduo.

As representações propostas por Durkheim expressariam ideias que ele entendia como absolutas. A vida intelectual e as crenças seriam espelhos de necessidades humanas universais sobre algum aspecto da vida. Não é por outro motivo que Durkheim argumenta que ideias fundamentais não exprimem realidades diferentes. Todas as ideias e atitudes, originadas da religião e traduzidas em rituais, seriam o reflexo contingente e material de estados internos de valor único. As representações, assim, desempenham uma dupla função: regular as individualidades e fortalecer a sociedade em vínculos gregários. São, nesse sentido, funções que implicam idealização.

A formação de um ideal não constitui um fato irreduzível, que escapa à ciência; depende de condições que a observação pode alcançar; é um produto natural da vida social. Para que a sociedade possa tomar consciência de si e manter, no grau de

intensidade necessário, o sentimento que tem de si mesma, é preciso que ela se reúna e se concentre. Ora, essa concentração determina uma exaltação da vida moral que se traduz por um conjunto de concepções ideais nas quais se exprime a vida nova que acabou de despertar (DURKHEIM, 1996, p. 466).

Durkheim reflete ainda sobre ciência em sua dimensão representacional. Para o autor, o pensamento científico é uma derivação do pensamento religioso. Suprimindo elementos acidentais e operando com senso crítico, a ciência, no entanto, não é um elemento oposto à religião. É um domínio que apenas pensa em bases (representações) distintas, refutando o raciocínio dogmático.

Os valores e ideias que se forjam na e pela religião estão na base dos discursos, gestos e julgamentos. A coletividade é um domínio moral que nasce de conceitos e representações que se situam em uma região diferente do espírito. Surge de estruturas estanques e universais determinantes para a inteligência e a cognição humanas. Portanto, as representações configuram uma forma de sabedoria. Não há indivíduo fora da coletividade, fora do amálgama das representações e dos conceitos societários.

Pelo simples fato de existir a sociedade, existem também, fora das sensações e das imagens individuais, todo um sistema de representações que gozam de propriedades maravilhosas. Graças a elas, os homens se compreendem, as inteligências se interpenetram. Elas possuem uma espécie de força, de ascendência moral, em virtude da qual se impõem aos espíritos particulares. Por conseguinte, o indivíduo se dá conta, ao menos obscuramente, de que acima de suas representações privadas existe um mundo de noções-tipos segundo as quais deve regular suas ideias; ele percebe todo um reino intelectual do qual participa, mas que o excede (DURKHEIM, 1996, p. 485).

Com uma abordagem diferente, a Psicologia Social, que tem em Serge Moscovici uma figura proeminente, entende as representações como uma espécie de senso comum que se presta a ligar as pessoas: uma forma de conhecimento prático que surge das interações humanas, com os interesses, os contextos e as necessidades de cada grupo social.

As representações, para Moscovici (2011), envolvem não apenas forças coletivas, mas também forças individuais. Para o autor, as representações não são forças estanques e fixas. O que as caracteriza é a dinamicidade, pois os processos sociais e coletivos também se reciclam e inovam. As representações, neste sentido, não são tomadas como algo dado; elas são processuais e fluidas, constituídas por relações de força e inscritas culturalmente.

Como tal processualidade se configura? Como se formam e se organizam as representações? O autor define representação como uma forma de conhecimento que conecta o sujeito ao objeto. O caminho que permite tal conexão é um percurso comunicativo: através

dele, os indivíduos concebem uma ordem ao mundo e tornam possível o diálogo com o outro. A ação de comunicação entre os sujeitos, portanto, é um elemento central que media a constituição, difusão e o compartilhamento das representações.

A existência do homem, o convívio societário e o fluxo geral do cotidiano são mediados pela representação. A realidade, para Moscovici (2011), é uma imagem, e não um domínio absoluto. Apreende-se simbolicamente a todo instante, com o intuito de tornar convencional os objetos, categorizando-os de forma a facilitar a compreensão das coisas e a resolução de problemas. As representações existem para dirimir os impasses; estão enraizadas, ao longo das gerações, nos atos e pensamentos dos indivíduos.

[...] Cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagens ou culturas. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado tanto por nossas representações, como por nossas culturas. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2011, p. 35).

O pensamento dos homens, para Moscovici (2011), é uma derivação das convenções e da memória, que se presta a facilitar a vida e a tornar familiar o que é estranho. O pensamento, nesse sentido, é uma ação socialmente inscrita. As representações sintetizam e classificam o mundo; elas estabilizam a existência. Tudo, para Moscovici, é representação: a ciência e a pesquisa não produzem resultados que não sejam imbuídos de representações.

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2011, p. 37).

A trajetória científica do conceito de representação deslizou para distintos campos de saber, ao longo do século passado. A assunção da cultura como elemento teórico-metodológico central na reflexão científica, sobretudo a partir da entrada em cena do paradigma da História Cultural, trouxe à superfície novas abordagens.

Antigos conceitos – como classe e civilização – e elementos como política e economia cada vez mais, a partir da segunda metade do século XX, passaram a ser preteridos em relação a componentes culturais no estudo da História (BURKE, 2008). A chamada “virada cultural”

passou a privilegiar as distinções simbólicas de grupos específicos, em locais e períodos específicos, esvaziando concepções generalizantes de definição e compreensão do mundo. Esquemas teóricos e metodológicos foram se alterando. As representações foram transportadas para o domínio do individual, saindo da alçada do determinismo coletivo à medida que o estatuto da imaginação foi reingressando no fazer científico.

A entrada em cena dos sujeitos na mediação simbólica com o mundo foi um processo gradual, importante para a discussão sobre representação. Peter Burke (2008), ao analisar o surgimento e a consolidação do paradigma da História Cultural, rememora tal percurso por meio de uma leitura antropológica.

Ao longo do século XX, aspectos culturais foram sendo incorporados como fundamento teórico e instrumento de análise para o conhecimento científico. Sobretudo na História, o passado foi culturalmente inscrito pelo olhar dos historiadores. A ênfase nas experiências, ideias, hábitos, cerimônias e costumes tornou-se ponto de partida para inúmeros pesquisadores. Por exemplo, Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (anos 1920), buscou raízes culturais para entender o sistema econômico norte-americano. Norbert Elias, em *O processo civilizador* (anos 1960), fez uma leitura dos modos à mesa sob a ótica da cultura.

O estudo das culturas teve no antropólogo norte-americano Clifford Geertz um marco teórico capital. Sua teoria interpretativa da cultura influenciou diversos historiadores ao propor uma ênfase na interpretação dos significados, em oposição à leitura das funções sociais dos hábitos e costumes. Nessa dinâmica de pesquisa, nota-se que o papel do indivíduo é valorizado. Burke (2008) afirma que, na década de 1970, houve a ascensão do que ele chama de “micro-história”, contexto em que as experiências concretas e muitas vezes minimalistas se tornaram objeto de estudo.

Para Burke (2008), a produção de conhecimento no campo da História Cultural privilegia as múltiplas possibilidades de construção discursiva da realidade. Pessoas distintas podem narrar um fato a partir de pontos de vista diferentes. O mundo se apresentaria também por meio de percepções e intuições particulares. A faculdade das sensibilidades seria um processo individual, preso à esfera privada e íntima. Na perspectiva aqui mencionada, a realidade pode ser matizada, e ideias fundamentais talvez não sejam tão absolutas.

Em lugar do sentimento anterior, de restrições, de determinismo social, de um mundo de estruturas sociais ‘duras’, muitos estudiosos agora expressam um sentimento quase inebriante de liberdade, de poder da imaginação, de um mundo de formas socioculturais ‘macias’, maleáveis, fluidas ou frágeis (BURKE, 2008, p. 101-102).

Nesse sentido, as representações aparecem como estruturas simbólicas de cunho mais subjetivo, como se a percepção individual antecedesse a representação, como se tais representações, mais interiorizadas, fossem presididas pela sensibilidade íntima.

A proposta da História Cultural também reflete sobre a noção da verdade. Para Pesavento (2003), as representações não devem ser entendidas como uma reprodução fiel da realidade. A rigor, a própria realidade, como tem sido aqui discutido, é uma construção humana.

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. [...] As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído, de forma contraditória e variada, pelos grupos do social (PESAVENTO, 2003, p. 41).

Nessa perspectiva, em que existem regimes de verdade que se constroem por meio de representações, a ordem social estaria aberta a múltiplas significações. A mediação do indivíduo com o mundo não seria, portanto, uma imposição meramente coletiva. A verdade, nesse sentido, surge como efeito da interação entre representações – sejam elas coletivas ou individuais. Interações que também conformam noções sobre a vivência sexual e de gênero, acessíveis em agentes sociais como a mídia. Buscar tais noções impõe alguns desafios, dentre os quais pensar técnicas de leitura da realidade midiática. Para tanto, parece pertinente trabalhar com a ideia de unidades de representação da “realidade”.

1.2 Dimensão jornalística da “realidade”

A mídia é um espaço importante no processo de construção da sexualidade, socializando significados (MAKSUD, 2000). Kulick (2008) e Benedetti (2005) destacam como a imprensa desenvolve função capital na formulação de concepções sobre o universo trans, em geral capturado de maneira pejorativa. Significados vão sendo delineados de modo a dar um sentido ao mundo cotidiano, às relações sociais que nele se desenvolvem e a facilitar o diálogo e o entendimento. Enquanto ser que articula simbolicamente o pensamento e o agir, o homem estabelece unidades de enquadramento do mundo, que são modeladas na teia social em que está inserido e da qual a mídia é fio integrante. Nesse sentido, a mídia, como todo

discurso, fala de um lugar social, político e cultural. Fala, portanto, operando enquadramentos da realidade.

De que maneira o discurso midiático se estrutura? São inúmeros os estudos que buscam investigar os recursos de que a mídia faz uso para descrever e significar a realidade. Charaudeau (2010, p. 47) destaca que a narrativa midiática constrói, por meio de representações, “uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade”. Tais representações:

se baseiam nas trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim, é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza [...]. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (CHARAUDEAU, 2010, p. 47).

Para Charaudeau (2010), uma forma de pensar o discurso é olhá-lo por meio das palavras. As palavras, nesse sentido, seriam unidades mínimas ideológicas, assim como outros recursos que serão discutidos mais detalhadamente no capítulo de metodologia. De acordo com o autor, por exemplo, os efeitos interpretativos de manchetes dependem de escolhas lexicais. No estudo aqui proposto, a função de determinadas palavras será fundamental para se refletir sobre a construção social da sexualidade e das identidades. Conforme Maksud (2000, p. 02) aponta, as concepções sobre gênero e sexualidade podem ser apreendidas “através da análise de mecanismos do discurso, expressos nos planos da linguagem, da iconografia e da tipologia das letras utilizadas”.

Gilberto Velho (2010), no trabalho “Utopia Urbana: um estudo de antropologia social”, que também servirá como referencial metodológico para o presente trabalho, efetuou uma pesquisa com moradores de um edifício da zona sul carioca. A intenção era identificar, no discurso dos entrevistados, representações comuns que justificassem a escolha pelo local de moradia. Nesse sentido, Velho (2010) também partiu de uma análise das falas, observando expressões e palavras – chamadas de unidades mínimas ideológicas – para vinculá-las às relações de poder que marcam geograficamente a cidade do Rio de Janeiro. Conforme será discutido no capítulo de metodologia, o atual estudo também optará por expressões e palavras como unidades de representação da “realidade”.

O discurso informativo, conforme tem sido discutido, existe em um dado contexto, dentro de um quadro de referências. Existe enquanto representação social. Não havendo,

assim, um único enunciado, mas sim um emaranhado de vozes, a comunicação jornalística está marcada pela sua natureza coenunciativa. Há inúmeros acontecimentos diários passíveis de serem noticiados. Mas a notícia em si só ganha vida quando é nomeada, tratada discursivamente. A realidade bruta, portanto, é significada no momento em que é colocada em enunciação, através de categorias simbólicas, de modo a fazer sentido social.

Yiengar (1991) pensa o jornalismo sob a ótica dos enquadramentos. Para o autor, noticiar algo é promover uma alteração indireta (não evidente) na declaração de um fato, de um problema.

Estudando o noticiário televisivo sobre política nos EUA, Yiengar (1991) observou que as variações de linguagem são capazes de influenciar a apreciação e o juízo da audiência sobre determinado assunto. A contribuição de seus estudos para este trabalho está na possibilidade de ilustrar a importância do jornalismo no processo de mediação de representações. Ao afetar a formação de opinião nas pessoas, o discurso jornalístico aparece como elemento de mediação cultural, de filtragem de representações que, no fluxo do cotidiano, estarão entrelaçadas a tantas outras que circulam pela sociedade. A configuração textual dos fatos, nesse sentido, também pode ser encarada como uma estrutura de construção de sentido.

Para Charaudeau (2010, p. 27), o sentido do texto é condicionado “pela organização semiodiscursiva feita de combinações de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual”. A articulação de um sentido, no jornalismo, é um processo de restrições, pois está circunscrito pelas possibilidades de significação. Conforme foi discutido anteriormente, o manejo das representações possibilita a definição de fatos, que se estruturam a partir de unidades elementares de significação.

O senso comum é um recurso elementar e poderoso para as mediações sociais, sendo muito recorrente no jornalismo. Para Neveu (2003), o senso comum é um elemento do composto da notícia. Dentre os inúmeros fatores que enredam a construção noticiosa, o conhecimento vulgar, de reconhecimento imediato, é central no discurso jornalístico. Especialmente no gênero do jornalismo popular, há uma restrição da “política de significação” (SERRA, 1980), que exploraria a realidade em seus matizes e contradições. Para um fato ser qualificado como notícia, são necessárias algumas condições – denominadas por Neveu (2003) como “newsworthiness” (que serão debatidas com mais profundidade no próximo capítulo). “Confrontados com a necessidade de intervir rapidamente sobre o acontecimento e de dar uma interpretação inteligível, os jornalistas recorrem frequentemente a interpretações redutoras” (NEVEU, 2003, p. 85).

Como tais interpretações se manifestam no jornalismo popular? Que tipo de economia discursiva e textual é acionada para que a realidade torne-se legível? Que características podem ser apontadas como definidoras do gênero do jornalismo popular? O que, afinal, é o popular? São questões que serão discutidas no capítulo seguinte.

2 JORNALISMO POPULAR: HISTÓRIA E CONCEITOS

O campo jornalístico encontra-se segmentado em gêneros. Há modelos de jornalismo que apresentam particularidades quanto à forma narrativa, às prioridades de conteúdo e aos suportes tecnológicos. As modalidades podem ser apresentadas sob diversas nomenclaturas: jornalismo investigativo, literário, científico, institucional, comunitário, webjornalismo, cultural, jornalismo empresarial.

Nesse estudo, o foco é o chamado jornalismo popular nas suas interfaces com o contexto cultural relativo aos códigos de gênero e sexualidade. O que singulariza o jornalismo popular no Brasil? Que tipo de representações o popular enquanto categoria social evoca?

Para Amaral (2006), um aspecto que marca sobremaneira o jornalismo popular é a sua retórica sedutora e sensacionalista, que se traduz em diversas estratégias de produção de notícia. Para entender a sedução enquanto recurso de construção da realidade, é importante discutir as raízes históricas das práticas discursivas que caracterizam o gênero.

De acordo com Angrimani (1995), o sensacionalismo nasce junto com a imprensa em seus primórdios, tendo proeminência como um gênero específico através de periódicos na França e nos Estados Unidos. Desde o século XVI, jornais franceses já demonstravam predileção por fatos e histórias catastróficas, bizarras, violentas e incomuns, reunidas em brochuras conhecidas como “occasionnels”. No século XIX, os jornais populares traziam seções conhecidas como “*canards*”, publicações de uma página que tinham no *fait divers*, centrados no insólito, no extravagante, no raro e no humor, seu conteúdo privilegiado. Os fatos ali narrados eram sempre da ordem do extraordinário, daquilo que quebra uma lógica (ANGRIMANI, 1995).

Alguns exemplos de manchetes dos “canards” e dos “occasionnels”: “Um crime abominável!!! Um homem de 60 anos cortado em pedaços” com o subtítulo: “Enfiado em uma lata e jogado como ração aos porcos”. Outra manchete: “Um crime pavoroso: seis crianças assassinadas por sua mãe”. Mais uma: “Um crime sem precedentes!!! Uma mulher queimada por seus filhos” (ANGRIMANI, 1995, p. 20).

A preferência pelo bizarro e pelo extremo, apresentados de maneira enfática, também se notabilizou nos Estados Unidos. Amaral (2006) afirma que no século XVII já havia periódicos com traços sensacionalistas. No século XIX, com o incremento das técnicas de impressão, o aprimoramento do telégrafo, a expansão das redes de cabos submarinos e o

surgimento do telefone, os jornais expandiram seu alcance. A configuração de um sistema público de ensino foi também relevante para a criação de um público-leitor.

O cotidiano da população tornou-se assunto predileto de jornais em detrimento de temas como política. “O tédio dos jornais tradicionais foi substituído por notícias sobre assassinatos, incêndios, suicídios e distúrbios de rua” (AMARAL, 2006, p. 17). A chamada *penny press* remete a esse período, em função do jornal *New York Sun*, fundado em 1833, que custava um centavo (um *penny*). A desordem, o fato que quebra a lógica e o fluxo geral do cotidiano, nesse sentido, aparecem como elementos centrais na narrativa jornalística sensacionalista.

Duas figuras se destacaram nos Estados Unidos. Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst lançaram, no final do século XIX, respectivamente, o *New York World* e o *Morning Journal*. Com preços baixos, manchetes de tom escandaloso, tipografia chamativa e “garrafal”, notícias irrelevantes e por vezes distorcidas e falsas, os dois jornais concorrentes podem ser considerados um marco histórico na constituição do gênero popular no jornalismo. “Hearst e Pulitzer lutaram com todos os meios para expandir suas circulações e voltaram-se para truques sensacionalistas, protagonizando uma guerra comercial entre os jornais” (AMARAL, 2006, p.18).

A expressão “jornalismo amarelo” também é uma derivação dessa época, fazendo alusão a um personagem de quadrinho do *New York World* que se vestia de amarelo. O termo “imprensa marrom” também está associado ao jornalismo popular, embora a atribuição de origem apresente divergências. Para Angrimani (1995), no Brasil, a expressão significa uma acusação pejorativa a um veículo. Para o autor, a origem é francesa e alude à cor marrom como metáfora de ilegalidade e clandestinidade. “[...] a origem possível do termo marrom teria sido uma apropriação do adjetivo *cimarron*, que se aplicava na metade do século XVII aos escravos fugidios em condição irregular” (1995, p. 22). De acordo com Amaral (2006), a expressão é o equivalente brasileiro do “jornalismo amarelo”. Embora também chame a atenção para a origem francesa, a autora lembra que

Já o jornalista Alberto Dines afirmou em entrevista que a expressão ficou generalizada a partir do uso no jornal *Diário da Noite* (RJ) em 1960. Dines, repórter do jornal na época, soube que alguém havia se matado por ter sido chantageado por uma revista de escândalo e fez uma manchete mencionando que a imprensa amarela havia levado um cineasta ao suicídio. Calazans Fernandes, chefe de reportagem, teria alterado a manchete: trocou a expressão “imprensa amarela” por “imprensa marrom”, relacionando o marrom à “cor de merda”. Desde então, a expressão “jornalismo marrom” é usada no Brasil para designar jornais e revista de escândalos (2006, p. 19).

No Brasil, a segunda metade do século XX assiste ao surgimento de vários periódicos do gênero. *O Dia* (RJ) e *Notícias Populares* (SP) se destacam como marcos de um estilo que privilegia capas com alto teor sexual e violento. O cotidiano noticiado é sempre da ordem da exacerbação. Um dos traços que caracteriza o jornalismo popular é a maneira como explora representações, privilegiando ênfases textuais, imagéticas e conteudísticas que se notabilizam pelo excesso. De acordo com Pedroso (2001), o sensacionalismo, que se manifesta nessas condições, remete à:

[...] exploração desse fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir apenas na classe baixa. E é no distanciamento entre leitura e realidade que a informação sensacional se instala como cômica ou trágica, chocante ou atraente (PEDROSO, 2001, p. 52).

A reflexão sobre sensacionalismo no âmbito do jornalismo popular remete à própria concepção do que é o popular, tradicionalmente associado a classes desfavorecidas e a uma suposta vulgaridade, pouco letramento e alta sensibilidade para o drama, o escândalo. Por isso, conforme destaca Amaral (2006), o sensacionalismo seria uma forma de acessar a representações de tal camada de modo a tornar a mensagem compreensível. A esse processo, chama-se comunicabilidade. Assim, discutir o jornalismo popular exige que se fale o que, de fato, essa categoria social expressa.

2.1 Definições e Fronteiras Teóricas do Popular

De acordo com tal conceito, a compreensão das mensagens jornalísticas está ligada à cultura dos setores populares. Tais setores remetem, de acordo com Amaral (2006, p. 61), a “elementos conceituais confusamente sistematizados”, os quais espelham “falta de clareza a respeito das contradições reais”. Para a autora, a estrutura empresarial das organizações de comunicação estipula uma imagem prévia do campo da recepção.

As características do veículo por si só fornecem ao jornalista pistas sobre quem é seu leitor. Com pesquisas mercadológicas ou normas preestabelecidas nos manuais (“colocar-se no lugar do leitor”), a imprensa forma uma noção de seu público, do que ele deseja e do que ele necessita. As pesquisas não traduzem os hábitos e gostos de forma fiel, mas esboçam um perfil do leitor. A imagem do que deva ser o público de determinado jornal ou programa fica presente na cabeça dos editores e jornalistas, mesmo que não opere de forma consciente no cotidiano (AMARAL, 2006, p. 60).

Nesse sentido, estabelece-se uma espécie de contrato entre leitor e jornal, que se comunicam pela via da cultura. Atribui-se ao segmento popular uma dificuldade de “distanciamento crítico dos fatos e certa dogmaticidade, ou seja, uma incapacidade de abandonar a segurança estabelecida em torno de certas verdades, noções, ideias, conceitos, valores, relacionados a uma concepção de mundo” (AMARAL, 2006, p. 61).

O mesmo tipo de pressuposto é verificado com os jornais conhecidos como de referência, que apostam em outros tipos de abordagem e critérios de noticiabilidade. A cultura, nesse caso, destaca Amaral (2006), também é o eixo de contato e inteligibilidade entre as partes envolvidas.

Analisando também as características do gênero jornalístico, a partir de uma perspectiva economicista, Pedroso (2001, p. 13) argumenta que a compra de um jornal é reflexo de um vínculo de confiança e identificação ideológico-cultural entre leitor e jornal. “[...] o modo de produção do discurso de informação realiza-se, dentro dessa relação entre instrução-poder-aquisitivo-consumo, como uma mensagem endereçada ou dirigida ao status cultural do seu leitor” (PEDROSO, 2001, p. 13).

A perspectiva da pesquisadora, que defende a ideia do gênero jornalístico como mecanismo de subordinação ideológica das classes mais pobres, destaca o “popular” como sinônimo de classe marginalizada social e economicamente. Deixa entrever, para efeito de discussão aqui proposta, como o conceito é polissêmico. O popular, nessa lógica, seria um segmento alienado, visto a precariedade das condições materiais da existência. Cabe como reflexão o questionamento se, de fato, é possível segmentar a sociedade em níveis de intelectualidade e instrução. Para além das assimetrias sociais que marcam um país com sérios problemas educacionais, seria mesmo o povo desprovido de capacidade intelectual?

Ainda que, de acordo com Pedroso (2001), o jornalismo popular brasileiro tenha procurado ampliar, a partir dos anos 1970, a abrangência de temas, o pressuposto negativo de público leitor permaneceu. Por que tais temas se perpetuaram? É um questionamento também a ser produzido.

Notícias sobre tecnologia, política internacional, cinema e outros itens tornaram-se mais frequentes, sem que se tenha abandonado a evocação do “escândalo gráfico e visual da primeira página ou à apelação das manchetes” (2001, p. 48). Dessa maneira, há

Uma diferenciação de tratamento, como diz Alberto Dines, igual a que é dispensada aos usuários do metrô e aos dos trens da Central. Supõe-se que o povo que utiliza os trens da Central é vândalo, e como tal é tratado; e ele (o povo), por sua vez, reage como tal. “O sensacionalismo é uma forma de mitificação de tratamento das classes sociais”: o povão só gosta (supõe-se que) de informação superficial, grosseira,

primária, desvinculada da estrutura social, política e econômica da sociedade (PEDROSO, 2001, p. 49).

Para Amaral (2006), prevalece a concepção de leitor como consumidor, que deve ser entretido antes de informado. Por isso, para a autora, “a relação do público com a mídia em geral baseia-se na fruição, que significa ‘usufruir satisfatoriamente de algo’, ‘gozar e utilizar’. Muitas vezes, os programas e jornais populares têm a visão de que o público só pretende desfrutar, satisfazer-se” (AMARAL, 2006, p. 63).

São pressupostos dessa natureza que são acionados para a construção das notícias: o enunciado jornalístico aparece como ato de discurso, que aponta a maneira pela qual se organiza um sentido em determinado grupo social (CHARAUDEAU, 2010). As empresas de comunicação, diante das condições específicas de comunicação e troca simbólica, procuram rentabilizar a narrativa de modo a capturar seu público. “[...] Através do ato de enunciação é que se constroi a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si” (CHARAUDEAU, 2010, p. 161).

O testemunho do outro é um testemunho pejorativo, sustentado pela noção de personagem totem (NEVEU, 2003, p. 75), que consiste na “representação, pelos jornalistas, de uma personagem simbólica do público”. No caso do jornalismo popular, um público com conhecimento supostamente raso, com presumida baixa capacidade intelectual e que, portanto, exigiria mensagens jornalísticas com determinado enquadramento: baixa complexidade e escassez informativa, embrulhados por uma narrativa dramática, pouco sóbria (PEDROSO, 2001).

O povo, então, seria uma massa desprovida de intelecto, organicamente ávida por tragédia e bizarrices? Ou uma idealização a orientar estratégias de comunicação? Ou ambos? Ou nada disso? O povo, como objeto de investigação, conforme lembra Martín-Barbero (2009), está mais para elemento construído do que para uma realidade pré-discursiva, inata.

A noção de povo está imbricada em processos históricos, devendo ser encarada como representação simbólica.

Fazer história dos processos implica fazer história das categorias com que os analisamos e das palavras com que os nomeamos. [...] há conceitos tão carregados de opacidade e ambiguidade que só a sua historicização pode permitir-nos saber de que estamos falando mais além do que supomos estar dizendo (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.31).

Martín-Barbero (2009) procura levantar as concepções iniciais sobre o povo. Houve, a princípio, duas visões que se contradisseram dentro de uma mesma ordem do mito: a visão

otimista e funcional do povo como elemento necessário e legitimador do governo civil, garantidor de uma nova modalidade de soberania política; e outra visão do povo como componente negativo de uma sociedade, instância marcada pela superstição, pela ignorância, pela desordem. Duas concepções situadas no processo de desenvolvimento iluminista, que buscou projetar a razão como ferramenta libertadora do homem. Nesse sentido, de um lado, a racionalidade colocaria o povo como elemento central no processo de formação de um Estado garantidor de direitos e imune à tirania absolutista; do outro lado, também serviria para embasar uma suposta irracionalidade do povo, incapaz de discernimento crítico sobre a organização e manutenção da ordem social.

O movimento do Romantismo, argumenta Martín-Barbero (2009), associou o povo enquanto categoria social à inventividade e à criatividade: um segmento que expressaria uma possibilidade positiva de desfrutar a existência. O autor pondera que, no entanto, se esquece, nessa visão, das condições de inserção do povo: diante das relações de poder que marcam as sociedades e em meio às relações de hegemonia das culturas oficiais dos Estados Modernos, a autonomia do povo seria uma concepção ingênua.

O século XIX, com a industrialização pujante e todos os seus efeitos econômicos, demográficos e urbanos, foi um período de mudanças profundas: a organização das sociedades alterou-se em função das novas modalidades de divisão do trabalho. A visão romântica do povo foi ressignificada à luz das novas condições históricas. Politizou-se a ideia de povo, que passou a ser representado como o segmento proletário, que vende sua força de trabalho em benefício da empresa capitalista. As demandas da classe operária foram reunidas, de maneira paradigmática, na obra de Karl Marx, cuja produção intelectual reformularia a noção de popular nos marcos do discurso comunista.

O povo, na concepção marxista, é resultado direto da miséria social produzida pelo capitalismo. A ignorância e a alienação do povo não seriam meramente abstratas e naturais. Seriam efeitos de uma realidade cuja exploração – resultante do controle por poucos dos meios de produção – destruiria as forças do trabalhador, personagem ícone da ideia de popular.

Uma crítica importante à concepção marxista de povo – gestada pelos Estudos Culturais – aponta para o determinismo presente nessa leitura: a ideia de povo estaria reduzida apenas à lógica de classe e seus conflitos atrelados aos modos de produção. Edward Palmer Thompson, em seu livro *A formação da classe operária* (1968), traz uma visão distinta, argumentando que a classe operária também produz cultura, a despeito das condições materiais desfavoráveis.

Se, pela leitura marxista, o povo é um efeito das forças econômicas, e pela ótica frankfurtiana, uma vítima da indústria cultural (uma ferramenta de dominação), a proposta dos Estudos Culturais altera a premissa: a cultura é fruto da sociedade e suas práticas como um todo, de todos os elementos que a compõem para além do eixo econômico. Apresentando uma nova visão sobre os fenômenos culturais, tal corrente teórica aposta no multiculturalismo como maneira de legitimar manifestações simbólicas diversas: o reconhecimento das diferenças passaria a envolver, necessariamente, a politização das manifestações culturais.

A noção de hierarquias (alta ou baixa) entre culturas presente no discurso frankfurtiano é criticada pelos Estudos Culturais, embora seja apontado que, na ordem social, há discursos hegemônicos que estratificam percepções e práticas. Nas sociedades, haveria manifestações de resistência promovidas por culturas específicas, de modo a combater as relações desiguais de poder. O ponto central dessa corrente teórica é o caráter instituinte das culturas, vistas como fenômenos de produção ativa de conteúdos e não apenas como mecanismo de consumo passivo e dominação. Nesse sentido, tal proposta situaria afirmativamente a cultura no espaço social e econômico, de tal maneira entrelaçados e tensionados que não seria possível determinar as dimensões exatas entre tais domínios.

Ainda que procure reconhecer as diferenças e observar práticas distintas, os Estudos Culturais são alvos de críticas. Para Polistchuk e Trinta (2003), há uma “reificação de categorias sociais, à moda da sociologia americana”, além de uma concepção teórica muito rígida.

Diz ainda de uma “antipolítica de cunho populista”, que seus adeptos e teóricos põem em prática, já que o estudioso-comentarista-pesquisador logo se faz advogado de uma causa, participante de um movimento, eleitora de um só voto – em qualquer caso, sempre intransigente na defesa e ilustração de práticas culturais, dentre as quais algumas são tidas como “marginais” ou, simplesmente, “subalternas”. Tratar-se-ia, então, de uma forma de exercício político radical, fundamentado em uma ortodoxia teórica (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 134).

Nota-se como o popular enquanto categoria teórica apresenta múltiplos sentidos, embora suas definições se façam sempre como um marcador social de diferença. Essa marcação vale também nas estratégias editoriais que identificam um jornal popular. Observando as projeções discursivas sobre os telespectadores, Almeida e Hamburger (2004, p. 128) lembram que “a audiência de televisão não é um dado ontológico, mas uma categoria socialmente constituída e institucionalmente produzida”. A lógica é a mesma para meios impressos.

Através de uma leitura cultural da história, Burke (2008) apresenta outros sentidos à ideia de povo, que surge também como categoria empoderada no jogo de produção simbólica e discursiva.

Para Burke (2008), que também se opõe à concepção economicista do popular, um dos problemas do marxismo é amarrar as relações sociais e culturais às engrenagens da cadeia de produção. A ideia de uma infra-estrutura (meios de produção) como sendo base e condicionante da configuração de uma superestrutura (na qual se situam as relações culturais, políticas, jurídicas e ideológicas) apresenta problemas. Afinal, o autor aponta que a economia não é onipotente. No cotidiano, outros espaços e outras dinâmicas desempenham papéis instituintes. Canclini (2008), por exemplo, destaca como o consumo, atividade econômica por excelência, é passível de uma apreensão ideológica contra-hegemônica. Ou seja, consumir (ou não) pode ser um ato de protesto, uma forma de posicionar-se contra modelos econômicos. A própria dinâmica das relações culturais demonstra como signos do capitalismo muitas vezes são ressignificados no contexto de práticas e valores contra-hegemônicos. Assim, o modelo capitalista não é compreendido como todo poderoso, estando aberto a críticas que são possibilitadas (mediadas) por práticas culturais.

Não deixa de ser relevante trazer à tona que a vertente da História Cultural também é alvo de críticas, por conceder grande ênfase às dinâmicas simbólicas e às mentalidades (“culturalismo”) a ponto de negligenciar os efeitos das relações econômicas (BURKE, 2008). A ponto, também, de negligenciar os regimes de hegemonia cultural, isto é, a configuração social e hierárquica em que certas tradições preponderam sobre as outras.

A ideia de tradição, por sua vez, evoca a noção de escala cultural, apontando para supostas clivagens que dividiriam as sociedades entre culturas eruditas e populares, aspecto importante para a discussão aqui tratada.

Para começar, é difícil definir o tema. Quem é o “povo”? Todos, ou apenas quem não é da elite? Nesse último caso, estaremos empregando uma categoria residual e, como acontece muitas vezes em se tratando dessas categorias, corremos o risco de supor a homogeneidade dos excluídos (BURKE, 2008, p. 41)

Nesse sentido, conforme afirma Burke (2008), refletindo sobre as realidades culturais, é mais conveniente pensar o popular no plural: culturas populares, urbanas, rurais, masculinas, femininas, jovens, velhas etc. E, ainda assim, como definir fronteiras entre tais categorias? Burke (2008) afirma, por exemplo, que, no século XVI, entre os leitores de livros baratos identificados como manifestações de cultura popular, incluíam-se pessoas da nobreza,

mostrando como a visão compartimentada de cultura torna-se problemática à luz das práticas cotidianas.

Uma referência pertinente para a discussão aqui articulada são as ideias trazidas por Canclini (2008), que reflete sobre a dinamicidade das culturas a partir da América Latina. Para o autor, os discursos essencialistas sobre culturas expressam uma visão distorcida da realidade: articulando o conceito de hibridização, o autor acredita na coexistência articulada de culturas, tornando-se difícil pensar, nesse sentido, em uma cultura popular homogênea e hermética, perfeitamente fechada e com fronteiras bem delineadas.

O que marcaria a realidade simbólica das sociedades, especialmente na América Latina, é a hibridização, que reúne representações coletivas e iniciativas individuais de maneira que os sentidos e as práticas simbólicas estão em constante interlocução. Para Canclini (2008), o processo de hibridização sempre existiu, pois o contato entre culturas é inevitável, especialmente em tempos de globalização. A mesma reflexão é aplicada sobre o conceito de identidade.

[...] alguns de nós propomos deslocar o objeto de estudo *da identidade* para a *heterogeneidade* e a *hibridização interculturais*. Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e aistóricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais (CANCLINI, 2008, p. XXIII).

As contribuições teóricas até o momento discutidas mostram como o conceito de popular envolve uma complexa rede de discursos e sentidos. Partindo de diversas fontes, um consenso teórico parece improvável. Martín-Barbero (2009) elenca outras abordagens que tentaram definir ou buscaram refletir sobre o popular. Da ideia de Tocqueville de massa como elemento, ao mesmo tempo, decisivo para a manutenção e destruição do processo democrático; passando pela perspectiva da psicologia das multidões, de Gustave Le Bon, que associa as massas à irracionalidade, imoralidade, primitivismo e desordem e, portanto, identifica no popular uma ameaça; chegando à tese de Ortega y Gasset, que esvazia a massa da capacidade de ter cultura, os discursos são de várias ordens, apontando para inúmeras direções.

A variação de terminologias reflete, inclusive, as nuances que a discussão envolve: “popular”, “massa” e “povo” muitas vezes parecem falar sobre a mesma coisa, diluindo na variedade lexical a possibilidade uma conceituação mais precisa.

Embora Martín-Barbero (2009) procure positivar a noção de popular, celebrando a massa como elemento simbolicamente produtivo e positivando suas práticas culturais, a noção de popular que prevalece como gênero jornalístico é da ordem do pejorativo, a julgar pelas características que serão discutidas na próxima seção e que serão abordadas na parte empírica deste estudo.

Martín-Barbero (2009) reflete ainda sobre a importância dos meios de comunicação populares como ferramentas de cidadanização das massas, ampliando os conteúdos culturais para além dos hegemônicos. O autor, inclusive, afirma que, nas experiências de publicações populares encontradas no Brasil (literatura de cordel) a partir da segunda metade do século XIX, encontram-se os primeiros passos de um modelo narrativo do que viriam a ser os jornais sensacionalistas: “Estão lá os grandes títulos chamando a atenção para o principal fato narrado em versos, importância assumida pela parte gráfica, com desenhos ilustrando o texto, a melodramatização de um discurso que parece fascinado pelo sangrento e o macabro, o exagero [...]” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 248).

Cabe ressaltar que o gênero de jornalismo popular também pode estar associado aos movimentos de combate à ditadura militar (1964-1985), no Brasil. Durante o regime autoritário, diversas iniciativas jornalísticas propuseram caminhos alternativos ao jornalismo praticado pelas grandes empresas de comunicação, que apoiaram, em sua maioria, o regime militar. De acordo com Pedroso (2001), a emergência desse modelo de jornalismo, desvinculado de pressões econômicas oficiais e articulado a demandas de grupos setoriais e/ou comunitários (sindicatos, partidos, denominações religiosas, minorias étnicas), engendrou uma atitude crítica aos esforços de comunicação em tempos autoritários.

O engajamento proporcionado por tais iniciativas consistiu, para Pedroso (2001), em um embrião para a formação de um tipo de jornalismo mais local, voltado de maneira crítica para os problemas que afetam trabalhadores e comunidades com recursos e infra-estrutura sociais frágeis. A participação direta dos moradores tanto na organização dos veículos como na produção noticiosa é um aspecto central nesse modelo jornalístico popular.

Nesses jornais voltados para os problemas cotidianos dos trabalhadores e das classes populares, em suas áreas de localização, trabalho e movimentação, é que se realiza o que entendo por *jornalismo popular*: um instrumento político acessível e adequado aos trabalhadores e às populações marginalizadas pelo sistema social dominante (PEDROSO, 2001, p. 57).

Pedroso (2001) apresenta também uma visão do jornalismo popular atrelado a um olhar frankfurtiano, isto é, vendo no jornalismo uma prática comunicacional destinada a

alienar os leitores-consumidores em benefício da razão capitalista. De acordo com a autora, a propriedade por parte de grandes conglomerados econômicos, a relação verticalizada entre jornal e leitor e o conteúdo ideologicamente enviesado caracterizariam o jornalismo popular, de natureza empresarial. O jornalismo popular alternativo seria outro modelo, de caráter contra-hegemônico e educativo, o que dá mostras de como os conceitos muitas vezes trazem perspectivas dissonantes.

Serra (1980) observa, analisando o jornal carioca *O Dia* no final do anos 1980, que o jornalismo popular implica uma dupla penalização da categoria “povo”: em primeiro lugar, traz a ideia de desvio ao traduzir em termos de anomalia fatos que supostamente representariam exclusivamente setores excluídos; em segundo lugar, suscita a necessidade de uma tutela através da opção editorial de ênfase no emprego, em assuntos trabalhistas e de serviços em geral.

[...] a colocação em primeiro plano do “povo” como personagem, mas enquanto categoria potencialmente desviante, desvio esse expresso através apenas daqueles que se individualizam pelo crime ou a irregularidade do comportamento. (SERRA, 1980, p. 21)

Para efeitos de fundamentação teórica, o presente estudo entende o popular, enquanto marcador de um gênero jornalístico, como uma construção editorial que articula sentidos e conteúdos tendo como horizonte um público supostamente com baixa aptidão intelectual. O popular, nesse sentido, é um registro de desvio, seja pelo aspecto criminal, seja pelo aspecto sexual. Maksud (2000) aponta, em seu trabalho comparativo sobre jornais voltados para públicos distintos, que o jornal popular agrega em seu discurso concepções tradicionais de sexualidade. Nesse sentido, “ao leitor é atribuída certa competência para entender um tipo de leitura específica” (2000, p. 9). Nessa dinâmica, a linguagem e a configuração gráfico-textual utilizadas permitem que se identifique uma uniformidade na abordagem: traços estilísticos e discursivos que revelam uma narrativa localizada no domínio da moral.

Que elementos podem ser elencados para identificar, na composição gráfica e textual, a marca popular e sensacionalista? Na próxima seção, serão discutidas as características que estudos de jornalismo popular têm apontado como definidoras do gênero.

2.2 Valores-notícia do Gênero Jornalístico

O que define o jornalismo popular? Para Amaral (2006), os jornais populares brasileiros são caracterizados pelos seguintes elementos: venda exclusiva em banca, capas chamativas, predileção por conteúdos sobre sexo e violência, uso de linguagem simples e circulação em regiões metropolitanas. Um padrão verificado na história do jornalismo popular no Rio de Janeiro, conforme aponta Serra (1980, p. 19) ao destacar o espaço privilegiado destinado a indivíduos “desviantes”, tais como marginais, ladrões, assassinos, traficantes, homossexuais, prostitutas etc. Para Pedroso (2001), o discurso é composto pelo acionamento e exacerbação de modelos e arquétipos sociais consolidados no imaginário social. A autora entende o gênero jornalístico como uma ferramenta para despertar a emoção do leitor de modo a vender, gerar lucro, defender os interesses do capital e solidificar a ideologia dominante.

Para a autora, há um padrão de construção dos fatos que marcam o jornalismo popular. Conforme tem sido enfatizado, a mensagem é um fenômeno situado, elaborado por alguém, endereçado a alguém, localizado em um momento histórico e cultural. É partindo dessa premissa que Pedroso (2001) busca analisar o discurso do jornalismo popular. Tal discurso caracteriza-se pela tentativa de produzir efeitos semânticos a partir de fatos e personagens socialmente marginalizados.

Ao nomear e estruturar o mundo social marginal, o jornal integra a realidade de ambientes marginais na realidade predominante do cotidiano porque as situações divergentes, tomadas isoladamente, constituem uma ameaça à existência da ordem naturalmente aceita e rotinizada da sociedade. O lado obscuro, perigoso, sinistro da marginalidade fascina e ameaça o lado civilizado da sociedade. Por isso, precisa ser mostrado para ser reconhecido, negado e colocado exoticamente distante do lado positivo (PEDROSO, 2001, p. 57).

A noção de marginalidade não se reduz à ideia penal, de fenômenos que envolvem crimes e violação de leis. Conforme será discutido no próximo capítulo, a marginalização também é da ordem do simbólico, se aplicando a percepções desqualificadoras de identidades não tradicionais de gênero e de sexo.

A estratégia do sensacionalismo, que se manifesta por meio de uma linguagem específica, busca na ruptura de valores e convenções socialmente estabelecidos uma forma de atrair o leitor. O fantástico, o insólito, o bizarro, o violento, o extraordinário, em suma, o *fait divers*, são temas que conferem noticiabilidade a um fato ou personagem. Para Traquina

(2008, p. 63), os conteúdos dos meios noticiosos “apresentam um ‘padrão’ geral bastante estável e previsível”.

A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham. Podemos definir critérios de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Para Traquina (2012), as notícias são construções sociais, fruto de múltiplas interações entre agentes sociais (empresas de comunicação, fontes, jornalistas) que significam os fatos estrategicamente. Os valores-notícia, nesse sentido, são enviesados, ideológicos, e espelham a cultura de determinada sociedade e grupo profissional. Para o autor, a inserção do jornalismo na cadeia produtiva econômica é vista como um aspecto negativo, “que associa o jornalismo ao cheiro do dinheiro e a práticas como o sensacionalismo [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 27).

Uma das marcas do sensacionalismo é explorar o inadequado, o que foge às convenções. Por isso, argumenta Traquina (2012, p. 29), os jornalistas também “interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante”.

A exploração do binômio normal-anormal é uma característica presente no modelo de jornalismo popular no Rio de Janeiro, onde circulam o *Meia Hora* e o *Expresso da Informação*. Serra (1980) aponta como a edição típica de *O Dia*, jornal popular com grande circulação e repercussão na história recente da cidade, privilegiava nos anos 1970 o “extraordinário” como tema central – sendo as sexualidades e as práticas de gêneros não convencionais assuntos recorrentes. Dessa maneira, já era possível observar um padrão de narrativa que buscava apagar as ambiguidades das práticas sociais em nome de uma concepção unívoca e universal da realidade.

É por isto que o oculto pela norma, inclusive o que lhe daria a feição de relação historicamente construída (negadora de sua naturalidade), só pode ser apresentado na notícia dentro de um marco de referências em que o normativo seja dado como fato natural, restando aos eventos desviantes a condição de resíduos da norma. Somente assim a notícia ganha foros de verdade: isto é, sua verdade emana menos da suposta objetividade empírica do relato que da confirmação do quadro de valores e normas tornadas comuns ao texto e ao leitor (SERRA, 1980, p. 24).

O jornal *O Dia* trazia como fórmula “cadáver, macumba e sexo”, estruturada por manchetes dramáticas, sensacionalistas e comumente marcadas pelo tom cômico. O periódico constitui um “marco na imprensa brasileira, pois serviu como exemplo de difusão de jornais

populares em várias praças do Brasil” (AMARAL, 2006, p. 35), tendo surgido nos anos 1950 direcionado à população de baixa renda e apostando na ênfase no desvio e no insólito como bússola editorial.

Nesse sentido, nota-se como o jornalismo popular preserva um padrão de narrativa há décadas. Tem sido, portanto, um eixo de mediação de significados culturais, enquadrando a realidade social sob uma ótica normativa. O desvio é, para este estudo, um aspecto central: afinal, a transexualidade é um fenômeno identitário que rompe com modelos hegemônicos, sendo, muitas vezes, enquadrado pela ótica da abjeção, isto é, do que não se consegue, por meio da combinação de discursos existentes, nem mesmo ser categorizado através das chaves simbólicas tradicionais. Uma condição identitária que, nesse sentido, aparece como sendo da ordem do inumano (JUNIOR, 2012).

O grupo social, enquanto detentor de uma bagagem cultural e histórica, é uma parte integrante do discurso jornalístico. Os preconceitos, os valores morais, as noções que estabilizam as coisas e a realidade estão inseridos na narrativa dos jornais. “Implicitamente, o jornal pretende que o leitor se reconheça nesse tipo de acontecimento e por intermédio dele, também, reconheça o seu lugar na estruturação da sociedade” (PEDROSO, 2001, p. 87).

De acordo com Serra (1980), os fatos representados apontam a desordem de modo que ela possa ser recuperada por meio do tom irônico, pejorativo e ridicularizador. Um tom que atinge minorias sociais e sexuais. Nesse sentido, o jornalismo popular se expressa como registro normativo e moralizador da realidade social. “[...] O discurso do jornal se apropria do fato para traçar, de novo, os limites institucionais e recompor a legitimidade, necessidade, naturalidade e inexorabilidade das normas existentes” (SERRA, 1980, p. 73).

Lacerda (2006) identificou, pesquisando a narrativa sobre assassinatos de gays e travestis em periódicos populares cariocas nas décadas de 1980, 1990 e 2000, padrões de estilos narrativos. “[...] É natural que encontremos a jocosidade no trato de gays e travestis no contexto dos jornais ‘populares’[...]” (LACERDA, 2006, p. 51). Nesse sentido, a autora observou quatro estilos predominantes: cômico, dramático, descritivo e denunciativo, que marcam a exploração de certos aspectos dos fatos ou de recursos linguísticos.

[...] o conjunto de expressões, metáforas, trocadilhos e frases de efeito que se repetem ao longo de vários anos parece demonstrar mais a intenção em reproduzir representações já consagradas do que o impacto destas “teias de significados” sobre os repórteres redatores (LACERDA, 2006, p. 51).

O discurso jornalístico, que “pressupõe uma tendência a uma noção de ‘normalidade’ como ponto de referência fundamental” (TRAQUINA, 2012, p. 96), está, sob essa lógica, exacerbado no gênero popular, manifestando-se como tal na configuração gráfico-textual.

A narrativa dos jornais populares privilegia a forma de apresentação dos fatos e personagens em detrimento ao conteúdo (AMARAL, 2006). Há, nesse sentido, a utilização de um tom de entretenimento na enunciação da realidade, priorizando um tipo comunicação que “faz sentir”, ao invés de “fazer crer” (2006).

A autora também destaca que o gênero popular não se restringe ao universo dos impressos. Na televisão também é possível encontrar programas que exploram o sexo, a violência, o insólito, privilegiando o tom dramático. Assim é com noticiários “policialescos” e também com *reality shows*, que utilizam tais elementos e roteirizam as relações internas de modo a haver aproximações, conflitos e disputas. Afinal, os integrantes do programa são responsáveis pela dinâmica de eliminação dos participantes, em meio a racionamento de alimentos, a jogos que valem bens como carro e dinheiro, a privilégios como melhores condições para dormir e descansar, entre outros acontecimentos. Em resumo, um ambiente potencialmente disruptivo, focado na “observação do cotidiano de pessoas comuns” (AMARAL, 2006, p. 44)

O escopo de conteúdo dos jornais populares não está, entretanto, determinado apenas pela exploração do insólito. De acordo com Amaral (2006), o jornalismo popular também se vale da possibilidade de ser útil ao seu leitor, isto é, de aconselhar sua audiência em termos de comportamento, de cultura, de assistência social. Por esse motivo, muitos periódicos apostam na rubrica do emprego e dos serviços públicos em geral como elo com o seu leitor. Há uma dose de pragmatismo na estratégia editorial: nem só de sangue e sexo vive o gênero popular. Tal estratégia constitui um padrão histórico no periodismo popular carioca, que tem ainda como característica a realização de promoções como forma de ampliar as vendas. Selos, cartelas de jogos, cupons e outros recursos que, encartados no jornal, possibilitam a aquisição de brindes (AMARAL, 2006).

No entanto, conforme observação feita durante o acompanhamento dos jornais estudados neste trabalho, o sexo e a violência prevalecem como fenômenos disruptivos. Que explicações para essa preferência poderiam ser levantadas, para além daquelas que, através de estratégias editoriais e de marketing, associam o popular (leitorado idealizado) à baixa aptidão intelectual?

Através de uma perspectiva psicanalítica, Angrimani (1995) afirma que os conteúdos jornalísticos são instrumentos de saciamento de instintos e desejos. Observando como

importante a perspectiva mercantil da informação, que explora o *fait divers* como método de promoção da notícia-mercadoria, o autor aponta também o sensacionalismo como uma maneira de superdimensionar o fato: o tom escandaloso constitui, assim, ação retórica e estilística de valorização de acontecimentos banais e/ou desimportantes.

O que significa a abordagem psicanalítica do jornalismo popular? Recorrendo a Freud como norte teórico, Angrimani (1995, p. 17) afirma que “é na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas”, provocando uma catarse que gera alívio e satisfação. Perversões, fantasias e desejos, conforme será discutido mais à frente, são comumente apresentados, na literatura antropológica que serve de base para este estudo, como culturalmente inscritos. Dessa forma, será um caminho interessante para se pensar a dimensão do desejo e das identidades (conceito importante para esse estudo) nas suas interfaces com a narrativa jornalística popular.

O conteúdo do jornal sensacionalista é, nesse sentido psicanalítico, expressão de uma interiorização subjetiva, isto é, uma adequação a aptidões psíquicas dos indivíduos. De acordo com Angrimani (1995, p. 17), os meios de comunicação sensacionalistas são como um “neurótico obsessivo, um ego que deseja dar vazão a múltiplas ações transgressoras – que busca satisfação no fetichismo, voyeurismo, sadomasoquismo, incesto, pedofilia, necrofilia – ao mesmo tempo em que é reprimido por um superego cruel e implacável”. Ego, nesse caso, entendido como força moral e racional apta a dominar os instintos e que tem no superego, durante a primeira infância, o elo de transmissão e assimilação das normas sociais e de interiorização de uma consciência moral. Dessa maneira, em linhas gerais, a ação do id, instância inconsciente das pulsões instintivas, seria domesticada pelo consórcio do ego e superego. “É nesse pêndulo (transgressão-punição) que o sensacionalismo se apoia. A mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação” (ANGRIMANI, 1995, p. 17).

A realidade superdimensionada é um elemento que Amaral (2006) também aponta na prática do jornalismo popular. Para a autora, o mundo noticiado é apresentado com características dramáticas, como se presidido por forças morais e emocionais. Tal disposição consiste em uma operação editorial e concretiza-se na configuração gráfica, cromática e textual dos jornais. Analisando o *Diário Gaúcho*, Amaral (2006, p. 102) aponta que:

Vale a pena notar que as fotos e os títulos de algumas seções, como é o caso da subseção *Disquenotícia*, geralmente herdam característica da tradição melodramática do teatro, do cinema e da televisão. A notícia, por vezes, apresenta um tratamento gráfico pouco usado na imprensa de referência. *Exclusivo: A discreta paixão de Falcão e Cristina* é a chamada de capa da matéria que aborda o romance

de um comentarista esportivo e uma apresentadora de um telejornal gaúcho (17/04/2002), sob um selo em forma de coração.

A questão da linguagem é um aspecto central para a dramatização da “realidade”. Para Amaral (2006), há um investimento em questões que privilegiam a vida concreta dos leitores, dando um caráter muitas vezes pessoal e singularizado de problemas sociais e econômicos estruturais. “O engarrafamento é coberto do ponto de vista do passageiro do ônibus, a greve do INSS é noticiada pelos prejuízos que traz à população [...]”, observa Amaral (2006, p. 110), complementando com frase do editor do *Diário Gaúcho* (objeto de estudo da autora) de que “não existem assuntos proibidos no jornal, mas abordagens proibidas” (AMARAL, 2006, p.110).

As abordagens comumente apontam para a sentimentalização de questões sociais e a penalização no lugar de descontentamento, constituindo um “mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais” (AMARAL, 2006, p. 111). Há, nesse gênero jornalístico, conforme também indica Pedroso (2001), uma preocupação maior com o ato de escrever do que com o conteúdo propriamente dito.

Embora não se possa considerar que haja um afastamento da linguagem informativo-jornalística, os periódicos populares utilizam com frequência a coloquialidade nas suas narrativas, pois parte-se da ideia, conforme discutido anteriormente, de que seu leitor não tem familiaridade com normas cultas.

Há, nesse sentido, uma vigilância da linguagem (AMARAL, 2006), de modo a proporcionar uma transmissão e compreensão satisfatórias da mensagem. O texto exige desprendimento, de modo a estabelecer um discurso de rápida apreensão. Como tal desprendimento aparece?

As palavras, no jornalismo popular, são exploradas de modo que tenham, por vezes, uma elasticidade semântica, evocando sempre que possível a ambiguidade como estratégia de sedução, especialmente quando o sexo é o conteúdo informativo.

[...] é no grau de incerteza, de estranhamento linguístico (ou de rompimento e infração das normas de linguagem), de ruptura abrupta da atenção do leitor (ele pode estar distraído, mas para em frente à primeira página do jornal, porque houve uma “sacudida” no seu estado original de tensão) que se instala o espaço da ilusão, no qual a aberração, o irrisório, o fantástico e o insólito (às vezes o humor) comandam a motivação do pensamento do leitor: é um texto/apelo com uma *proposta de liberalidade*, portanto, persuasivo (PEDROSO, 2001, p. 111).

A linguagem, assim, apresenta traços de encenação forçada. Uma série de efeitos discursivos dota o jornalismo popular de um estilo particular de narração: ambiguidade,

figuras de linguagem, omissão de elementos, uso de expressões contraditórias num mesmo período, cadência sonora, rimas e redundância são técnicas de construção discursiva que compõem a fala desse gênero jornalístico (AMARAL, 2006).

Alguns exemplos citados por Pedroso (2001), e que evidenciam a predileção pela temática do sexo e do gênero, referem-se a manchetes do jornal *Luta* (Rio de Janeiro, anos 1980). Ao noticiar o caso de um homem que havia agredido sua esposa e a amante dela, o jornal “manchetou”: “Briga de sapatões só podia acabar em chineladas”. Em outra manchete, o periódico afirmou, noticiando o caso de uma trocadora de ônibus que apanhara de uma passageira ao “cantá-la”, que “Sapatão leva pau no ônibus”.

Angrimani (1995), que analisa o jornal *Notícias Populares* (São Paulo, anos 1970-1980), joga luz sobre a centralidade que a genitália tem na narrativa sensacionalista: nos anos 1980, o jornal noticiou o caso de um menino de 2 anos com o pênis maior que o normal para a idade, comparando-o ao jogador Diego Maradona. O argentino havia sido, tempos antes, alvo do jornal quando tirou a roupa em uma determinada comemoração. A foto era acompanhada do título: “Maradona bom de bola e ruim de taco”, fazendo alusão ao tamanho da genitália do jogador. O menino de 2 anos, com problemas hormonais, era sujeito da manchete “Supermacho desafia Maradona”.

Para Angrimani (1995), a linguagem sensacionalista trabalha com o recurso do clichê, no intuito de aproximar-se do seu leitor. “O sensacionalismo não admite distanciamento, neutralidade, mas busca romper o escudo contra as emoções fortes. É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. O sensacionalismo não admite moderação” (ANGRIMANI, 1995, p. 40).

A linguagem-clichê articula esquematismos e repetições, que têm como função conferir estabilidade às percepções e aproximar-se do público idealizado. A realidade, nesse sentido, surge enquanto organização cênica.

De acordo com Angrimani (1995, p. 108), é possível fazer uma comparação entre a linguagem dos jornais populares e a dos jornais de referência. Nesses, a linguagem é pensada de modo a parecer o mais objetiva possível, buscando exatamente que haja “um distanciamento, um não envolvimento entre o público e mensagem informativa”. É o tipo de linguagem que o autor nomeia como *sígnica*. A linguagem popular, por sua vez, procura preencher o vazio que há entre leitor e jornal. Espaço esse que será significado a partir de convenções simbólicas do grupo social. Dessa forma, provoca-se emoção no leitor.

A linguagem simplificada do produto sensacionalista serve para fortalecer a fusão entre o ego e o objeto. A linguagem-clichê não se concretizaria se o texto se articulasse sobre enunciados de significação complexa. A empatia pretendida se perderia no vocabulário de acesso difícil e em formas de expressão que não corresponderiam ao “status semiótico” do público-alvo (ANGRIMANI, 1995, p. 109).

Vale destacar que as características linguísticas aqui apresentadas não são apenas referentes ao meio impresso. A literatura abordada analisa o fenômeno do jornalismo popular em suas variadas possibilidades de plataforma (TV e rádio, por exemplo), encontrando características semelhantes.

Outro elemento importante para a identificação do gênero popular é o projeto gráfico. Para Amaral (2006), a identidade e a legibilidade dos jornais populares estão ligadas ao projeto editorial e à estimativa qualitativa do público-alvo. Por serem vendidos exclusivamente em bancas, há uma clara necessidade de que o periódico seja reconhecido com facilidade. “O discurso gráfico tem como objetivo ordenar a percepção, indicar o caminho do olhar. Por isso, se está dirigido a pessoas com pouco hábito de leitura, precisa apostar bastante na legibilidade” (AMARAL, 2006, p. 116).

Como se configura tal projeto de legibilidade? Configura-se de modo que a forma (decorativa) e o tamanho (grande) tipográficos, o comprimento e o entrelinhamento das linhas, a largura das colunas e disposição dos espaços brancos, as cores, as fotos, as ilustrações, os títulos e subtítulos criem um padrão de hierarquização, bem como um percurso de leitura (AMARAL, 2006).

Para Pedroso (2001, p. 52), a composição visual de um jornal gráfico é componente chave para se entender o sensacionalismo.

[...] defino o *jornalismo sensacionalista* como o modo de produção discursiva da informação de atualidade, processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social.

Predomina no jornalismo popular um discurso com forte apelo retórico: a maneira de reportar os fatos importa mais do que o fato em si. Busca-se provocar efeitos que projetem o leitor em um mundo a ser consumido, sendo necessário, para criar as condições persuasivas de convencimento e identificação, ajustar a narrativa quanto aos repertórios culturais compartilhados.

Este capítulo buscou pensar o jornalismo popular nas suas características gerais, de modo a refletir sobre seus padrões como uma etapa teórica importante: em que medida os

elementos que definem o gênero jornalístico aqui estudado articulam-se aos códigos e valores sobre sexualidade e gênero, no contexto brasileiro? Como pensar a imersão da transexualidade em uma narrativa que privilegia a exploração do extraordinário, descontextualiza os conteúdos, prefere o supérfluo e o pitoresco ao essencial (AMARAL, 2006)?

A construção histórica e cultural do sexo e do gênero, no Brasil, é um objeto privilegiado da reflexão sócioantropológica. As representações que conferem sentidos múltiplos dessas experiências refletem processos de diversas ordens, englobando instituições, relações de poder, discursos religiosos, proposições científicas e pressupostos morais. Uma rede de interação de discursos que tem servido, ao longo de séculos, como espaço de mediação de significados que circulam no cotidiano, nas conversas e, evidentemente, na mídia.

Buscar nas leituras sócio-antropológicas as bases discursivas para o sentido da transexualidade parece um caminho pertinente, tendo em vista que todo discurso é um registro cultural de um grupo social. Pensar tais registros é o objetivo do próximo capítulo.

3 GÊNERO E SEXUALIDADE: DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONHECIMENTO E DAS PRÁTICAS

“A experiência sexual, como toda experiência humana, é menos o resultado de uma natureza humana imutável do que o produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos” (PARKER, 1991, p. 13). A afirmação do autor espelha uma noção comprometida com o pressuposto relativista da antropologia diante de determinismos biológicos sobre desejos e práticas sexuais e de gênero, consolidados no século XIX.

Durante o século XX, em especial a partir da segunda metade, (PISCITELLI et al, 2004), a produção no campo da sexualidade e do gênero intensificou-se no território das Ciências Sociais e Humanas. Os estudos lançaram críticas ao modelo de uma sexualidade universal e essencializada, ancorada na biologia, proposto sobretudo pelas ciências naturais. Nesse sentido, a produção no campo das Ciências Sociais delineou um campo heterogêneo e plural, no qual concepções e perspectivas foram formulando esquemas conceituais, teóricos e metodológicos variados. Os conteúdos também foram se destacando pela diversidade de enfoques. “A sexualidade pode ser considerada em relação à família e/ou parentesco, pensada como constitutiva da subjetividade e/ou da identidade individual e social, concebida como representação, desejo ou, simplesmente, como atividade ou comportamento” (PISCITELLI et al, 2004, p. 13).

Gregori (2012) destaca que a primeira sistematização da sexualidade na literatura antropológica remonta ao início do século XX, quando o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski tratou da temática em sociedades tradicionais. O pesquisador apontava o caráter crucial da vida sexual na constituição do sujeito e na configuração da ordem social mais ampla. Dessa forma, sua obra constitui um esforço de reflexão sobre caráter representacional dos fenômenos sexuais e de gênero (conceito que viria a ser formulado na segunda metade do século XX, embora os papéis femininos e masculinos já constituíssem uma discussão mais antiga). As Ciências Sociais iniciavam, dessa forma, uma trajetória de investigações destinada a analisar a sexualidade no contexto dos costumes, refletindo continuamente sobre as normatizações e valores gestados pelas sociedades, assim como sobre a produção de saber que, através das ciências naturais, exploravam e definiam a vida sexual.

Elias (1994), em sua clássica obra *O processo civilizador*, demonstra como os usos do corpo, bem como os valores nele aplicados, foram se alterando ao longo dos séculos. A obra marca também um significativo momento de reflexão, sobre o caráter mutante das regras

sociais e, portanto, sobre o questionamento de concepções pretensamente universais. As condutas e os valores que envolvem o corpo, destaca Elias (1994), são da ordem do costume, o que aponta para a natureza histórica (e cultural) de domínios como a sexualidade.

Nesse sentido, de acordo com Benedetti (2005, p. 52), sobre tal perspectiva epistemológica.

[...] a antropologia tem trazido à tona essa questão, com o franco objetivo de validar o corpo enquanto objeto de estudo, desvinculando-o das determinações físico-biológicas emprestadas pela medicina e ciências correlatas, quase sempre soberanas no que diz respeito às explicações acerca desse objeto.

Tais determinações constituem um objeto central nas reflexões do filósofo francês Michel Foucault. Para o pensador (FOUCAULT, 2012), o saber racional sobre o homem deriva de um enredo costurado por elementos de natureza política, sendo, portanto, fundamental mapear a genealogia da produção científica e sua articulação com a ordem social. A proposta deste capítulo, portanto, é apresentar a dimensão cultural dos fenômenos de gênero e sexualidade, em especial no cotidiano brasileiro, tentando apontar como determinados valores, pressupostos e categorias, mesmo que se pretendam a-históricos, são, em larga medida, construções discursivas e morais. Num segundo momento, buscar-se-á refletir sobre o universo trans na realidade brasileira.

A transexualidade é entendida como uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas hegemônicas de gênero (BENTO, 2008) e que, tendo em vista o discurso de essencialização do gênero como continuidade anatômica, é apreendida pelo discurso médico sob a forma de patologia. Este estudo empírico mostrará que, na lógica da narrativa jornalística popular, a transexualidade parece uma experiência de difícil tradução, tendo em vista que Ariadna Silva é apresentada, em diferentes momentos, como “traveco”, “biba”, “transex” e “transexual”.

Antes de se entrar propriamente no pensamento foucaultiano, paradigmático para o campo da sexualidade, é importante ponderar que o discurso científico constitui um dos eixos de significação da ordem sexual e generificada. Na verdade, a sexualidade e o gênero sempre estiveram representados através de outras modalidades de discursos presentes nas relações sociais.

3.1 Relações de Gênero e Sexualidade no Brasil

Para marcar um corte temporal, utilizando como referencial inicial a obra de Parker (1991), é válido traçar uma breve linha histórica sobre as representações de gêneros e sexualidade no Brasil. O estabelecimento da colonização portuguesa consiste em um momento capital, sobretudo tendo em vista que o processo de fusão de culturas distintas (portuguesa, africana e indígena) é um marco constituinte na história do país, conforme aponta Gilberto Freyre (2002), na obra *Casa Grande & Senzala*, texto seminal não apenas para as Ciências Sociais no Brasil, mas também pelas reflexões que traz (e dissemina) sobre as marcas culturais no campo do gênero e da sexualidade. Texto que no qual Parker (1991) se baseia em larga medida em suas reflexões sobre a cultura nacional.

O estabelecimento de controles sobre a conduta dos indivíduos se estendeu para as colônias européias na América Latina. A partir da chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, o país também assimilou códigos simbólicos de organização da vida social para além daquelas que já existiam nas populações nativas. A propagação do Cristianismo como ferramenta de colonização mostrou-se fundamental para a formulação das representações que viriam a balizar as experiências e os costumes.

Parker (1991) descreve o Brasil pós-descobrimiento através de quatro sistemas simbólicos referenciais para a cultura sexual: o “patriarcalismo” como organizador de relações de gênero (traço explorado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*), o moralismo religioso cristão, o discurso científico-racional sobre a sexualidade e, por fim, a ideologia do erótico. A ideia de sistemas simbólicos tem sido abordada de maneira crítica dentro das Ciências Sociais, conforme apontam Piscitelli et al (2004) ao buscarem um olhar menos categórico e fixo e mais atento à fluidez e pluralidade das práticas sociais. Por isso, utilizam o termo *convenções*, que caracteriza uma reflexão desvinculada de fechamentos conceituais e teóricos. Tal perspectiva será discutida mais à frente. Ainda assim, a fundamentação da obra de Parker (1991) se mostra importante na medida em que o olhar dos sistemas simbólicos fala também de uma realidade intensamente explorada pelo jornalismo popular, na qual as figuras “masculina” e “feminina” são emblemáticas e recorrentes.

De acordo com o autor, o Brasil é um país marcado pela lógica “patriarcal”, na qual o homem é um indivíduo mais valorizado no cotidiano em função do prestígio adquirido a partir das relações econômicas e políticas durante o período colonial. As imagens do homem e da mulher se conformaram em relação de contraposição: o feminino e o masculino existiriam

enquanto dimensões simbólicas excludentes, isto é, representações e práticas específicas pertenceriam a cada uma dessas categorias.

Consolidou-se, de acordo com Parker (1991), uma lógica binária de gênero, delineando relações sociais baseadas em desigualdades. As hierarquias simbólicas e concretas entre homens e mulheres, que permanecem contemporâneas, espelham essa dinâmica.

No Brasil colônia, o patriarca detinha o poder absoluto na administração das terras, da justiça e de outros âmbitos da sociedade, de acordo com Parker (1991) e Freyre (2002). Detinha o poder sobre a mulher. O homem representaria o lado forte e nobre; a mulher, o lado fraco e débil, mas belo e a serviço do desejo masculino. Investido de poder, o homem expressava superioridade social. Era, portanto, autoridade. Em todos os espaços, a vitalidade, a agressividade e a virilidade eram vistas como virtudes, como signos de masculinidade.

A ideia de “patriarca” também é problematizada no campo das Ciências Sociais. O paradigma do “patriarcalismo” pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre homem e mulher. Há, nesse sentido, uma abordagem essencialista, que atrela à biologia identidades e marcadores sociais de diferença (CAVALCANTI; FRANCHETTO; HEILBORN, 1980). Tal ideia começou a ser criticada pela crítica feminista, que argumentava haver um “male bias”, ou seja, uma predominância de pontos de vista dos pesquisadores em suas análises empíricas. Pesquisadores que, nos primeiros passos da Antropologia, eram predominantemente homens.

A representação da mulher na sociedade e nas reflexões científicas, refletida à luz do pensamento feminista, viria a adquirir outros contornos.

Na busca de sua identidade, percorrendo a história e examinando outras sociedades, uma das inquietantes evidências com a qual as mulheres parecem defrontar-se é a regra constante de sua subordinação ou opressão. Dito de outro modo, em toda a cultura conhecida a mulher seria de algum modo inferior ao homem, quer em termos de avaliações simbólicas, quer em termos de poder efetivo. Essa constatação define uma primeira problemática – a da universalidade da opressão feminina e a de suas origens (CAVALCANTI; FRANCHETTO; HEILBORN, 1980, p. 18).

Nesse sentido, o questionamento do “patriarcalismo” aponta para o enraizamento social que certas concepções acadêmicas apresentam. A mulher aparece resumida a uma identidade básica, calcada na fisiologia. O mesmo valendo para os homens.

É a percepção de ser a mulher uma construção social, isto é, um dado não natural, o que permite questionar e relativizar o caráter à primeira vista absoluto dessa opressão. [...] Assim, a submissão secular da identidade social da mulher aparece como um dado arbitrário, acidental, e portanto passível de transformação (CAVALCANTI; FRANCHETTO; HEILBORN, 1980, p. 19-20).

Apesar da discussão promovida pelo feminismo, a concepção hegemônica e viril de masculinidade é um traço muito presente no cotidiano, sobretudo em temas de representações sobre práticas sexuais. Fry (1982), por exemplo, em estudo da segunda metade do século XX, observou que a posição sexual é um fator determinante para definições sociais sobre gênero e orientação sexual. De acordo com o autor, no contexto cultural brasileiro, um homem pode manter relações sexuais com outro homem e, mesmo assim, preservar seu status de masculinidade, desde que ele seja o ativo na relação. A prática sexual em si não necessariamente o rotula como homossexual. Afinal, permanece sendo a parte dominante a que cabe culturalmente ao homem. Já a “bicha”, vista culturalmente como homem desviante, se define como reprodutora de práticas geralmente associadas ao universo feminino. A “bicha”, por essa lógica, é a parte penetrada, rompendo a lógica de potência sexual baseada na noção de virilidade. As relações consideradas desviantes, aponta Fry (1982, p. 90), “[...] quebram a regra fundamental do sistema que exige que as relações sexuais-afetivas “corretas” sejam entre diferentes papéis de gênero ordenados hierarquicamente”.

Assim, é importante ter em mente tais concepções estereotipadas na medida em que circulam como senso comum no cotidiano e são exploradas fartamente no conjunto de discursos que falam sobre sexualidade.

A masculinidade e a feminilidade, assim, foram se forjando ao longo dos tempos, prescrevendo normas e papéis distintos e refletindo sobre as inúmeras atividades sociais, políticas e econômicas, nos diferentes espaços da sociedade. Gesticular, andar, escolher profissões, optar por esportes e tantas outras atividades foram sendo revestidas de significados generificados. Nessa dinâmica, consolidou-se um padrão duplo de moralidade, com implicações diretas nas práticas sexuais: aos homens era permitida a liberdade do gozo físico do amor; o sexo era um evento de auto-afirmação; às mulheres, restaria o papel de extensão de seus maridos; o sexo, para elas, era um exercício de procriação, não de prazer. Tal moralidade repercutiu também na ocupação dos espaços: elas ficariam em casa, cuidando dos filhos e do ambiente doméstico; eles eram indivíduos do mundo público, ligados a atividades de liderança.

Cabe ressaltar que processos de generificação não são exclusivos ou específicos do Brasil. Refletem hierarquias de gênero mais abrangentes que se manifestam nas relações entre homens e mulheres, historicamente e em outras culturas. Heilborn (1991, p. 33) lembra que a cultura latina é herdeira de uma configuração cultural chamada de mediterrânea. “Ela diz respeito a a certos traços de organização do parentesco e da moral comuns a certas regiões da

Europa e mesmo do norte africano, áreas fundamentais para a formação de uma identidade da América Latina tais como Espanha e Portugal”.

Ainda para Heilborn (1991, p. 33), o processo civilizatório aqui empreendido está na origem do que se define usualmente como “machismo latino”. “A conceituação do senso comum registra a ideia de prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está na centralidade da moral e controle femininos”.

Apesar de a cultura latina ser plural, há traços comuns, dentre os quais a “desvalorização prática e simbólica da mulher” (HEILBORN, 1991). Assim, a contrapartida é uma cultura em que o prestígio masculino está associado em boa medida à mulher, cuja figura reúne elementos importantes para a honra do homem.

Pensar as relações de gênero e a sexualidade implica também pensar seus contornos religiosos. A colonização dos portugueses trouxe modelos de regulações e proibições, associando desejos e comportamentos sexuais ao destino da alma. A ideia da culpa e do pecado, aliada às concepções católicas centradas no androcentrismo e no controle da sexualidade feminina, enraizou-se no cotidiano brasileiro. Parker (1991) lembra que, de início, a chegada do catolicismo de Portugal não impunha rigidez nos comportamentos. Era um catolicismo com regras morais mais relaxadas.

No entanto, especialmente no século XVII, a vinda da Inquisição para o Brasil colônia significou um paradigmático endurecimento do discurso religioso quanto às práticas em geral. A instalação de interdições alcançou práticas como feitiçaria, sodomia, bigamia, incesto, entre outras. A Inquisição representava a vinda de um Deus punitivo, uma resposta divina diante da permissividade das condutas sociais e sexuais. O discurso cristão moralizador, nesse sentido, inscreveu-se na conformação de significados sobre a sexualidade e o gênero, atingindo variados espaços e instituições – até mesmo aquelas ligadas às artes. Parker (1991) afirma que a atuação da Inquisição, cujos julgamentos eram públicos, deu visibilidade à temática da sexualidade, incitando-a continuamente, apesar das motivações controladoras.

Todo o acontecimento se desenrolava como um ritual de disciplina no qual as doutrinas oficiais da Igreja eram publicamente expostas e transmitidas à população em geral de uma forma especialmente poderosa e imediata. Por causa de sua qualidade intensamente dramática, esses ritos de disciplina continuaram a exercer influência notável no pensamento brasileiro, não apenas como objeto de pesquisa histórica, mas como assunto particularmente bem adaptado aos textos do teatro moderno (PARKER, 1991, p. 114).

Ao ser crescentemente publicizada, por meio de classificações, regramentos e interdições, a prática sexual tornou-se objeto de discurso. Tornou-se, assim, linguagem.

Parker (1991) menciona construções discursivas que a Inquisição desenvolveu para referir-se aos órgãos genitais e seus usos e às práticas sexuais. O coito anal era expresso através dos termos “sodomia”, “tocado desonesto”, “pecado nefando”. O pênis era comumente nomeado como “membro viril” e “natura”. A vagina aparecia como “vaso natural”. O indivíduo passivo, numa relação anal, era denominado como aquele que “usa do ofício da fêmea”. A relação homossexual entre mulheres designava-se como “amizade desonesta”. Fica claro como a genitália ocupa, há séculos, lugar de destaque na cultura nacional.

Tamanha predileção pela sexualidade é um traço central na história do país. Freyre (2002), em *Casa Grande & Senzala*, descreve um Brasil profundamente marcado por uma “sexualidade intensa, incontrolável”. Por esse motivo, é comum encontrar na obra termos e expressões como “patriarcalismo poligâmico”. A Inquisição, de acordo com o autor, “escancarou a vida íntima” (FREYRE, 2002, p. 23). Uma vida íntima marcada pela excessiva energia sexual decorrente da miscigenação. A fusão de negros, índios e europeus teria resultado numa forma *sui generis* de sociedade: uma sociedade com vida sexual exótica e promíscua, como se existisse uma matriz propulsora de desejos e comportamentos excessivos. Freyre (2002) menciona taras primordiais, impulsionadas pelo clima de permissividade que teria marcado o encontro entre colonizadores e índios. A ideia de uma sexualidade desviante, suja, marcaria a obra, com passagens que narram o suposto cenário orgiástico do encontro entre os povos distintos. As relações sexuais, nesse sentido, ganharam um estatuto definidor da organização social e moral brasileira. “Sexualidades exaltadas” (2002, p.126), define o autor.

No processo de construção social do país, Freyre (2002) aponta que as práticas e desejos situados à margem dos padrões convencionais adquiriram atenção privilegiada. Indivíduos gays, nesse sentido, tornar-se-iam temáticas da vida cotidiana, num processo de “fascinação do invertido” (FREYRE, 2002, p. 142). Os traços de cultura moral estão, na obra do autor, justificados por determinismos que vão desde a genética até o clima. Há menção ao “sangue infiel” (FREYRE, 2002, p. 236), herdado do português. Há menção ainda para o regime escravocrata, que estimularia uma “pegajente luxúria” (FREYRE, 2002, p. 331). Nesse sentido, a sexualidade que predomina em *Casa Grande & Senzala* é uma sexualidade exótica, que traz a marca de algo em desordem, e determinista, o que viria a alimentar um conjunto de representações registradas no cotidiano.

A significação da sexualidade, do homem e da mulher ganharia outros contornos com a consolidação da razão, na esteira do movimento Iluminista na Europa (século XVIII), como ferramenta de organização social.

Houve um intenso investimento intelectual para se desenvolver uma ciência objetiva, que apontaria as saídas adequadas aos desafios que se colocavam à humanidade. O conhecimento levaria à emancipação do homem, libertando-o da escassez e protegendo-o das catástrofes naturais (HARVEY, 2012). A racionalidade viria a presidir inúmeras propostas e doutrinas em prol da liberdade, da igualdade e dos direitos. Apareceria, inclusive, como uma alternativa à suposta irracionalidade do mito, da religião, das superstições. O controle racional do mundo de fato consolidou-se, refletindo-se em proposições da ciência moderna.

Concepções racionalizadas foram, sobretudo na Europa, em busca das “verdades absolutas”. Almejava-se orientar o homem e as sociedades na direção do progresso. Surgiram discursos que se pretendiam interpretações teóricas de larga escala e supostamente de aplicação universal (HARVEY, 2012), as chamadas metanarrativas.

A partir do século XVIII, houve um intenso processo de incitação do sexo e do prazer (FOUCAULT, 1993). Tal processo seria levado à frente por uma pluralidade de discursos de terminologia científica: psiquiatria, psicologia, sexologia e medicina tentariam definir a vida sexual, estabelecendo, no geral, leituras fortemente baseadas na dicotomia entre “normalidade” e “anormalidade”. Esses discursos cobriram com uma verdade “mais profunda”, “científica”, os discursos morais sobre crime e pecado que até então dominavam as narrativas sobre sexualidade.

A transexualidade, ainda não definida como tal à época, mas representada por indivíduos desvinculados dos papéis tradicionais de gênero e sexualidade, seria tematizada nesse processo.

Constituiu-se uma dinâmica de especificação e categorização de sexualidades “desviantes” (FOUCAULT, 1993), que iriam se disseminar no fluxo geral do cotidiano, inscrevendo-se como representação no senso comum. Costa (1995), prosseguindo as formulações foucaultianas, aponta que no século XIX o discurso médico-científico começou a forjar percepções sobre a homossexualidade. O homem homossexual, figura privilegiada de estudos, apareceria como um ser invertido. Uma inversão dos instintos, dos desejos, das práticas. A medicina mostrava seu caráter normatizador, um eixo disciplinar do cotidiano. Ou, no vocabulário de Foucault (2012), uma engrenagem dos dispositivos reguladores das relações sociais. Dispositivos, para o autor, consistem em

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2012, p. 364).

Bourdieu (2011), a partir de uma perspectiva sociológica, destaca que as representações sobre a sexualidade e gênero integram mais do que a realidade concreta, objetiva. O modelo androcêntrico, que caracteriza as sociedades ocidentais e se articula em boa medida a concepções médicas, constitui-se enquanto percepção inconsciente, antecedendo – e condicionando – o raciocínio. Dessa maneira, estruturas cognitivas acabam replicando uma projeção generificada da realidade.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações dos membros da sociedade. [...] Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas (BOURDIEU, 2011, p. 45).

Logo, argumenta o autor, é preciso olhar de maneira crítica o que se apresenta como universal e inato, mostrando que tudo não passa de registro cultural.

[...] é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. Colocar o problema nesses termos é marcar um progresso na ordem do conhecimento que pode estar no princípio de um progresso decisivo na ordem da ação. Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que um produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a família, a igreja, a escola e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo (BOURDIEU, 2011, p. 45).

Ao longo do século XIX, a representação médica circunscreveu – eternizando, nesse sentido – a legitimidade de práticas e desejos ao terreno da heterossexualidade voltada para a reprodução: o que Foucault (1993) viria a denominar como “biologia da reprodução normatizada em bases científicas gerais”, gestada principalmente na Europa. Buscou-se reduzir o sexo à sua função reprodutiva, marcadamente heterossexual e em contexto matrimonial. Tal centralidade na reprodução viria, conseqüentemente, a projetar (e reforçar) papéis sociais específicos para homens e mulheres. Logo, a heterossexualidade aparecia como natural, configurando o que Rubin (2003) denomina sistema sexo-gênero. Assim, as noções de homem e mulher também passariam por um processo de naturalização, fixadas no referencial biológico e heterormativo.

O pressuposto de que existem dois corpos diferentes, antagônicos, e que as explicações para os comportamentos de gênero estão nesses corpos, especificamente na anatomia sexual, é gerado durante a Modernidade (LAQUEUR, 2001). A ideia do dimorfismo sexual, consolidada no século XIX pelo discurso biomédico, avançou sobre a ideia anterior do isomorfismo, que apontava a existência de um único corpo: a vagina seria um pênis invertido; a mulher era fisiologicamente um homem invertido (e imperfeito), sendo o calor que envolve o feto o fator responsável pela especificação anatômico-sexual. “Nesse modelo, o corpo é representado por continuidade e a diferença é representada em termos de grau (mais quente/menos quente). A genitália no isomorfismo era um fundamento inseguro para posicionar os sujeitos na ordem social” (BENTO, 2008, p. 22).

A instabilidade de gênero e o escapamento às relações heterossexuais, nesse sentido, apareceriam como fenômenos “doentios”, na esteira dessa engenharia de diferenciação. O “sexo verdadeiro”, assim como o “gênero genuíno”, consolidou-se como representação hegemônica, sendo o “feminino” um modelo simbólico aceito apenas nos corpos das mulheres, e o “masculino”, no corpo dos homens.

Houve uma explosão discursiva sobre o sexo (FOUCAULT, 1993). Afinal, em boa medida, o sexo representaria a “verdade última” sobre os sujeitos. Representaria também um domínio com implicações sociais mais amplas. O sexo tornava-se uma questão política, no contexto do que Foucault (1993) denomina “biopolítica”, isto é, a vigilância e regulação dos corpos tendo como objetivo o bem-estar populacional. A linguagem científica mostrava-se também uma tecnologia de gestão social.

A noção do dimorfismo como fonte orientadora do discurso médico pode ser exemplificada na constituição de especialidades médicas. A ginecologia surge como um ramo médico destinado a tratar dos males que afligem a mulher, uma espécie de ciência da feminilidade, como se houvesse uma essência nesse sentido. “Essa preocupação da medicina em dedicar-se ao estudo da mulher não nos causaria espanto se houvesse também uma ciência ou estudo do homem” (ROHDEN, 2004, p. 186).

Uma onda de investigação médicas² durante o século XIX buscou descrever e compreender práticas e desejos de ordem sexual, tendo em vista as transformações políticas e sociais que o país sofreria naquele século. A produção de sentidos não se restringiu aos espaços acadêmicos, avançando também sobre o fluxo geral do cotidiano.

² Rohden (2004) discute a presença da concepção dimórfica da medicina brasileira nos séculos XIX e XX, observando que “uma preocupação singular do papel social de cada sexo pode ser percebida por meio do processamento dos títulos das teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1883 e 1940”. (p. 184)

Em termos práticos, o resultado mais importante dessa investigação tão altamente racionalizada foi, provavelmente, o aparecimento de um novo sistema de classificações sexuais, construídos na terminologia da ciência. Primeiro nos trabalhos de médicos pioneiros e, mais tarde, na linguagem mais popular dos jornais, revistas, filmes e televisão, a normalidade e a anormalidade sexual foram cuidadosamente mapeadas e analisadas, e novas séries de categorias classificatórias, baseadas nos segredos ocultos e desejos do eu sexual, foram desenvolvidas para a organização do universo sexual (PARKER, 1991, p. 17).

A medicina assumiu, portanto, importante papel de organização social. A ênfase na reprodução como único fim legítimo da atividade sexual tinha um apelo social: caberia ao indivíduo a responsabilidade de vigiar suas práticas de modo a, na condição de cidadão do Estado, não causar danos à coletividade. O sexo normal aparece novamente como representação hegemônica. Classificando práticas e desejos, a medicina – cada vez mais uma ciência social (PARKER, 1991) – passa a definir, por exemplo, a masturbação, a prostituição e a homossexualidade como contrárias à ordem natural, promotoras de doenças e destruidoras da família nuclear. O uso do corpo individual repercutiria, sob esta lógica, sobre o corpo da sociedade.

A interface entre as concepções promovidas pelas concepções de “homem” e “mulher”, pela moral cristã e pela lógica científica não significou o desaparecimento de nenhuma delas. As referências foram recodificadas. A combinação de discursos preservou as distinções tradicionais de gênero.

Ao contrário, seria mais exato afirmar que séries de práticas interpretativas analiticamente distintas e obviamente diversas foram estabelecidas e impostas nas definições de gênero ao se abordar e articular o significado da vida sexual no Brasil. Longe de eclipsar outras possibilidades, esses sistemas interpretativos mais racionalizados serviram para diversificar a estrutura mais ampla dos significados sexuais na cultura brasileira (PARKER, 1991, p. 17).

Parker (1991) chama atenção, em meio a tantas normas, para a ideologia do erótico como um espaço voltado para a transgressão, uma alternativa aos regramentos do corpo. Espaço que tem no Carnaval o momento paradigmático de celebração daquilo que não é convencional, e remete às ideias de Freyre (2002) sobre uma suposta sexualidade exacerbada do brasileiro.

A perspectiva de sistemas culturais utilizada por Parker (1991) tem sido problematizada. Piscitelli, Gregori, e Carrara (2004) ponderam sobre tal noção. Até que ponto tais sistemas teóricos correspondem a uma realidade fixa, totalizante? Por isso, os autores propõem uma abordagem centrada na ideia de convenções, que indicam marcas distintivas amplas e definidoras de um grupo social sem que se tenha um padrão sistêmico.

Algumas discussões recentes sobre sociedades que, na falta de uma denominação mais apropriada, consideramos “ocidentais contemporâneas” chamam a atenção também para a inadequação de pensar que a sexualidade assume o mesmo lugar na construção da pessoa em diferentes culturas nacionais [...]. A ideia é que, nessas sociedades, a sexualidade pode adquirir significados e valores diferenciados para os sujeitos que integram diferentes segmentos sociais. [...] Essas formulações condenam qualquer afirmação generalizante sobre sexualidade que atravesse homogeneamente uma sociedade complexa (PISCITELLI; GREGORI; CARRARA, 2004, p. 14).

Carrara e Simões (2007) também procuram refletir sobre a organização de categorias e sistemas analíticos estabelecidos pela antropologia brasileira, desde os anos 1970. Os autores afirmam que as identidades e as condutas sexuais e de gênero, no cotidiano, não necessariamente seguem as categorias montadas pela ciência. A sexualidade e o gênero podem assumir múltiplas configurações, tendo em vista a complexidade de um país com diferenças de classe, região, raça, e outros marcadores sociais de diferença.

Nesse sentido, Carrara e Simões (2007, p. 80) apontam a insuficiência de “fechamentos identitários” e de essencializações do tipo “homossexuais / heterossexuais” como chave de leitura da realidade social. Para os autores, é importante uma reflexão sobre “pressupostos convencionais acerca do vínculo estável entre práticas e identidades”.

Tal crítica à essencialização das diferenças e aos estreitamentos identitários converge com a proposta de Butler (2012), autora paradigmática para os estudos de gênero e cuja reflexão questiona a ideia de categorias dualistas como “feminino” e “masculino”. De acordo com Butler (2012), o olhar feminista sobre as desigualdades de gênero parte de um pressuposto do feminino como categoria de continuidade de distinções biológicas. “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”. (BUTLER 2010, p. 24).

Assim, defende Butler, a desarticulação do gênero de seu determinismo biológico torna-o uma lógica flutuante, independente, sendo possível desassociar o feminino do corpo da mulher, assim como o masculino do corpo do homem – traço que marca os primeiros passos dos estudos de gênero. Propõe-se, assim, a ideia da fluidez, do gênero como performance e prática cotidiana.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à

cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age. (BUTLER 2012, p. 25)

As divergências epistêmicas servem como reflexão teórica para a fundamentação antropológica aqui proposta. Menos do que buscar encontrar sistemas culturais nas capas dos periódicos em análise, a ideia é identificar representações que, se não expressam modelos classificatórios amplos e supostamente universais, deixam escapar representações arraigadas socialmente.

É importante olhar para a sexualidade e suas imbricações com as relações de gênero do ponto de vista de sua constituição histórico-discursiva. Ou seja, é preciso compreender valores e práticas como fenômenos culturais. O que se buscou, nessa primeira seção do capítulo 3, foi refletir sobre as referências discursivas que marcam o país em relação às definições e interpretações sobre sexualidade e gênero. Na próxima seção, o objetivo é entender como as categorias, práticas e identidades trans constituem-se e articulam-se à realidade brasileira, de modo que a forma como aparece na narrativa jornalística popular possa ser contextualizada.

3.2 Os Limites do Universo Trans

A transexualidade, de acordo com Bento (2006), é uma criação do saber médico, entendida, assim, enquanto enfermidade. O Estado brasileiro, através do Sistema Único de Saúde (SUS), oferece o processo transexualizador, no qual o paciente é acompanhado durante 2 anos por uma equipe multidisciplinar que irá avaliar e promover a mudança de caracteres sexuais secundários, hormonais e genitais (modificação vista como central no processo)³.

No entanto, as Ciências Sociais têm problematizado tal enquadramento, apontando que o discurso médico nada mais representa do que uma regulação que, através da patologização, procura “normalizar” indivíduos que se apresentam à margem das convenções hegemônicas de gênero e sexualidade.

Os indivíduos que transitam entre os gêneros estão continuamente sob o olhar crítico das instituições sociais, dos olhares punitivos nas ruas, dos insultos, das discriminações e dos

³ O processo transexualizador, de acordo com o Ministério da Saúde, envolve 3 dimensões: médica, psicológica e social. Após a mudança genital, o paciente permanece sob os cuidados médicos por, no mínimo, 2 anos, de modo a acompanhar os efeitos das modificações na qualidade de vida do cirurgião.

protocolos médicos. Prevaecem valores e práticas que, na ordem social, marginalizam tais indivíduos. Há, nesse sentido, uma ação de dispositivos que agem de maneira a restringir, a partir de uma concepção que compreende a sexualidade como espaço último de definição da verdade e do caráter dos sujeitos.

A categoria de transexualidade revela uma trajetória de saber com um vasto percurso histórico, conforme aponta Bento (2006), autora importante no cenário brasileiro de pesquisas sobre a temática. Ao longo das décadas, a medicina tem buscado a “essência” da transexualidade, como se houvesse uma explicação elementar e universal.

A definição de transexualidade, em seu percurso histórico, não encontra consenso nem mesmo dentro dos saberes especializados. A busca pela universalidade tem sido contingente e conflituosa. Psicanálise, psiquiatria, endocrinologia, entre outros campos do saber, procuram há tempos estabelecer “causas” para o fenômeno. Bento (2006) demonstra como duas linhas de pensamento se destacam na definição das origens do fenômeno.

O transexual stolleriano é uma dessas linhas de pensamento. Robert Stoller (1924-1991) foi um psicanalista americano que se dedicou a investigar a transexualidade. Para ele, o indivíduo transexual consiste em uma derivação de uma mãe opressora que, invejosa dos homens, transfere para o filho homem tal desejo. Assim, a verdade sobre o transexual estaria na infância, período em que o menino passaria a desenvolver práticas e desejos do gênero feminino. O autor, no entanto, não estende o conceito para os casos de indivíduos que transitam do feminino para o masculino.

A outra linha de pensamento importante está ligada ao sexólogo americano, de origem alemã, Harry Benjamin (1885-1986), pioneiro nos estudos sobre transexualidade e que batiza a Associação Internacional Harry Benjamin para Disforia de Gênero – instituição que periodicamente publica normas e diretrizes para o “tratamento” da transexualidade. Para o estudioso, a condição transexual residiria em disfunções de ordem biológica, sobretudo hormonais. Tal compreensão está associada a uma concepção mais antiga estabelecida no século XIX pelo médico francês Ambroise Tardieu, para quem o sexo deveria ser visto apenas como uma questão anatômica e fisiológica (BENTO, 2006).

Mundialmente, através das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), a transexualidade é considerada um transtorno de identidade de gênero. No entanto, revisões e esforços têm sido realizados no sentido de despatologizar o fenômeno, que permanece atrelado a concepções de “anormalidade” e “desvio”. Em linhas gerais, esses têm sido alguns dados importantes no campo da transexualidade, que compreende embates intensos entre perspectivas deterministas, que naturalizam práticas e desejos, e perspectivas mais integrais,

que procuram refletir sobre a dimensão social e normativa dos saberes de modo a legitimar a autodeterminação das pessoas em suas vivências de gênero e sexualidade.

As abordagens mais integrais procuram refletir sobre a centralidade da genitália como determinante para o “bem-estar” dos indivíduos. Tamanha ênfase, como foi discutido anteriormente, deriva de um processo histórico no qual a proliferação de discursos médicos produziu uma determinada primazia da biologia como definidora não apenas de supostas diferenças entre homens e mulheres, como se houvesse uma essência natural. Tais discursos circunscreveram também a legitimidade das subjetividades, como se a mente humana também fosse regida por parâmetros universais. O corpo humano foi gradativamente sendo visto como essência para práticas, desejos e identidades. De acordo com Bento (2006), configurou-se um processo de genitalização das subjetividades.

[...] a organização das subjetividades em um mundo marcado pela polarização naturalizada dos gêneros acaba por criar um conjunto de subjetividades e sexualidades divergentes do modelo estabelecido pelas normas de gênero, mas que serão recuperadas por essas mesmas normas à medida que se estruturam explicações patologizantes para essas subjetividades e sexualidades divergentes, operando-se uma inversão: o problema está no indivíduo, e não nas normas de gênero (BENTO, 2006, p. 131).

Tal processo repercute em termos de direitos civis, implicando autorização, condicionada pelo processo transexualizador, de alteração do nome nos documentos, conforme apontam Ventura (2010) e Barboza (2012). O direito, nesse sentido, também se ancora, em boa medida, na constituição genital. Até que ponto, portanto, o saber médico implica, de fato, uma “cura”? Ou, na verdade, em um empecilho à autonomia e liberdade dos indivíduos? Por que o trânsito entre os gêneros necessariamente é uma condição doentia?

A representação de loucura que circunda a transexualidade, no entanto, é corriqueira e escapa aos saberes formais e às lógicas jurídico-administrativas. Circula de forma constante até mesmo entre outras minorias sexuais. Escapa, nesse sentido, dos saberes formalizados pelo viés científico e se espalha pelo fluxo geral do cotidiano. Benedetti (2005) e Kulick (2008) demonstram como, entre travestis, a designação mais comum sobre indivíduos que desejam modificar a genitália é a de doença mental.

Ainda que as travestis também façam uso da medicina para modificações corporais, a genitália não encerra a definição da identidade. Conforme Benedetti (2005) observa, as travestis não estão preocupadas com a retirada do pênis. Para elas, o pênis é parte integrante de suas performances de gênero, que incluem outras práticas e valores; constitui um dos aspectos organizadores de suas subjetividades. Tanto o é que, ainda que as travestis

compreendam suas condições como tendo fundo biológico (causa orgânica), elas limitam-se a alterar caracteres sexuais secundários, a tomar hormônios e a moldar determinadas regiões do corpo conforme padrões de feminilidade. A travestilidade consiste, assim, em uma identidade ligada às diversas possibilidades de viver e construir o gênero em articulação com marcadores e variáveis sociais diversas, como classe, raça, idade etc (BENEDETTI, 2005).

Kulick (2008), em estudo etnográfico com travestis, notou que há um forte estigma em relação aos indivíduos que desejam alterar a genitália. A intenção das travestis, ao aderir a determinadas práticas corporais, é alcançar um patamar de feminilidade. De acordo com o autor, durante sua pesquisa,

Os transexuais são chamados de bichas operadas ou bichas castradas. Algumas travestis dizem ainda bichas mutiladas. Em algumas ocasiões, quando se quer diferenciá-los das travestis, os transexuais podem ser chamadas simplesmente de “bucetas”. [...] as travestis nunca chamam os transexuais de mulher (KULICK, 2008, p. 101).

A transexualidade, nesse sentido, constitui um tema de difícil compreensão entre as travestis.

Sempre que o tema do transexualismo⁴ surge nas conversas, a reação é de incompreensão. Ninguém entende a questão. Se colocar uma buceta não vai transformar ninguém em mulher, afinal, por que colocar? Amputar o pênis, por sua vez, pode resultar na perda definitiva da experiência do prazer sexual. [...] As operações de mudança de sexo não resultam na produção de mulheres e ao mesmo tempo tiram toda a possibilidade de uma pessoa experimentar o prazer sexual. Mas há mais do que isso. Segundo as travestis, a operação resulta inevitavelmente de um estado de insanidade (KULICK, 2008, p. 101-102).

Também na imprensa, as pessoas trans são retratadas por uma lógica estigmatizante. Não é um dado apenas nos estudos sobre jornalismo popular, conforme apontado no capítulo anterior. No campo da Antropologia que se dedica ao universo trans, a exposição feita pela imprensa em geral é caracterizada como superficial, sensacionalista e de cunho “desviante” (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005). O primeiro caso de difusão e amplitude midiática considerável foi o de Roberta Close, que nos anos 1980 tornou-se nacionalmente conhecida após uma revista publicar: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Conforme Bento (2008, p. 9) rememora, “pela primeira vez na história do país, a sociedade começou a se

⁴ O autor utiliza o sufixo “ismo”, que tem sido questionado e abandonado pelo movimento LGBT, pois seu significado remete à patologização. Conforme outras doenças, “ismo” é um marcador semântico. Assim, o termo recorrente e aceito é “transexualidade”.

deparar com as confusões de gênero em escala midiática”. O determinismo biológico, nesse sentido, inaugurou a relação da imprensa com a transexualidade.

Tais representações, que derivam em boa medida de concepções científicas, se alastram pelo cotidiano e chegam à arena política. Dentro dos movimentos sociais, a questão trans também é atravessada por polêmicas e dissidências. Tal dinâmica foi estudada por Carvalho (2011), que buscou analisar os processos de diferenciação entre as identidades travesti e transexual que se dão no seio do movimento LGBT.

Durante o processo de construção da identidade travesti e sua posterior incorporação nas mobilizações e lutas por direitos, nos anos 1970-1980, a travestilidade aparece como sendo um “desvio”, uma “poluição”, em um contexto em que os gays representariam o segmento hegemônico.

Carvalho (2011) lembra que os gays buscavam dissociar-se do marcador social de gênero; ao passo que as travestis vão sendo delineadas socialmente justamente na exploração do gênero como modelador de identidade. Dessa forma, um homem que “exacerba a feminilidade” (CARVALHO, 2011, p. 25) torna-se travesti.

As identidades, assim, também apresentam uma dimensão política. Carvalho (2011) argumenta que as identidades dão aos indivíduos um lugar no mundo, estabilizando sua imagem na ordem social. No campo da sexualidade e do gênero, o estigma é um traço organizador de identidades. Sobretudo em função do HIV/Aids, que tem índices elevados entre minorias sexuais, as políticas públicas voltadas para travestis e gays estão constantemente construídas a partir da prevenção. Tal dinâmica, destaca Carvalho (2011), aponta para um eixo identitário no qual a própria oferta de cidadania é promovida pela via médica.

O reconhecimento político e jurídico passa por uma lógica patologizante, como se tais indivíduos estivessem definidos pela doença. Pelúcio (2009), ao estudar o universo das travestis paulistas, também apresenta tal crítica, destacando a Aids como uma doença moral que contribui na configuração das identidades. A consolidação de um estigma que atrela, em especial, indivíduos trans à doença é absorvida pelos marcos jurídicos e institucionais. São formuladas, assim, “bioidentidades, num processo sutil e sofisticado de controle, que busca internalizar a vigilância sobre o corpo [...]” (PELÚCIO, 2009, p. 48).

Hall (2003), que também enfatiza o papel da epidemia do HIV/Aids na constituição de identidades e estigmas, argumenta que uma identidade só se produz na diferença. É preciso o outro para se localizar no mundo, nesse sentido.

Pensando o conceito de identidade no contexto da globalização, Hall (2003) destaca que a ideia de uma identidade única, basilar, essencial e indivisível exige ponderações. No fluxo vertiginoso de indivíduos, mercadorias, práticas e valores que percorrem o mundo, as identidades tornam-se mais do que nunca dinâmicas, esvaziando-se de suas estruturas estáveis à medida que o mundo se acelera. A noção uma identidade primordial, marcada por laços geográficos, se esvai e passa a ser articulada como identidade escolhida, constituída politicamente. “Escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas” (HALL, 2003, p. 64).

Por outro lado, em uma perspectiva antropológica, Heilborn (2004) afirma que a atividade classificatória consiste em mais do que um mero registro taxonômico: é também um exercício de valoração, que marca diferenças e organiza hierarquias. Para Duarte (1986 *apud* Heilborn, 2004), ao lidar com os objetos empíricos, é importante manter uma perspectiva mais abstrata. Assim, é:

imperioso dessubstancializar também as ‘unidades sociológicas’ cercadas de uma concretude excessivamente pesada. Grupos, classes, nações, etnias, networks, sociedades, parentelas, famílias, comunidades ‘existem’ porque fazem sentido em tal ou qual lugar, porque expressam uma organização/classificação/valoração qualquer do universo em tal ou qual nível ou situação (HEILBORN, 2004, p. 74).

Nesse sentido, a identidade constitui um estatuto que passa não apenas pela atribuição que o indivíduo dá a si próprio, mas também pelo registro classificatório (e valorativo) que os outros, num dado contexto, lhe atribuem. As identidades se constroem enquanto contraste, pois os atributos pessoais estão em conexão com o grupo e a ordem social. Tanto o é que a categoria “travesti” é específica da realidade brasileira (CARVALHO, 2011). As identidades, assim, são da ordem do valor. Pensando nesses termos, Simões (2012) afirma que

A definição de categorias de identidade pessoal, ligadas à atração erótica e a prática sexual, inscreve-se, portanto, numa hierarquia peculiar de valorização de um modelo ideal único de sexualidade e à custa da estigmatização, da degradação e mesmo da criminalização da diversidade sexual (SIMÕES, 2012, p. 421).

Em especial, no estudo aqui proposto, tal perspectiva parece pertinente, tendo em vista que o contexto de confinamento do programa *Big Brother Brasil*, assim como representações mais amplas sobre gênero e sexualidade, constituem circunstâncias fundamentais para as identidades que Ariadna Silva assume.

A transexualidade, assim, no marco das dinâmicas políticas, tem se constituído também entrelaçada a outras identidades. E de maneira também hierarquizada. Carvalho

(2001) enfatiza que a incorporação dos transexuais dentro do movimento LGBT brasileiro se deu em meio a discriminações manifestadas por correntes gays e lésbicas. Não bastasse a rivalidade que marca a dicotomia travesti/transsexual, também em relação a outras identidades a marginalização é corrente. Assim, a participação nos espaços de discussão política estão organizadas conforme tais hierarquias, o que gera críticas frequentes dos segmentos de transexuais.

Carvalho (2011) também notou entre as travestis a ideia de que as transexuais são doentes, tendo em vista que modificar a genitália significa uma “loucura”. Compreende-se: a transexualidade é um registro médico e se destaca como tal no fluxo geral do cotidiano. Em sua pesquisa, o autor destaca o peso que a medicina tem na configuração de representações que marcam o jogo político.

Foucault (1991) já demonstrara como a medicina é uma prática social, na qual protocolos e terapias são ferramentas normativas de organização social e relações de poder. Carvalho (2011), em seu estudo, procura mostrar como, nas relações entre travestis e transexuais, o processo de medicalização é um elemento central e que remete à ideia de purificação como organizadora de hierarquias e identidades. Os estudos críticos das Ciências Sociais têm procurado mostrar que muitas vezes “o desviante mental é um desviante moral” (2011, p. 65). Por isso, a medicina aparece muitas vezes como um caminho salvador, a reincorporar os indivíduos aos padrões hegemônicos. Conforme Bento (2008) argumenta

Parece que ser transexual ainda soa como algo que confere mais legitimidade e poder, enquanto a travesti é construída como a outra radical. É como se a categoria médica “transexual” fizesse o trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria de rua (BENTO, 2008, p. 59-60).

Assepsia e limpeza. Tais noções ensejam reflexões interessantes, tendo em vista o estudo de caso aqui proposto. Carvalho (2011) menciona a abordagem médica à transexualidade como uma espécie de “purificação” da transgressão, de modo a resgatar a ordem perdida. A ação de purificar, de limpar, quando contextualizada pelo olhar antropológico, revela sua dimensão cultural. Assim, o seu oposto, a sujeira, também apresenta dimensões marcadamente simbólicas.

Douglas (1976) afirma que sujeira remete, essencialmente, a desordem, a algo que está fora do lugar. A sujeira, para a autora, é um dado cultural: não é absoluta, existindo conforme o contexto. A eliminação da sujeira não consiste em uma ação negativa; pelo contrário, representa um esforço positivo para organizar e restaurar a ordem. “Sujeira, então, não é um

acontecimento único, isolado. Onde há sujeira, há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados” (DOUGLAS, 1976, p. 50).

A sujeira, nesse sentido, constitui um perigo. Constitui uma forma de poluição. Em termos morais, a sexualidade e o gênero também estão inseridos em uma lógica de pureza, sujeira e perigo. Determinadas normas, quando questionadas por práticas ou sujeitos que não se enquadram nos padrões hegemônicos, colocam em risco a própria sociedade. Por isso, toda sujeira é também uma ameaça. O contato deve ser evitado para não haver contágio. Os grupos sociais lançam mão de sanções para lidar com tais eventos, entre os quais podem estar “a ofensa, o ostracismo, a fofoca ou mesmo a ação policial” (DOUGLAS, 1976, p. 94).

A autora afirma ainda:

Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social. Por exemplo, há crenças de que cada sexo é perigoso para o outro através de contacto com fluidos sexuais. De acordo com outras crenças, somente um dos sexos é posto em perigo pelo contacto com o outro, geralmente masculino, mas algumas vezes o inverso. [...] Sugiro que muitas ideias sobre perigos sexuais são melhor interpretadas como símbolos da relação entre partes da sociedade, como reflexos de projetos de simetria ou hierarquia que se aplicam ao sistema social mais amplo (DOUGLAS, 1976, p. 14).

Ser limpo ou sujo, então, é uma questão de ocupação de determinados espaços, concretos ou simbólicos. Soa interessante, nesse sentido, pensar sobre o comportamento do jornalismo popular ao lidar com identidades vistas como “desviantes” e, portanto, “perigosos”? A transexualidade tem sido hegemonicamente definida em termos negativos. Na medicina, na escola, no mercado de trabalho, na família, nos discursos emoldurados pelo senso comum, o trânsito entre os sexos/gêneros desestabiliza crenças arraigadas. Não se encaixa nos marcos hegemônicos, convoca uma série de discursos, valores e instituições para gerir e, se possível, corrigir o que está “errado”.

Que mediações, então, podem ser identificadas no plano do discurso jornalístico? Essa é a proposta de análise que é desenvolvida no próximo capítulo e que procura articular comunicação e cultura nas fronteiras da sexualidade e do gênero.

4 METODOLOGIA

Tendo em vista a discussão traçada até o momento, este estudo de discurso busca encontrar, na narrativa jornalística popular, traços culturais que compõem a realidade brasileira no que concerne às relações gênero e à sexualidade. Mais especificamente, a proposta é identificar representações que conferem ao texto jornalístico das capas afinidade com o texto sociocultural. Para tanto, a fundamentação antropológica discutida no capítulo 3 será fundamental para que se possa ter lastro teórico. A articulação sugerida, desta feita, parte do pressuposto das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2009), isto é, da centralidade dos meios de comunicação na dinâmica de reprodução e construção cultural dos sentidos que amalgamam grupos sociais em torno de referências simbólicas compartilhadas. Os meios de comunicação, no caso deste estudo, dois jornais populares de grande circulação⁵, são eixos importantes para “a produção de uma gramática simbólica por meio da qual se universaliza modos e estilos de vivência” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 199).

Martín-Barbero (2009) destaca que a história dos meios de comunicação, na América Latina, pode ser vista para além dos determinismos econômicos e condicionamentos ideológicos. A capacidade instituinte dos meios repousa na força mediadora, “através das quais os meios adquirem materialidade institucional e densidade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 232). O ato de mediar, nesse sentido, aparece como a competência de ligar as partes, fixando coordenadas simbólicas comuns, reconhecíveis, entre os múltiplos agentes e discursos que compõem uma sociedade. O paradigma das mediações implica, portanto, A negociação de sentidos entre emissor, receptor e a sociedade como um todo. No campo do discurso jornalístico aqui pesquisado, a narrativa mediadora é um domínio estabelecido pela interface entre intenções editoriais, estratégias econômicas e de marketing, idealizações do leitorado, concepção do popular, valores socioculturais e morais etc. As mediações, portanto, instituem e reproduzem conhecimento e valores. Jornais, assim, integram o conjunto de filtros mediadores.

⁵ De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), os registros de circulação média diária, no período de janeiro a dezembro de 2011, apontaram o *Meia Hora* e o *Expresso da Informação*, respectivamente, como o 10º e o 12º jornais de maior circulação no país. Isso totaliza, na média, 136.802 (*Meia Hora*) e 93.269 (*Expresso*) exemplares circulantes.

O Brasil tem seguido uma tendência mundial de lançar jornais mais compactos (AMARAL, 2006). O *Meia Hora* e o *Expresso*, lançados, respectivamente, em 2005 e 2006, são exemplos dessa tendência. O primeiro é ligado ao grupo *O Dia*, é matutino e vendido por R\$ 0,70 (de segunda a sábado) e R\$ 1,40 (aos domingos). Apresenta formato tabloide. É destinado a um público de baixo poder aquisitivo, compreendido editorialmente como portador de nível educacional rudimentar. Um dado que chama a atenção é o padrão cromático que privilegia as cores vermelha e preta, também representativas do Clube de Regatas Flamengo, time de maior torcida no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo: a constituição do jornal, assim, é pensada nos mínimos detalhes, expressando cumplicidade com elementos simbólicos socialmente reconhecíveis e hegemônicos. O periódico está focado em notícias sobre cidades, polícia, esportes, utilidade pública e entretenimento, aproveitando grande parte do noticiário de *O Dia* (AMARAL, 2006).

O *Expresso da Informação*, da Infoglobo, também se destina a um público de baixo poder aquisitivo e tem o formato tabloide. Custa R\$ 0,60 (de segunda a sábado) e R\$ 1,00 (aos domingos). Tem como leitor-alvo privilegiado o usuário de transporte coletivo. Traz diariamente notícias sobre economia popular, empregos, esporte, TV e entretenimento. Os textos são curtos e, assim como o *Meia Hora*, vale-se de conteúdos produzidos por outros meios do conglomerado do qual é parte.

A escolha pelo gênero do jornalismo popular como objeto de estudo não foi uma decisão tomada de imediato. De início, a intenção era realizar um estudo comparativo com os chamados jornais de referência, voltados para um público idealizado de maior escolaridade e renda. No entanto, a possibilidade de cotejar discursos de gêneros jornalísticos distintos perdeu-se, em boa medida, pela própria natureza dos gêneros: para os grandes jornais brasileiros, como *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*⁶, Ariadna Silva não constituiu um sujeito com valor-notícia. Apenas em meio a matérias gerais sobre o *reality show*, ela apareceria como elemento periférico. Muito diferente do que se deu com os jornais aqui em estudo.

A investigação está centrada na 1ª página dos periódicos. O *Big Brother Brasil 11*, exibido entre 11 de janeiro e 29 de março de 2011, obteve significativa cobertura da mídia nacional. No caso dos jornais populares, que tem no entretenimento um tema predileto, recebeu cobertura praticamente diária, tendo na participante Ariadna Silva figura com

⁶ Dados de 2011 do Instituto Verificador de Circulação (IVC), as médias de circulação diárias dos periódicos foram: *Folha de São Paulo*: 286.398; *O Estado de São Paulo*: 263.046; *O Globo*: 256.259. Foram, respectivamente, o 2º, 4º e 5º jornais no ranking de circulação nacional.

destacado valor-notícia, em função da exploração de sua condição transexual. Sendo o *Meia Hora* e o *Expresso* jornais de venda em banca, sem assinaturas, as capas são espaços privilegiados de contato com o leitor. Espaço que conquistou a atenção diária do pesquisador por causa das construções discursivas e imagéticas, baseadas preferencialmente no humor.

As bancas de jornal constituem um espaço importante na construção de imaginários, especialmente quando representações de gênero e do corpo estão em jogo. São, por assim, dizer, suportes de mediações. Conforme aponta Siqueira (2011), cartões-postais dispostos nas bancas do Rio de Janeiro comunicam muito mais do que imagens: consistem em eixos de produção e difusão de representações. Dinâmica que, no espaço urbano do Rio de Janeiro, também é estimulada pelo jornalismo popular, participante destacado da ordenação de certa realidade (SERRA, 1980). O corpo, nesse sentido, aparece como espaço que sintetiza imaginários sobre uma localidade, articulando concepções, culturalmente inscritas, sobre o feminino e sobre modelos de juventude. A realidade mostrada nas mídias é, antes de tudo, simbólica.

O real, no entanto, não é senão a retradução da realidade segundo um sujeito histórico, que se encontra inserido em um sistema de coordenadas simbólicas, que lhe ajudam a se orientar no mundo. [...] Somente quando submetido às grades do pensamento, às lentes culturais próprias de uma dada cultura, é que o mundo se torna “fenômeno”, tornando-se assim inteligível aos sujeitos. Assim, o imaginário guarda proximidade com as representações sociais, já que as imagens também são representações coletivas que ultrapassam o indivíduo (SIQUEIRA, 2011, p. 660).

Os estudos sobre o jornalismo popular têm dedicado acentuada atenção às primeiras páginas como unidades narrativas fundamentais para se pensar o gênero. Serra (1980), estudando o jornal *O Dia* enquanto expoente do gênero, identificou um padrão de composição noticiosa nas primeiras capas: manchetes e chamadas voltadas majoritariamente a fatos policiais ou àqueles vistos como incomuns.

Estas jamais são explicitadas integralmente, mantendo, sempre que possível, tanto no *lead* como no *sub-lead* um clima de ambiguidade, com isto criando em torno da notícia uma expectativa nem sempre proporcional à notícia propriamente dita, mas que serve para conferir ao fato, desde a chamada, uma aura de excepcionalidade. [...] Note-se, pois, que a marca da anomalia começa aqui, na própria linguagem jornalística (SERRA, 1980, p. 28).

Amaral (2006) também identificou tal tendência, indicando como a forma prevalece sobre o conteúdo. A autora destaca que, acima de tudo, a capa é o que vende o jornal. Entrevistando editores de jornais populares de diferentes estados brasileiros, Amaral (2006)

colheu depoimentos que apontam para elementos paradigmáticos de composição das capas. Temáticas policiais, de entretenimento, de utilidade pública e de esporte devem ser exploradas, conforme as falas dos editores, com um tom “maroto”, “brincalhão” e “bem-humorado”. Embora haja a ressalva para que não se resvale para a linguagem chula ou para a gíria, o recurso do humor parece impor certos cuidados: a fronteira entre jocosidade e desrespeito não é a mesma para todos. “Os títulos engraçados integram os recursos dos jornais populares, mas se a função primeira é informar e não entreter é bom lembrar que o bom título deve sair do *lead* e ser uma síntese precisa da informação mais importante do texto” (AMARAL, 2006, p. 118).

Pedroso (2001, p. 48) destaca que a comunicação entre leitor e jornal é estabelecida a partir da manchete, que prioriza “a sensação que ela causa em detrimento da informação, do conteúdo”. A autora argumenta que a manipulação dos leitores se dá através de construções apelativas e atrativas. As capas atuam de maneira “a concentrar um sentido, anunciar e classificar o real, explorar as singularidades e as informações inclassificáveis, trabalhar com a expectativa e a imprevisibilidade” (PEDROSO, 2001, p. 82). Nesse sentido, o fragmento de realidade, aquela “classificação inicial do real-social”, difunde uma mensagem com

[...] alto grau de originalidade e imprevisibilidade, muita surpresa e impacto (ou atração) com palavras que destacam o aspecto mais sugestivo do acontecimento: SAPATÃO PERDEU O CADARÇO; TORRARAM O PIÇADOR DO TARADO; EXU COME EBÓ E LIMPA BOCA COM CALCINHA; cria-se, assim, uma expectativa fantasiosa em torno de personagens anônimas (PEDROSO, 2001, p. 81).

O chiste, o jogo de palavras, a exploração de uma linguagem distante das normas formais de comunicação também são traços que, para Angrimani (1995, p. 16), constituem as capas no gênero jornalístico popular. “[...] a manchete, dentro da estratégia de venda de uma publicação que adotou o gênero sensacionalista, adquire uma importância acentuada. A manchete deve provocar comoção, chocar, despertar a carga pulsional dos leitores”. Inclusive, um exemplo citado pelo autor refere-se a um indivíduo transexual, tema do presente estudo, demonstrando a centralidade daquilo que é socialmente insólito. “Bicha americana fica grávida” foi o título que se desdobrou internamente em orações como “a boneca agora se chama Erika e diz que fez inseminação artificial, mas até o marido duvida dela” (ANGRIMANI, 1995, p. 122).

Além dos títulos/manchetes, Pedroso (2001) destaca que é importante estender o olhar para antetítulos e outras composições textuais que formam uma “cadeia narrativa” em que as partes se completam, ampliam e sustentam sentidos.

Nesse sentido, elementos constituintes principais da capa, como manchete, antetítulos, chamadas (textos que ampliam as manchetes), fotos, imagens, construções iconográficas e cores serão, para efeitos desse estudo, consideradas unidades mínimas de representação.

O corpus de análise desse trabalho será composto por 27 capas, identificadas abaixo:

- *Meia Hora*: dias 06, 07, 08, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23 de janeiro de 2011, sendo utilizadas ainda, como corpus adicional para discussão a respeito do trânsito entre gêneros/sexos como critério de noticiabilidade, as capas dos dias 07 e 27 de novembro de 2012.

- *Expresso*: dias 06, 07, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 de janeiro de 2011.

Vale destacar que o trabalho de Velho (2010) é uma importante referência teórico-metodológica para este estudo: traça diretrizes consistentes sobre como se dá exploração das representações. No livro *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social* (2010), o autor estuda os habitantes de um prédio em Copacabana. O objetivo esteve centrado na lógica comum que presidiria as motivações dos indivíduos a respeito da escolha de moradia.

O autor argumenta que, ao mirar um prédio residencial como objeto de estudo, seria possível captar códigos e singularidades que marcam um grupo social. A mirada específica para o condomínio permitiria, assim, enxergar os discursos ali circulantes como espelho de um universo simbólico mais amplo.

As trajetórias e os perfis de vida dos moradores demonstraram, de acordo com Velho (2010), experiências básicas comuns e representações compartilhadas. A ideia de Copacabana como um bairro que capitalizaria o status do morador foi um argumento presente no discurso dos moradores. A coincidência de conteúdo observada nos discursos dos moradores remetia a uma hierarquização geográfica de bairros e, conseqüentemente, de classe social. Tais representações estavam sustentadas, conforme o autor classifica, em unidades mínimas ideológicas, isto é, expressões, palavras e frases que descreveriam padrões de leitura do mundo.

Tais traços discursivos, argumenta Velho (2010), são evidências mínimas de uma realidade que se forja por meio de categorias simbólicas. Essas categorias estão em constante relação de contato: ganham sentido conforme se opõem a outras categorias. Isto é, para algo ganhar inteligibilidade e valor, é necessário que haja um anteparo simbólico: o bairro só existe relacionalmente enquanto localidade que, no espaço geográfico, interage simbolicamente com as demais localidades, articulando um jogo de representações. Um jogo que classifica e hierarquiza.

O discurso, esteja sob a forma de opiniões de moradores de um condomínio, esteja sob a forma de narrativas jornalísticas, está ancorado em representações comuns, inscritas ideologicamente. Assim, é um poderoso registro cultural.

O estudo de discurso aqui proposto procura identificar, portanto, através do que será denominado como unidades mínimas de representação, valores e concepções sobre a o universo da sexualidade e do gênero articuladas por meio da transexualidade.

5 MEDIAÇÕES DISCURSIVAS DA TRANSEXUALIDADE

Ariadna Silva tornou-se personagem midiática por antecedência. Antes da estreia do programa *Big Brother Brasil (BBB) 11*, em 11 de janeiro de 2011, a participante foi alçada à condição de pessoa pública com destacado registro jornalístico. O *Big Brother Brasil* teve sua primeira edição em 2002, tendo se consolidado ao longo dos anos como um programa com grande audiência na televisão brasileira. Trata-se de um programa de entretenimento, apontado por Amaral (2006) como um exemplo de narrativa popular, pois prioriza o lado dramático do cotidiano de pessoas comuns confinadas em uma casa, por cerca de 3 meses, em busca de um prêmio (R\$ 1 milhão de reais). Desse cotidiano, emergem figuras que se tornam nacionalmente conhecidas, por meio da entrada no mundo do entretenimento em suas diversas possibilidades.

Ariadna tornou-se conhecida. A partir do dia 06 de janeiro, ela começou a figurar nas páginas dos jornais, dando início a uma trajetória temporal de construções identitárias. A participante foi destaque nas primeiras capas desde as primeiras especulações sobre quem seriam os integrantes do programa até os dias seguintes à sua eliminação, ocorrida em 18 de janeiro. Para tentar melhor expressar a proposta aqui defendida, parece pertinente separar cronologicamente o trajeto de Ariadna Silva nas capas dos periódicos, até porque as mediações por que passam a personagem acionam, em diferentes momentos, variadas representações.

Nesse sentido, será procedida, primeiramente, uma análise do dia 06 de janeiro, após a divulgação na véspera dos participantes pela produção do programa *Big Brother*, até o dia 11, data que marca o início da edição do *reality show*. Para o período entre os dias 12 e 18, que engloba o primeiro dia de cobertura após o início do *BBB* e a data em que Ariadna foi eliminada por votação, será dedicada uma segunda etapa de análise. Por fim, o período entre os dias 19 e 23 marca um terceiro momento desse estudo.

5.1 Apresentando “a surpresinha”: Polissêmica E Indefinida

No dia 06 de janeiro, o *Meia Hora* estampou em sua primeira página (Figura 1) que “Casa do ‘BBB 11’ terá traveco de Realengo”, afirmando na sub-manchete que “a operada

Ariadna Thalia, que cortou o bilau na Tailândia, é a maior surpresa entre os 17 jogadores”. A chamada é acompanhada por uma foto grande de Ariadna de biquíni ladeada por fotos em formato de retrato dos demais participantes. A intenção do jornal é clara: a entrada em cena de uma figura transexual representava um fato com elevado valor-notícia (TRAQUINA, 2008). Isto é, a condição “extraordinária” trazida pelo borramento das fronteiras hegemônicas entre os gêneros mostrava-se notável. Tematizar algo como sendo “a maior surpresa” remete à ideia de quebra de uma lógica, de um padrão, gerando, assim, espanto.

No mesmo dia, o *Expresso* destacava, em sua capa (Figura 2), que “ela tem uma big surpresinha”, chamando atenção para os boatos que rolavam na internet de que “a cabeleira Ariadna, de Realengo, seria travesti”. Acompanhavam a chamada quatro fotos de Ariadna em uma espécie de ensaio erótico.

A menção à condição de “traveco” parece indicar a dificuldade inicial em se definir o que de fato Ariadna era. A identidade travesti é marcada pela presença do pênis (BENEDETTI, 2005), que não é empecilho para que as travestis, anatomicamente homens, assumam e construam uma identidade feminilizada. Já no caso da transexualidade, a alteração genital é condição crucial para que o deslocamento de gênero seja efetuado.

Figura 1 - *Meia Hora* (06/01/2011)



Figura 2 – *Expresso* (06/01/2011)

O termo “bilau”, sinônimo jocoso do órgão sexual masculino, e a expressão “big surpresinha” constituem duas unidades de representação que parecem dialogar com um mesmo referencial. Conforme Bento (2008) aponta, a natureza médica da transexualidade reflete o que a autora denomina de “genitalização das identidades”. Em ambos os casos, parece claro que a mudança de genitália configura um desvio às normas sociais hegemônicas. Um desvio que implica também uma espécie de emasculação, retirando da masculinidade um de seus elementos mais nobres, o pênis. O jornalismo popular dedica ao órgão sexual uma espécie de veneração, como mostra Pedroso (2001) ao apontar a centralidade do pênis na reiteração de um modelo de masculinidade ligado ao vigor, à honra e à virilidade.

O homem aparece inserido no discurso jornalístico pelos atributos condicionados pela sociedade como identidade social positiva, agressiva, autoritária, aventureira e independente [...] O seu aspecto atrativo não reside na aparência física, mas na sua capacidade sexual. Por isso, existe uma supervalorização discursiva do pênis, visto como algo capaz de um ato de virilidade que resgata, para o masculino, o papel ativo; papel que o homossexual (bicha) desonra por querer comparar-se à mulher, na suposta covardia, fragilidade, passividade ou permissibilidade do corpo. A livre iniciativa sexual ou o uso liberado do corpo para o prazer é considerado um comportamento natural para o homem; portanto, é-lhe uma atribuição positiva e permitida (PEDROSO, 2001, p. 105).

O corpo surge como elemento capital na definição de identidades relativas à experiência sexual e de gênero. A ancoragem na genitália mostra como o discurso jornalístico espelha a lógica do gênero enquanto “essência interna, produzida mediante um conjunto de atos postulados por meio da estilização dos corpos” (BENTO, 2008, p. 36).

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdade estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam às idealizações (BENTO, 2008, p. 35).

Como definir com precisão Ariadna, que na manchete principal é tratada pelo termo masculino “traveco”, enquanto na sub-manchete o artigo “a” indica uma unidade feminina? Benedetti (2005) elabora uma discussão sobre as fronteiras que separam a travestilidade da transexualidade. Subjetividade, usos corporais, atributos anatômicos, desejos, comportamentos individuais configuram uma série de bases simbólicas que forjam etiquetas identitárias. Tais identidades muitas vezes se constituem por detalhes, por práticas específicas. Onde começa e onde termina a transexualidade? O que a distingue de outras identidades?

Apresenta-se, assim, no discurso dos periódicos, uma explosão de categorização, uma dificuldade de conferir inteligibilidade à participante do *reality show*. No entanto, isso não significa que a cobertura dos dois periódicos estivesse carente possibilidades de descrição. Parece evidente que determinados esquematismos são acionados para construir a narrativa midiática. A própria transexualidade, conforme abordado no capítulo anterior, consiste em uma experiência cujos significados são mobilizados por discursos de diversas ordens: há construções médicas, psicológicas, sociais e individuais que dispersam variadas representações sobre o sentido cultural do trânsito entre os sexos/gêneros.

Citando a elaboração biomédica das diferenças, Benedetti (2005, p. 17) lembra que “as múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras [...]” (p. 17). A noção íntima da condição transexual não é, nem para as próprias pessoas trans, clara. Existem, nesse sentido, percepções polissêmicas que atravessam o cotidiano. Conforme destaca Benedetti (2005)

Assim, ainda que muitas travestis tenham o desejo de saber mais sobre as diferenças entre seu corpo e sua identidade e entre elas e as transexuais, poucos são os traços diferenciadores que fazem sentido em seu universo. Muitas ficam tentando entender se são ou não transexuais, outras afirmam incontestemente sua transexualidade, e há aquelas que acham desnecessário esse debate (BENEDETTI, 2005, p. 113).

Ainda para o autor,

Na cultura ocidental, e também na sociedade brasileira, convivemos com diferentes grupos e pessoas que realizam vários processos de transformação de gênero. Isso

não significa que todos experimentem as mesmas emoções e sentimentos, tenham os mesmos valores e pontos de vista, convivam em ambientes socioculturais semelhantes ou mesmo que tenham práticas sociais análogas. Pelo contrário, essas diferentes possibilidades de viver e construir o gênero estão entrecortadas e influenciadas por inúmeros fatores e condições sociais e culturais. (BENEDETTI, 2005, p. 112).

Nos dias seguintes, o rol de denominações ampliou-se. O *Expresso* afirmava, no dia 07/01 (Figura 4), em sua manchete que “‘BBB 11’: Ela já foi Thiago”, ladeada por foto em que a integrante do programa aparece com decote acentuado e com as mãos sobre os seios, como que convidando o leitor a centrar atenção em parte do corpo socialmente atrelado ao universo feminino. A composição da capa trabalha, novamente, com o deslocamento identitário como critério de noticiabilidade. Afinal, o que justificaria que mais da metade da capa fosse dedicada ao assunto? A mudança de sexo e/ou gênero consistia, de maneira flagrante, em algo editorialmente importante para o jornalismo popular.

No mesmo dia (Figura 3), o *Meia Hora* também dedicava mais da metade de sua capa à Ariadna. Com a manchete “BBBibinha já avisou: vai passar o rodo na casa” e a submanchete “Transex que nasceu Thiago e virou Ariadna disse aos amigos que vai entrar no Big Brother ‘pegando fogo’. Para isso, ela até terminou o casamento com ator pornô”. Acompanhando o texto, há uma foto de Ariadna, situada em um sofá na posição vulgarmente conhecida como “de quatro”. Na região do ânus, encontra-se uma animação muito utilizada pela produção do programa: um olho a simular uma câmera, aludindo à vigilância permanente a que os participantes do programa são submetidos. São muitas as informações, representadas pela via do humor, que dialogam com representações socioculturais. Em primeiro lugar, conforme debatido anteriormente, há uma indicação de passividade de Ariadna. Torna-se anatomicamente mulher, nesse sentido, a levaria compulsoriamente a ser penetrável. Fry (1982) observa que a passividade é um marcador simbólico da feminilidade, no âmbito das relações de gênero no Brasil. Ser passivo, assim, indica submissão no imaginário social.

Figura 3 – *Meia Hora* (07/01/2011)Figura 4 – *Expresso* (07/01/2011)

Outro dado a se destacar é a articulação entre passividade e homossexualidade. Mais ainda, a relação entre padrões de gênero e orientação sexual. Em um mesmo espaço midiático, a condição de penetrada implica qualificação de “bbbinha”, espelhando a noção de que certas práticas corporais são instauradoras em termos identitários: ao alterar sua constituição anatômica para a condição biológica de mulher, Ariadna surge, nas páginas dos jornais populares, como homossexual e feminina. Há uma evidente continuidade entre a mudança anatômica e a orientação sexual, sustentada pela noção do gênero como desdobramento cultural do dimorfismo.

Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo. Através das performances de gênero, a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes. Será a heterossexualidade que justificará a necessidade de alimentar/produzir cotidianamente os gêneros binários, em processos de retroalimentação (BENTO, 2005, p. 35).

Há também uma sinalização implícita, que iria se perpetuar durante a cobertura, de práticas sexuais descontroladas, nos moldes das leituras que Freyre (2002) e Parker (1991) fazem da vida sexual brasileira.

A associação entre passividade e homossexualidade, lembra Fry (1982, p. 109), é uma construção social e indica, inclusive, as múltiplas possibilidades de significados que daí podem surgir, variando conforme lugar e momento histórico. “Dualista ou não, a classificação das pessoas em personagens sociais é certamente uma maneira de controlar a experiência social e de reduzir a sua ambiguidade”.

A condição de “gay” de Ariadna coexiste com a de “transex” e de “traveco”, como se o jornal não soubesse, de fato, lidar com a personagem. Ariadna não se enquadra no modelo hegemônico de sexualidade e gênero. Assim, é como se ela fosse um “desvio” que incorpora atributos de outras identidades. Costa (1995) sinaliza que, através de conceituações médicas sobre a homossexualidade, o indivíduo com desejo pelo mesmo sexo e com desempenhos de gênero oposto ao que culturalmente lhe caberia foi designado, a partir do século XIX, como um ser inverso. Ariadna, assim, constitui uma inversão englobante, assumindo marcas e estigmas de indivíduos marginalizados socialmente.

A mulher, aponta Costa (1995), seria o inverso do homem. A sistematização, pela ciência, de um conhecimento sobre o desejo e práticas corporais demonstra, para Costa (1995, p.32), o caráter construtivo de representações. “O sujeito é a história de seus laços discursivos com outros sujeitos ou com o mundo material. É um efeito da linguagem”. Logo, conclui o autor, as categorias heterossexual, homossexual, bissexual, normal, anormal não são dados brutos, não existem *a priori*. “São seres verbais, figuras de discurso, identidades socioculturais que condicionam maneiras de viver, sentir, pensar” (COSTA, 1995, p. 43).

No dia 8 de janeiro, o *Meia Hora* trazia em sua capa (Figura 5) foto de mais de meia página de uma outra participante, Maria. Em pose (também “de quatro”) e em roupa sensuais, “Maria, o mulherão do Big Brother 11” é apontada por uma das chamadas como sendo uma mulher que “já veio sem surpresa”. Nesse sentido, o periódico parece indicar que a alteração da constituição anatômica e genital de nascença retira à originalidade do gênero, retira a sua

“essência interna” (BENTO, 2008). Ou seja, Maria nasceu anatomicamente mulher e, portanto, tem mais legitimidade para ser socialmente vista como tal. Ariadna, chamada de “transex” nessa capa, pode ser compreendida como sendo portadora de uma feminilidade parcial, concedida por meio de manipulação médico-tecnológica.

Figura 5 – *Meia Hora* (08/01/2011)



Postura semelhante havia sido adotada pelo *Expresso*, no dia 06 (Figura 2), cuja capa traz Ariadna, com sua “big surpresinha”, contrastando com a “musa” Jaqueline, “passista da Beija-Flor” que iria “mostrar o pandeirão pra galera na TV”. Nota-se assim uma predileção por estruturar os personagens eroticamente no âmbito das relações de gênero, destacando-os por atributos hegemônicos atrelados culturalmente ao feminino. Jaqueline, assim, parece assumir a função de restauradora da estabilidade de gênero, resgatando uma feminilidade “genuína”. A transexualidade, nesse sentido, aparece como contraponto que legitima a norma, a convenção. De diferentes modos, a condição de mulher de Ariadna é descrita em termos de discrepância: o tom é de que, de algum modo, ela escapa a uma suposta essência feminina.

A exploração da sensualidade do corpo feminino, presente nessas capas, é uma característica conhecida do gênero jornalístico popular. A rigor, consiste em um código cultural presente no cotidiano brasileiro, como afirma Parker (1991). De acordo com Pedroso (2001, p. 103), o jornal popular lança mão de efeitos de erotização através de uma produção narrativa e editorial específica. “O jornal produz o fato, de natureza sexual, sob o modo masculino de ver, sentir e perceber a sexualidade”. Nesse sentido, a mulher é costumeiramente representada como lugar de sensualidade, erotismo, sendo enfatizada em

seus atributos físicos que lhe caracterizam como objeto para o outro. Por ora, a sensualidade de Ariadna soa como parcial. Afinal, as capas em que aparece em poses sensuais são acompanhadas pela ênfase em sua condição “desviante”. Eis alguém que sensualiza, mas é uma mulher que já “teve tromba”.

Em relação a experiências marginais aos regramentos sociais, sobretudo aquelas que afrontam os ideais de masculinidade, Pedroso (2001) destaca que o personagem homossexual é:

[...] algo escandaloso, cênico, provocador, perturbador e agressivo, pois significa a autonomia de articular e expor publicamente o corpo frente à repressão. Significa dizer que se tem um corpo e esse corpo está a seu dispor. A sexualidade, sendo socialmente controlada, não dá margem para comportamentos inesperados, porque eles confundem a rígida distinção dos papéis femininos e masculinos (PEDROSO, 2001, p. 103).

Assim, continua a autora,

Os homossexuais, como grupo desacreditado e estigmatizado, encarnam a variação ilegítima das possibilidades sexuais definidas como mulher e homem, porque contrariam as regras dominantes da sexualidade e ultrapassam as fronteiras das escolhas sexuais oficializadas (PEDROSO, 2001, p. 104).

A alusão a uma essência feminina ancorada no corpo se repetiu no dia 11 na capa do *Expresso* (Figura 6). Destacando que os outros integrantes do programa não iriam ser informados de que “Ariadna era Tiago”, o jornal faz uso do humor para reiterar a visão de uma feminilidade frágil, incompleta e artificial. Ou ainda, uma feminilidade ameaçadora. Inclui uma fala inventada do vencedor da edição 7 (2007) do programa, Diego “Alemão”, para “ela tem gogó e voz grossa”. Lacerda (2006), pesquisando a narrativa do jornalismo popular em relação a crimes envolvendo minorias sexuais e de gênero, aponta que a zombaria, o deboche e a caricatura configuram abordagens corriqueiras. Assim, a autora exemplifica com manchetes como “Bicha velha não aguentou três manjubas de uma vez”, “Três eram demais – rapaz matou travesti em apartamento na Lapa” e “Bicha se mata com ciúme do cacho – ciúme do amante levou homossexual ao suicídio” (LACERDA, 2006).

Na chamada do *Expresso* (11/01), a exploração da ambiguidade é uma operação editorial em sintonia com o contexto sociocultural atravessado por dicotomias de gênero e de sexualidade. Afinal, em que medida Ariadna é homem ou mulher, masculina ou feminina? Os jornais *Meia Hora* e *Expresso* parecem não chegar a um consenso. A edição do dia 11/01 do *Expresso* marca, desta maneira, o final da primeira etapa de análise deste estudo. A

emergência de uma participante transexual mobilizou o jornalismo popular carioca. A subversão de noções hegemônicas implicou em uma dificuldade de precisar e classificar de maneira conclusiva Ariadna. As tentativas de categorização foram variadas, reunindo nomenclaturas diferenciadas em função da multiplicidade de códigos e convenções que se embaralham na experiência transexual.

Figura 6 – *Expresso* (11/01/2011)



Não surpreende a construção diversificada desenvolvida pelos jornais. A transexualidade é uma experiência em disputa nos espaços, instituições e vozes que a significam. Os indivíduos que passam pelo processo transexualizador oferecido por hospitais brasileiros também parecem oscilar entre as identidades, recorrendo a estratégias discursivas e performances para melhor se adequar ao modelo médico. De acordo com Bento (2006), para contemplar as condições objetivas dos protocolos, pessoas que buscam modificar o corpo para deslocar-se no âmbito do gênero adotam táticas e falas, muitas vezes mentirosas, para lidar com o poder médico.

Alguns dos mecanismos utilizados pelos/as transexuais para se posicionar nessa relação são: autoconstruir-se como vítimas, o silêncio e a essencialização de suas identidades por meio de uma narrativa que aponta para um “desde sempre me senti assim” e o mentir. Cada uma dessas estratégias desencadeia recursos discursivos específicos, gerando efeitos particulares (BENTO, 2006 p. 62).

Nota-se como códigos simbólicos normativos são acionados até mesmo pelos transexuais. Nesse sentido, fica evidente como processos subjetivos e performáticos se retraem diante de protocolos médicos que impõem identidades fechadas. Da mesma forma, quando identidades marginalizadas emergem no jornalismo popular, o esforço discursivo procura restringi-las, situá-las nos marcos hegemônicos.

Na primeira etapa de análise aqui proposta, o enquadramento dispensado pelos jornais à Ariadna conferiu-lhe uma inteligibilidade movediça, variando, a partir de expressões e unidades lexicais, entre rótulos identitários e atributos físicos inscritos no âmbito das marcas de gênero. A participante do *BBB 11*, nesse sentido, situou-se numa mancha semântica, sendo classificada por meio de distintas representações. À falta de uma definição precisa, seguiu-se uma saída polissêmica, construindo para o leitor várias Ariadnas.

A multiplicidade de definições, no entanto, foi sendo substituída por uma ideia mais precisa no sentido de que Ariadna, ao entrar efetivamente na casa do *reality show*, tornou-se personagem para além de suas especificidades pessoais. A partir do dia 12/01, Ariadna entrava em contato com os outros participantes. Passava a interagir socialmente, no âmbito do confinamento. Como a interação com o outro seria noticiada?

5.2 Olhos Bem Abertos: Ariadna Entra em Cena

O programa efetivamente começou no dia 11/01, quando os participantes entraram na casa. A estratégia da produção do *BBB 11* foi esconder que Ariadna tinha passado pelo processo de transexualização, de modo a explorar os efeitos que isso teria tanto dentro da casa, quanto nos telespectadores. A iniciativa, portanto, estava marcada por uma dose de suspense, sobretudo tendo em vista uma pessoa situada à margem da norma. Haveria a possibilidade de uma estratégia semelhante para uma pessoa heterossexual?

“Abre o olho Rodrigo!” foi a manchete do *Expresso* do dia 13/01 (Figura 7), estampando imagem capturada no dia anterior. Na foto, Ariadna aparece abraçado com Rodrigo, que tinha comentado, naquela conversa, que “dizem que mulher sem celulite é traveco. Taí a Ariadna pra provar o contrário.” Embaixo, no subtítulo, o jornal afirmava que “Rodrigo fica de chamego com a carioca, sem saber que ela já teve bilau. A moça até deu uma pista: ‘Nunca tive tpm’.

Figura 7 - *Expresso* (13/01/2011)

O modelo Rodrigo, heterossexual e branco, viria a assumir o papel de “bonitão” no jogo. Papel, desde o início, colocado em perigo pela presença de Ariadna. O discurso do *Expresso* explora, nesse sentido, a representação da monstruosidade. Para Leite Junior (2012), o trânsito entre os gêneros e o sexo desperta, de um lado, repulsa, medo e ódio, e, do outro lado, causa curiosidade, espanto e desejo mórbido. A combinação de tais sensações se explica pelo conjunto de representações que, ao longo dos tempos, enquadram tais indivíduos. A medicina, a justiça, a política estabelecem uma diferenciação em relação ao grupo social mais amplo: os indivíduos trans são vistos como doentes; em alguns países, são tratados como criminosos; o Estado brasileiro, por exemplo, condiciona os direitos civis ao processo transexualizador, autorizando a mudança de nome apenas àqueles que são absorvidos pela ordem médica.

Há, nesse sentido, o predomínio de um espaço social: a margem, ou conforme Barboza (2012) aponta, um “gueto simbólico”. Afinal, a transexualidade:

[...] rompe a ordem social construída sobre a “natural” e binária heterossexualidade/heteronormatividade. Mais do que isso, a “mudança” de sexo, resultante da alteração do fenótipo e da cirurgia de transgenitalização – possibilidade inimaginável há algumas décadas, mas hoje incluída na prática médica – afeta diretamente, e a um só tempo, todos os ângulos da sexualidade e das relações sociais que lhe estão vinculadas (BARBOZA, 2012 p. 59).

Tal rompimento é cotidianamente significado através da zombaria e da discriminação. Apesar de a transexualidade referir-se a indivíduos vistos como “aberrantes”, diversas sociedades encontraram representações mais específicas para significar tal experiência. A marginalização também se dá pela categorização de “monstro”, uma forma de dar inteligibilidade e “domesticar o abjeto” (LEITE JUNIOR, 2012).

[...] o monstro vive nos limites das categorias: humano, animal, vegetal, mineral, anjo, demônio, homem, mulher, homo, hétero, bissexual, conhecido, desconhecido. A monstrosidade é a infinita e possível mixagem, união e ou borramento entre as categorias socioculturais (LEITE JUNIOR, 2012, p. 562).

Ainda para o autor, o monstro, que contempla a figura do transexual,

[...] é uma categoria de reconhecimento social; ela é inteligível socialmente. Operando através dessa categoria, a violência, o sarcasmo, o nojo, o medo e a desqualificação não são simples reações ao desconhecido ou ao receio de perder uma pressuposta estabilidade ou ordem psicológica/individual ou social/coletiva, são atitudes cultural e historicamente legitimadas para se relacionar com quem não é compreendido como humano (no pior dos casos) ou é compreendido como sub-humano ou quase humano (no melhor dos casos) (LEITE JUNIOR, 2012, p. 562).

Ariadna representa, dentro da casa, a julgar pelo tom das manchetes, uma ameaça. Especialmente, uma ameaça direta à ordem androcêntrica, colocando em risco à masculinidade de Rodrigo, que estabelece uma relação “de chamego” desconhecendo que Ariadna renunciara à sua masculinidade de nascença. Não é uma situação incomum: a relação entre as categorias de homem e mulher se pauta, em boa medida, pela hierarquia e desigualdade. Na cultura brasileira, constitui uma relação constitutiva da formação social nacional (FREYRE, 2002; PARKER, 1991), baseada em assimetria. Em outras culturas e grupos sociais, o mesmo ocorre, conforme aponta Douglas (1976, p. 179) em relação à tribo Mae Engas, da Nova Guiné: por lá, “há uma forte crença que assegura que contatos com mulheres enfraquecem a força masculina. Estão tão preocupados em evitar o contato que o medo da contaminação sexual reduz, efetivamente, o número de relações sexuais”.

Ariadna, assim, constitui uma espécie de poluição: sua monstrosidade representa um desafio à ordem interna da casa. Um desafio que está profundamente ligado à genitália (“ela já teve bilau”). A transição anatômica de homem para mulher reforça-se como situação anômala, um desvio potencialmente contagiante.

Uma pessoa que polui está sempre em erro. Desenvolveu alguma condição indevida ou, simplesmente, cruzou alguma linha que não deveria ter sido cruzada, e este desvio desencadeia perigo para alguém (DOUGLAS, 1976, p. 139).

No dia 12/01 (Figura 8), o *Meia Hora* tinha explorado a figura de Ariadna através da manchete: “Irmã avisa: transex vai mostrar tudinho – Brothers entraram ontem na casa do ‘BBB 11’, que foi dividida em quatro grupos”. A exploração da nudez, elemento importante na dinâmica do erotismo, aparece como um recurso editorial.

Uma das reações mais comuns que os indivíduos tidos como monstruosos despertam é o deslumbramento. A poluição também comove, emociona. A instabilidade da desordem é sedutora e atiça a curiosidade. Ao especular sobre a nudez de Ariadna, o *Meia Hora* explora determinadas sensações socialmente compreensíveis, como aquelas analisadas por Leite Junior (2012).

[...] não é apenas terror que a figura monstruosa provoca, é também fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade e desejo: o monstro é transgressivo, demasiadamente sexual, perversamente erótico, um fora-da-lei. Nesse sentido, talvez o monstro tenha em demasia o que o abjeto tenha de menos: o fascínio pela quebra das normas conhecidas, o encanto pela transgressão, a sedução pelo quase desconhecido, a curiosidade pela inteligibilidade (LEITE JUNIOR, 2012, p. 562).

Vale lembrar o lugar privilegiado que o erotismo e uma “sexualidade incontrolável” ocupam no imaginário social brasileiro. Assim, une-se o erótico ao fascínio e curiosidade que os “monstros” despertam.

Figura 8 - *Meia Hora* (12/01/2011)



Ainda nessa capa, a centralidade da genitália se destaca: a manchete principal do *Meia Hora* (12/01) trazia a notícia de que “Mulher corneada corta o bigorrilho do marido taxista”.

A supressão do pênis, seja na seção policial, seja na de entretenimento, é um registro traumático e doloroso da realidade que o jornalismo popular não permite passar em branco. A masculinidade, assim, está sob constante ameaça.

No dia 13/01 (Figura 9), o *Meia Hora* destacava em sua capa o título “Fortão dá bitoca na BBBibinha – sem revelar que é transex, Ariadna ganha beijo de Diogo e faz ‘upa, cavalinho’ no brother”. Acima, a foto do beijo. Novamente, Ariadna é apresentada sob diferentes identidades (transex e bibinha). E, mais uma vez, dando sequência ao papel que lhe foi sendo atribuído na dinâmica do confinamento, aparece como uma ameaça. Sem saber que estava beijando uma “transex”, Diogo, assim como Rodrigo, entra em contato algo sujo – que transgride convenções (DOUGLAS, 1976). O estatuto da masculinidade, fortemente enraizado no conjunto de representações brasileiras (PARKER; 1991; FREYRE, 2002), aparece em situação de vulnerabilidade.

A definição de seres ou situações de “desvio” possui um sentido bastante objetivo: preservar a ordem (DOUGLAS, 1976). Por isso, a separação e a distinção são alternativas para lidar com aquilo que é visto como repulsivo. Os corpos abjetos não “encontram legitimidade social por não se referenciar nos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade e raça” (PELÚCIO, 2009, p. 28). A relevância que apresentam é, por seu turno, de cunho conservador: “os abjetos precisam estar lá, ainda que numa higiênica distância, para demarcar as fronteiras da ‘normalidade’” (PELÚCIO, 2009, p. 47).

Figura 9 - *Meia Hora* (13/01/2011)



No dia 14/01, o *Meia Hora* (Figura 10) e o *Expresso* (Figura 11) enfatizavam em suas capas o ex-marido de Ariadna. Gradativamente, os dois periódicos passavam a destacar determinados aspectos ligados ao universo feminino ou à situação de desamparo que a condição transexual gerava. Continuaria, entretanto, o tom de fascínio para tratar de Ariadna.

Nesse dia, o *Expresso* trazia como manchete “A primeira foto do ex-marido de Ariadna”, seguida pelo subtítulo “A transexual de Realengo tem o nome Gabriel tatuado. Ele é o fortão da foto, com quem a moça viveu por 3 anos.”

O tom permanece sendo o de revelação e espanto. Pela primeira vez, o público sabia quem tinha tido um relacionamento estável com a “transexual”. Quem se atreveu a tanto? Haveria uma primeira foto do ex-namorado ou ex-marido de Maria, a mulher que “já veio sem surpresa”?

O *Meia Hora*, por sua vez, privilegiou virtudes que Ariadna oferecera ao ex-marido: “Ex da BBB Ariadna abre o coração – ‘Ela é mais gostosa que muita mulher que eu já peguei’ – Gabriel garante que o fato de a sister ser operada nunca foi problema: ‘Ela conseguiu me satisfazer como homem’”. A participante do BBB, novamente, é apresentada como sendo um mulher em condição de imprecisão: “mais gostosa” que muitas outras, aponta a capa, como se Ariadna representasse uma super-mulher. Novamente, a feminilidade que prevalece é da ordem da discrepância, como se Ariadna escapasse à “essência” do ser mulher. Não deixa de ser notável que o registro de sexualidade está mais uma vez atrelado ao imaginário estereotipado de uma sociedade altamente sexualizada e libidinosa, presente em textos paradigmáticos como o de Gilberto Freyre (2002).

Figura 10 - *Meia Hora* (14/01/2011)



Figura 11 - *Expresso* (14/01/2011)

As capas seguintes, ainda focadas no período em que Ariadna encontrava-se no confinamento do *Big Brother Brasil*, privilegiam tons variados: ora denunciativo, ora cômico. Lacerda (2006) identificou regularidades quanto à narrativa do jornalismo popular carioca: variando entre estilos cômicos, denunciativos e dramáticos, os jornais cariocas pesquisados pela autora demonstraram que minorias sexuais estão particularmente representadas. O tom quase nunca é ponderado, isento, apresentando uma realidade de intensidade.

No dia 15/01 (Figura 12), o *Expresso* trazia uma foto estilo 3x4 de Ariadna quando criança – portanto, um menino – ladeada pela manchete “Ariadna já foi assim – Taí o que a galera queria: ver uma foto da cabeleira de Realengo quando era menino! E, na casa, os Brothers já começam a desconfiar dela”.

O apelo ao fascínio permanece: todos querem ver - com vontade intensa, conforme a exclamação sugere - a pessoa que nascera anatomicamente homem e tornou-se mulher. A construção editorial de Ariadna está continuamente pautada pela lógica da “monstruosidade”. O trânsito entre os gêneros, assim como as mudanças corporais, é descrito como algo digno de espanto e arrebatamento. “[...] o ‘monstro’ é, por excelência, a marca hiperbólica de algo fora da ordem, seja ela ‘natural’, ‘sobrenatural’ ou, no mínimo, fora dos ordenamentos conhecidos” (LEITE JUNIOR, 2012, p. 561). Ao mesmo tempo em que fascina e causam temor, os indivíduos que expressam sexualidades e gêneros não convencionais também são

fonte de uma certa compaixão. A simpatia é notada, historicamente, como uma reação às formas e manifestações exageradas, ridículas ou assustadoras (Ibid, 2012).

Figura 12 - *Expresso* (15/01/2011)



Na mesma capa do dia 15/01, o *Expresso* dizia mais abaixo “E agora é assim – não foi nada fácil para Ariadna mudar de sexo. Ela se sente rejeitada na família e a mãe não quis aparecer num vídeo do ‘BBB’”. A capa, de um lado, explora os traços “desviantes” de Ariadna; do outro, mostra-se complacente com a história de discriminação pela qual a participante passou.

No dia 17/01 (Figura 13), o *Expresso* continuava sua narrativa de compaixão. Publica foto de Ariadna com uma camisola cujas alças caem, mostrando parcialmente os seios; ao lado, manchete com fala da participante: ‘Morro de vergonha do meu passado’; em cima, “Ariadna confessa na casa que era garota de programa”. Ainda na capa, outra fala dela: “Eu parei de fazer programa por amor. Voltei da Itália com 31 mil e torrei tudo”. O subtítulo dizia: “Cabeleireira disse que era prostituta e trocou a renda de 4 mil por um salário de R\$ 500. Ela vai pro paredão com Lucival e Jana”. Ariadna, assim, já estava em rota de eliminação, pois seria posta para fora do programa por meio de votação com os telespectadores.

Figura 13 - *Expresso* (17/01/2011)

“Transex”, “BBBinha”, “Traveco”, “Mulher de tromba”. Agora, trabalhadora do sexo. Ariadna incorporava mais uma identidade, novamente marginalizada socialmente. Reunia, nesse sentido, atributos que consolidavam sua identidade “monstruosa”.

Ora, talvez mais antiga que a associação da monstruosidade com o mal seja a associação dessa com o universo erótico/sexual: ‘o monstro corporifica aquelas práticas sexuais que não devem ser exercidas ou que devem ser exercidas apenas por meio do corpo do monstro (LEITE JUNIOR, 2012, p. 563).

Expor o “monstro” para que ele não sirva de exemplo. Toda desordem não deixa de ser uma legitimação da ordem. A sujeira existe para que a limpeza seja um imperativo, no final das contas. A exploração de tal faceta “condenável” foi paralela à simpatia que a narrativa denunciativa propunha. No dia 18/01 (Figura 14), o *Expresso* anunciava entrevista com o irmão de Ariadna. “Ariadna era espancada pelo irmão”, afirmava a manchete. Abaixo, a justificativa dele: “Eu achava que ela mudaria”. A sub-manchete afirmava: “Vitor contou ao EXPRESSO que tinha vergonha de Thiago e que era incentivado pelo pai: ‘Enfia a porrada’, dizia o coroa. Só quando cresceram os irmãos passaram a ter uma boa relação”.

A trajetória de vida de Ariadna não foi tranquila. Conforme demonstram Kulick (2008) e Bento (2006; 2008), Benedetti (2005), as histórias de vida dos indivíduos trans são marcadas pela rejeição, preconceito e estigma nos diversos espaços da sociedade: no ambiente doméstico, na escola, na rua, nas instituições do Estado, na justiça, na medicina. O padrão de

tratamento envolve a negação de tais identidades, como se não tivessem direito à igualdade e à autonomia. São aceitos e reconhecidos como o avesso da ordem. Isto é, são efeitos da norma.

Figura 14 - *Expresso* (18/01/2011)



Prevalece, nesse sentido, uma narrativa que coordena representações ora depreciativas, ora acolhedoras. Em nenhum momento, Ariadna é apresentada como um indivíduo legítimo: é alvo de deboche e desqualificação. Quando é aceita, tal fato ocorre pela via da denúncia, reforçando o sofrimento e o estigma como via de inserção nas representações sociais mais amplas.

O humor é constantemente acionado para construir editorialmente a figura de Ariadna. No dia 17/01 (Figura 15) e no dia 19/01 (Figura 16), o *Meia Hora* e o *Expresso*, respectivamente, exploram o recurso.

No dia 17/01, o *Meia Hora* destaca que “Ariadna abre o jogo: ‘Eu fiz programa’”. A sub-manchete afirma: “Transexual do Big Brother revela a mulheres da casa que se prostituiu e passou fome: ‘Minha família sabe de tudo que eu faço’”. Ao lado, há uma foto de Ariadna em que ela está nua e os seios, cobertos por uma animação do programa que remete à vigilância contínua por meio da representação de um olho. Novamente, a denúncia é acionada: prostituição e fome aparecem como traços constituintes da história de vida de Ariadna. Os seios cobertos estão escondidos apenas visualmente: o exotismo de alguém que

nasceu anatomicamente homem e, agora, é mulher não deve ser exibido plenamente; o imaginário de transgressão e “monstruosidade”, explorado há dias pelo periódico, era suficiente para completar a narrativa.

Figura 15 – *Meia Hora* (17/01/2011)



Figura 16 – *Expresso* (19/01/2011)



O *Expresso* (19/01) privilegiaria a genitália como notícia. Conforme tem sido comum com participantes do programa, a revista masculina *Playboy* procura publicar edições com

mulheres egressas da casa do *BBB*. O jornal, então, informando sobre as perspectivas daquela edição, sentenciava que “Playboy não quer Ariadna nem a pau!”. A sub-manchete completaria que “A revista pode convidar outras gatas do ‘Big Brother 11’, mas já descartou a cabeleireira, que assumiu aos colegas ser transexual”. Ariadna, enfim, revelava aos participantes sua condição “desviante” e “monstruosa”. A rejeição do mundo externo coincidia com o anúncio ao mundo interno do programa da condição de transexualidade.

O *Meia Hora* apresentou duas capas que, ao longo do estudo, tornaram-se paradigmáticas pela variedade de representações que exploram. Nos dias 15/01 (Figura 17) e 18/01 (Figura 18), utilizaram do humor para contextualizar os últimos momentos de Ariadna no programa. Ela seria eliminada na noite do dia 18/01.

No dia 15/01, o jornal anunciava na manchete que “Bibas do ‘BBB 11’ descubrem que Ariadna cortou fora o ‘Big Fone’”, seguida da sub-manchete “Baiano Lucival deu uma prensa na cabeleireira de Realengo e mandou ela confessar logo que já foi uma mulher de tromba”. Mais acima, o jornal afirmava que “Transex não tem mais saco de guardar seu segredinho”.

A preocupação com a genitália se mantém. O deboche também se repete enquanto ferramenta narrativa: “saco”, “big fone” e “mulher de tromba” se destacam como expressões exploradas por sua ambiguidade. Há, nesse sentido, uma “genitalização da identidade”, uma operação tanto simbólica quanto prática, tendo em vista a centralidade dos órgãos genitais na definição de diagnósticos, de interpretação de subjetividades e de operacionalização dos protocolos médicos dos indivíduos transexuais (BENTO, 2008).

O segredinho permanece como elemento importante, uma espécie de marco definidor da condição “desviante” de Ariadna. Nota-se que a ambivalência é um traço continuamente explorado pelo periódico: a tonalidade da capa, assim como as letras, é da cor rosa, socialmente atrelada ao âmbito feminino. Ainda assim, a feminilidade de Ariadna parece sempre parcial. Afinal, o segredinho – o pênis que já fora retirado durante o processo de transgenitalização – se preserva no imaginário, como que para reforçar a inteligibilidade fascinante, horrenda, transgressora – em suma, “monstruosa” - de Ariadna.

A capa do dia 18/01 (Figura 18), em tom de zombaria, sugere em manchete “Aberto 24 horas – Ariadna Coiffeur – Corto cabelo e pinto – entrada pela frente e pelos fundos”. A sub-manchete esclarece: “Taí a sugestão do ‘MEIA’ para a cabeleireira do ‘BBB 11’ abrir o próprio negócio, se ela for eliminada no paredão de hoje, que tem ainda Lucival e Janaina”. Na parte superior da capa, o jornal publicou “Aí, colega, apara a franjinha e pica atrás, por favor”.

Figura 17 – *Meia Hora* (15/01/2011)Figura 18 – *Meia Hora* (18/01/2011)

A identidade de Ariadna está atrelada a associação que, no senso comum, demarca uma continuidade entre passividade e feminilidade (PARKER, 1991). Ariadna, nesse sentido, romperia com sua condição anatômica de homem e, assim, assumiu tanto uma nova identidade de gênero quanto uma nova orientação sexual⁷⁷. Para o jornal, gênero e orientação sexual

⁷⁷ Identidade de gênero entendida como a forma de se colocar no âmbito do masculino ou feminino; e orientação sexual entendida como a relação afetivo-sexual que se tem pelo outro, podendo ser, tradicionalmente, heterossexual, homossexual ou bissexual.

estão intimamente entrelaçados no âmbito dos comportamentos sexuais. Uma combinação que já fora observada por Fry (1982), ao constatar que a posição no ato sexual condiciona, no âmbito de relações de poder e desigualdade, certas percepções sobre masculinidade e hetero/homossexualidade.

Com tal capa, o periódico acompanhava os últimos momentos de Ariadna no programa. Ambos os jornais despediam-se da figura multi-identitária antes de sua volta ao cotidiano: a BBBbinha, a transex, a transexual, a mulher de tromba, a cabeleireira, a prostituta, “o monstro”, “a mais gostosa que muita mulher que eu já peguei” era eliminada do programa com 49% dos votos dos telespectadores.

5.3 Ariadna, agora, é para casar

Ariadna foi eliminada do programa. O retorno à vida cotidiana foi acompanhado pelos jornais durante alguns dias. Já no dia 20/01, o *Meia Hora* (figura 19) destacava “Essa é pra casar – Em homenagem ao casal do momento, o Meia Hora e a Dell Fanny vão presentear Ariadna e Gabriel com um lindo par de alianças personalizados em ouro”.

Dias antes, a ex-integrante do programa era vista como uma ameaça aos homens da *BBB*. Durante a presença de Ariadna na casa, o “segredinho” fora mobilizado como elemento discursivo a demarcar diferenças. A masculinidade estaria sob ameaça diante de uma mulher que já teve “bilau” e “tromba”. A feminilidade ilegítima era apresentada como uma ameaça de contaminação, uma sujeira a desestabilizar a pureza e integridade dos papéis sociais tradicionais: nem mulher, nem homem, Ariadna configurava um indivíduo ambíguo, ameaçador, “monstruoso”.

No entanto, como pensar o casamento senão enquanto um ritual acessível àqueles que estão inseridos em papéis tradicionais? Poderia alguém “monstruoso” casar-se? Ambos os jornais parecem proceder a uma operação de deslocamento identitário em que Ariadna vai incorporando atributos culturalmente atrelados ao universo feminino.

Além de ser para casar, Ariadna também “já tá beijando muuuuuuuito”, conforme capa do *Meia Hora* do dia 21/01 (Figura 20). “Ex-BBB saiu da casa e já caiu na noitada. Transex bombou na festa do bloco de Preta Gil e deu selinho em fã, que tratou de registrar tudo”, completava a sub-manchete.

Figura 19 – *Meia Hora* (20/01/2011)

Ainda mencionada como transex, Ariadna incorporava a sensualidade como característica identitária. “Pegando fogo!”, afirmava frase acima da manchete, que vinha ladeada por foto de Ariadna beijando fã.

No mesmo dia, o *Expresso* veiculava a seguinte manchete (Figura 21): “Perdeu, Rodrigo! – Na casa do BBB, o “bonitão” não quis saber da gata trans, que está com tudo! Depois de ser eliminada, ela agitou na noite carioca, deu selinho em um fã e ainda circulou musa do bloco de carnaval de Preta Gil”.

É possível notar a semelhança nas ênfases das duas capas, inclusive com a mesma foto do beijo de Ariadna e um fã. O deslocamento identitário mostra-se evidente: Ariadna, que antes, no confinamento do programa, era uma ameaça a Rodrigo, agora constituía uma perda para o “bonitão”. O “monstro” apresentou uma evolução significativa: perdeu a “tromba” e virou “gata” e “musa do bloco”.

Figura 20 – *Meia Hora* (21/01/2011)Figura 21 – *Expresso* (21/01/2011)

Ariadna vestia gradativamente o figurino feminino. Rodrigo, durante o programa, dera a entender que não sabia diferenciar uma “mulher verdadeira” de uma “mulher de tromba”. Assim, o *Expresso* do dia 20/01 (Figura 22) afirmava que “Ariadna diz que Rodrigo gosta de travecos – A carioca, que dormiu a última noite em Realengo com o ex, Gabriel, acha que o modelo já ficou com travestis. E a gata do BBB está com tudo: amanhã ela posa para o ‘Paparazzo’ e promete mostrar tudo!”. Nota-se que Ariadna não é mais alvo de desqualificações; agora, ela utiliza-se de estigmas para referir-se a outro participante. Nesse

sentido, parece claro que o recurso a estereótipos depreciativos preserva-se, no âmbito de uma narrativa que durante todo o mês de janeiro de 2011 teve na masculinidade um domínio privilegiado e exaltado.

Figura 22 – *Expresso* (20/01/2011)



A assimilação de elementos do universo feminino foi flagrantemente explorada no dia 22/01 por ambos os jornais. *Meia Hora* (Figura 23) e *Expresso* (Figura 24) acolheram simpaticamente a performance que Ariadna passou a desempenhar enquanto celebridade. O *Meia Hora* trouxe como manchete “Que Dilma, que nada! A mulher do ano é a Ariadna! – Cabeleireira do ‘BBB 11’ rompe preconceitos e faz ensaio sensual na praia”, ladeada por foto dela em roupas sumárias e posição sensual. Novamente, o estigma estabelece parâmetros identitários: antes, era componente de uma identidade marginalizada; no entanto, agora coloca Ariadna nos marcos de uma feminilidade que se conforma no âmbito de relações de gênero desiguais. No jornalismo popular, segundo Pedroso (2001):

[...] as mulheres são sexo e os homens têm um sexo. [...] É através da experiência das pulsões físicas masculinas e da percepção masculina do corpo feminino que o jornal utiliza o erotismo feticista como uma maneira físico-sensitiva (visão + efeito emocional) de comunicação com o leitor. O jornal produz o fato, de natureza sexual, sob o modo masculino de ver, sentir e perceber a masculinidade. O corpo, então, recebe um tratamento sociológico-cultural situado (PEDROSO, 2001, p. 103).

Por isso, Ariadna efetivamente se inclui no universo feminino. Afinal,

A mulher é representada enquanto essência da sensualidade, do erotismo e da passionalidade. Assim, a sua manifestação no espaço discursivo aparece sempre acoplada aos seus atributos sexuais (ou físicos), reproduzindo condicionamentos sociais da infância à velhice que permitem uma vinculação naturalizada da mulher como pessoa e como lugar de prazer sexual (PEDROSO, 2001, p. 104).

O *Expresso* (Figura 24) traz como manchete “Ari mostra tudo em Copa e diz: ‘Estou na seca’ – Maior estrela do ‘BBB 11’, Ariadna fez fotos sensuais em Copacabana e falou que está há muito tempo sem sexo”. Quais as possibilidades reais de alguém dotado de características “monstruosas” ter sua libido estimulada? Seria possível persuadir a libido do leitor por alguém “que já teve tromba”? Quem se disporia a satisfazer a “seca”? Ambos os periódicos, nesse contexto, empreendem uma assepsia simbólica na qual valores e práticas do universo feminino são incorporados à identidade de Ariadna. Assim, ela se inscreve, ao retornar ao mundo cotidiano enquanto celebridade, nos limites do aceitável e do convencional. Ariadna é dobrada à regra, normatizada de modo que possa ser fonte de desejo em um universo explorado sob o domínio da masculinidade viril. Ariadna, no discurso jornalístico popular, se desfaz da condição da poluição e assume uma identidade limpa, purificada.

Em todos os casos aqui explorados, talvez ela nunca tenha sido ela própria; parece mais evidente sublinhar que ela a todo momento foi um efeito das normas. Ora poluída, dotada de uma feminilidade ambígua, ilegítima e perigosa; ora limpa, para ser devolvida à realidade de forma “adequada”.

“Atribuir perigo ajuda a reforçar a conformidade”, afirma Douglas (1976, p. 55). Em sua última aparição (*Meia Hora* – 23/01 – Figura 25), Ariadna despede-se conforme entrou em cena, nos primeiros discursos apresentados pelo jornal no início do mês de janeiro de 2011. A manchete do *Meia Hora* sentencia: “Incrível: Saiba como Ariadna virou mulher”. O fascínio que a “monstruosidade” irradia permanece – conforme indicam ainda as capas de 07 (Figura 26) e 27 (Figura 27) de novembro de 2012 do mesmo periódico, trazidas à análise como *corpus* adicional.

Figura 23 – *Meia Hora* (21/01/2011)Figura 24 – *Expresso* (21/01/2011)

No primeiro exemplo, o periódico destaca filha de famosa artista norte-americana que passaria pelo processo de transexualização. Para noticiar o fato, a foto da filha com um anúncio de que “Acredite, a criança aí embaixo é menina” seguido pela manchete: “Filha de atriz de Hollywood vai implantar bilauzão”. No segundo exemplo, a chamada avisa “Surpresinha – Após 19 anos, marido descobre que mulher nasceu homem”.

O estigma, que pautou a cobertura inicial, permanece como critério de noticiabilidade tanto, especificamente, na despedida de Ariadna das capas dos periódicos quanto, de forma

mais geral, no padrão de cobertura que prevalece no dia a dia. O trânsito entre os sexos anatômicos e os gêneros orbita em torno da genitália, elemento importante no discurso jornalístico popular. Independentemente dos personagens e das particularidades de cada caso, o estilo irônico dá o tom para narrativas que encaram como “desvio” tudo aquilo que não se encaixa nos marcos hegemônicos. Incrível seria, vale dizer, se o discurso privilegiasse o reconhecimento da autonomia dos indivíduos em suas práticas de gênero e sexualidade.

Figura 25 – *Meia Hora* (23/01/2011)



Figura 26 – *Meia Hora* (07/11/2012)



Figura 27 – Meia Hora (27/11/2012)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar as representações que a transexualidade aciona ao ser tematizada por dois jornais populares cariocas. Através de uma revisão bibliográfica do gênero do jornalismo popular, buscou-se identificar traços definidores desse estilo. Determinadas características foram sendo pensadas à luz da força mediadora da comunicação, isto é, sua capacidade de distribuir representações e significados. Assim, o propósito foi o de mapear códigos de gênero e sexualidade no discurso dos periódicos *Meia Hora* e *Expresso*.

O estudo nasceu a partir da rotina do pesquisador no transporte ferroviário – local privilegiado de circulação e leitura de ambos os periódicos. A identificação dos leitores com os periódicos sempre pareceu muito forte: as risadas, os comentários e o compartilhamento de exemplares sugeriam cumplicidade. As capas se destacavam como espaço importante de captura da atenção, sobretudo quando a vida sexual era tematizada. Nesse sentido, a transexualidade surgiu como um tema instigante.

A transexualidade é uma categoria médica que reúne uma gama de representações, valores e normas construídas ao longo de séculos. Por isso, buscou-se definir traços específicos da cultura brasileira para tentar compreender o porquê do tom predominante nos discursos analisados.

Conforme demonstrado, a análise focou na cobertura de uma participante do programa *Big Brother Brasil 11*, Ariadna Silva, que nascera anatomicamente homem. Observou-se uma trajetória temporal de construção de identidades, desde os primeiros anúncios de que uma transexual participaria do programa até a sua precoce eliminação. Num primeiro momento, no qual foi apresentada ao leitorado, Ariadna aparecera como um personagem multi-identitário. Diversas representações eram acionadas. Por meio de expressões e combinações lexicais, Ariadna era “traveco”, “BBBibinha”, “transex” e “mulher de tromba”. A pluralidade de tais unidades de representações estava ancorada na centralidade – que se manteria ao longo da cobertura – da genitália. Abdicar do pênis significou o abandono de uma zona de conforto e superioridade: a masculinidade, celebrada no âmbito das relações de gênero (PARKER, 1991; FREYRE, 2002). Como se abandonasse uma forma de poder, Ariadna era punida com as mais diversas classificações – cujas fronteiras dentro do próprio universo trans são geralmente conflituosas e borradas (CARVALHO, 2011).

Passado o período em que Ariadna ocupava uma espécie de mancha semântica, sem que os jornais a definissem unicamente, aos poucos ela foi ganhando contornos identitários

mais específicos: no momento em que se juntou aos outros participantes no confinamento da casa do programa, Ariadna assumiu a condição de ameaça, em especial aos outros homens, como se sua presença fosse uma poluição com alto teor de contaminação. Poderiam os jornais – e a sociedade em geral - lidar com mais casos de homens renunciando ao pênis? Rodrigo, então, foi escolhido como uma espécie de bastião da masculinidade, sendo alertado, via manchete, sobre os perigos de interagir com Ariadna.

A condição de “monstruosidade” pautou fortemente o discurso dos jornais. O corpo biológico foi um dado muito importante para a discussão aqui apresentada. Aparecia, a todo instante, como espaço de definição das identidades e da “verdade última” dos indivíduos (FOUCAULT, 1993). O “desvio” dos padrões hegemônicos constituía uma espécie de “falha moral”. Falha por abdicar da masculinidade, falha por renegar o pênis, falha por colocar em perigo tanto os outros integrantes do programa como o imaginário cultural mais amplo, falha por ter sido prostituta. Reunindo estigmas que pesam sobre a população trans, largamente explorados por estudos antropológicos (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009; BENTO, 2006), Ariadna e seu corpo contribuíam para os processos de mediação que têm no Rio de Janeiro um cenário privilegiado para representações sobre o corpo (SIQUEIRA, 2011), especialmente o corpo feminino, ao qual Ariadna vai assimilando na medida em que é eliminada do programa.

Seu retorno ao mundo cotidiano não poderia ser sob a pele “monstruosa”. Haveria uma reincorporação pacífica e tranquila de alguém que era apresentada como desestabilizadora? Nesse sentido, há novamente um deslocamento identitário. Seu reconhecimento é promovido através de elementos atrelados à feminilidade convencional. Não que ela jamais tenha sido desconhecida; “traveco”, “BBBibinha” e “transex” não deixavam de ser uma tipificação, assim como sua condição “monstruosa”. No entanto, a partir de sua saída do programa, nota-se que Ariadna passa por um processo de “normalização”. De fato, não se nasce mulher, torna-se: e ela passou a ser retratada distribuindo beijos em fãs, a posar em roupas sensuais para ensaios fotográficos e, de maneira paradigmática, a ser para ideal para casar. Há, nesse sentido, uma purificação restauradora de normas heteronormativas de gênero e sexualidade. Para ser consumida, Ariadna é deslocada para espaços simbólicos seguros e convencionais. Uma “mulher de tromba” teria o mesmo destino?

Durante a pesquisa, a essencialização, por meio da biologia, das identidades foi um dado muito evidente. A genitália foi intensamente explorada por meio de palavras ambivalentes, expressões jocosas, títulos punitivos, cores chamativas, corroborando os elementos destacados pelos estudos do gênero jornalístico popular (ANGRIMANI, 1995;

PEDROSO, 2001; AMARAL, 2006). O humor, vale destacar, foi um mediador importante da relação regra-desvio. Pareceu o único caminho para lidar com o “insólito”, estilizando as unidades de representação de maneira peculiar. A ausência da linguagem cômica tornaria esse trabalho mais pobre, pois através dela houve material extenso de reflexão.

Nesse sentido, pesquisar a transexualidade no âmbito do jornalismo popular foi um exercício estimulante, pois permitiu pensá-lo na sua força mediadora. Foram tantas as representações encontradas e discutidas – por contingência de espaço, outras possibilidades de discussão foram descartadas -, que fica a sensação de que a interface entre jornalismo popular e gênero/sexualidade constitui um objeto de estudo inesgotável. Em todo caso, conclui-se, facilmente, que dentre as inúmeras instituições que servem como filtros mediadores da cultura, o jornalismo se destaca.

As conclusões confirmam as hipóteses iniciais da pesquisa. O contato com a bibliografia sobre jornalismo popular e antropologia indicava que normas não se quebram sem reações. O contato diário com as capas também já revelava o padrão de enquadramento das margens sociais. Assim, a transexualidade dificilmente seria encarada como se fosse algo “normal”. Ficou, no entanto, como conclusão importante notar o caráter purificador e moralizante do jornalismo. Tal como outras instituições – como escola, medicina, igreja, Estado – o discurso jornalístico é um filtro simbólico importante da realidade, contribuindo para a circulação de representações e normas.

A transexualidade representa um drama, em diversos sentidos. Tal parece ser a ideia dos editores dos dois jornais em análise. Ariadna representa um desconforto: para quem observa as capas e se depara com alguém que “nasceu menino e abdicou a tromba”; para quem com ela interage diretamente (Rodrigo sendo o caso mais notório); e para quem, na pele, a vivencia (afinal, Ariadna foi alvo de violência pela família e foi também prostituta). Para solucionar o drama, os jornais desenvolvem uma narrativa que resgata Ariadna das margens e a reinsere nas normas.

A análise de uma figura transexual no jornalismo popular traz reflexões relevantes em um momento em que a agenda política no Brasil incorpora crescentemente os direitos da população LGBT. Talvez a demanda mais elementar esteja no nível simbólico: reconhecer a legitimidade dos indivíduos em vivenciarem suas práticas e subjetividades de forma autônoma. No caso da transexualidade, os constrangimentos partem de diversas instituições; o jornalismo popular preserva o padrão, enfatizando visões estereotipadas e preconceituosas no âmbito das relações de gênero e sexualidade.

Ora, a busca pelo reconhecimento social dos ‘desviantes’ [...] passa justamente por criar um novo campo de inteligibilidade dessas pessoas que escape do estigma crime/doença. Mais do que conquistar direitos civis através de políticas públicas, a luta dessas pessoas é para saírem da categoria de monstros e conseguirem habitar integral e legitimamente a categoria “humano” (LEITE JUNIOR, 2012, p. 566).

O caminho parece longo diante de representações estigmatizantes que são abertamente colocadas em público. Em todo caso, parece não haver mistério quanto a identificá-las; é um sinal de que o reconhecimento da dignidade LGBT ainda precisa de bastante reflexão, politização e mobilização social para que seus alcances se ampliem para além dos estereótipos depreciativos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Heloisa Buarque; HAMBURGER, Esther Império. Sociologia, pesquisa de mercado e sexualidade na mídia: audiências e imagens. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 115-139.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 18-31, dez./fev. 2000-2001
- BARBOZA, Heloisa Helena. **Transexualidade**: a questão jurídica do reconhecimento de uma nova identidade. *Advir*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 54-66, 2012.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2011a.
- BARROS, Laan Mendes de. **Mídia e mediações**: expressões e impressões culturais. In: Discursos midiáticos: representações e apropriações culturais. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011b, p. 15-32.
- BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. Conceitos e fundamentos: Enunciação e Construção do Sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-43.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. trad. André Rios. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPANELLA, Bruno. A comunidade de fãs do Big Brother Brasil: um estudo etnográfico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TELEVISÃO E REALIDADE, out. 2008. [Anais]. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Bruno%20Campanella.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2013.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARDORO, Ruth (org). **A aventura antropológica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da Constituição Cidadã. In: BRANDÃO, Gildo Marçal et al. **A constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008, p. 334-359.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 28, p. 65-99, 2007.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 147f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

CAVALVANTI, Maria Laura V. C.; FRANCHETOO, Bruna; HEILBORN, Maria Luiza (org). **Perspectivas antropológicas da mulher 1**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

CCR. **Olhar sobre a Mídia**. São Paulo: Mazza Edições 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COLLING, Leandro. **Homoerotismo nas telenovelas da Rede Globo e a cultura**. ENECULT (Encontro Multidisciplinares em Cultura), 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LeandroColling.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

CUNHA, Magali do Nascimento. Da imagem à representação e ao imaginário: elementos-chave para os estudos em comunicação e cultura. In: BARROS, Laan Mendes de. **Discursos midiáticos: representações e apropriações culturais**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011, p. 33-48.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luiz Fernando. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Madri; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GALVÃO, Jane. A AIDS na mídia: da cura ao mercado. In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. **Olhar sobre a mídia**. São Paulo: Mazza Edições, 2002. p. 77-108.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da sexualidade: violência e transgressão. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Antropologia e direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos, 2012, p. 430-438.

GROTZ, Fábio; RODRIGUES, Bruna M. Representações sociais: conceitos e trajetória epistemológica. In: CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (CONECO), 5., 2012, Niterói. [**Anais**]. Niterói, 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. **Mulher e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

IMMACOLATA, Maria I. V. Pesquisa de comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, n. 1, p. 02-14, 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACERDA, Paulo. **O Drama encenado**: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca. 149f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 559-568, maio/ago 2012.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: Fazendo Antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MAKSUD, Ivia. **Sexualidade e mídia**: uma análise sócio-antropológica do discurso jornalístico. 103f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.

_____. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2003.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Fátima. Bioética e os temas de fronteira das biociências no “Olhar sobre a mídia”. In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. **Olhar sobre a mídia**. São Paulo: Mazza Edições, 2002. p. 37-76.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1991.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da comunicação**: o pensamento e a prática da comunicação social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 10, p. 140-164, 2012.

RIOS, Luís Felipe. **Quando o assunto é a cultura sexual**: “um olhar sobre a mídia”. In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. **Olhar sobre a mídia**. São Paulo: Mazza Edições, 2002. p. 109-146.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 183-196.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 1-64, 2003.

_____. “Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: **Cadernos Pagu**, n. 21, p.01-88, 2003.

SERRA, Antonio A. **O desvio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SIMÕES, Júlio. Identidades sexuais. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**, 2012, p. 420-429.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **Comunicação e Ciência**: estudo de representações e outros pensamentos sobre mídia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SIQUEIRA, Euler David de. O corpo como imaginário da cidade. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 18, n. 3, p. 657-673, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, S. M. R.; SANTARELLI, C. P. G. Contribuições para uma história da análise da imagem no anúncio publicitário. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.133-156, 2008. Disponível em: <<http://www.revecom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 2011.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

YIENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?** How television frames political issues. University of Chicago Press, 1991.